

Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE

2017-2024



**INSTITUTO
FEDERAL**
Ceará

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ

PLANO ESTRATÉGICO PARA PERMANÊNCIA E ÊXITO
DOS ESTUDANTES DO IFCE

2017 – 2024

Aprovado pela Resolução Consup nº 67, de 31 de julho de 2017

Fortaleza

2017

Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação
José Mendonça Bezerra Filho

Secretária de Educação Profissional e
Tecnológica
Eline Neves Braga Nascimento

Reitor
Virgílio Augusto Sales Araripe

Pró-Reitor de Ensino
Reuber Saraiva de Santiago

Coordenação Técnico-Pedagógica
Armênia Chaves Fernandes Vieira
Hobson Almeida Cruz

Elaboração e Sistematização
Armênia Chaves Fernandes Vieira
Erica de Lima Gallindo
Hobson Almeida Cruz

Colaboração
Campi do IFCE
Pró-reitoria de Administração
Pró-reitoria de Ensino
Pró-reitoria de Extensão
Pró-reitoria de Gestão de Pessoas
**Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação
e Inovação**

Revisão Gramatical
Ana Leila Freitas Maciel

Ilustração
Francisco de Assis Simões Neto

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

I59p Instituto Federal do Ceará. Pro-reitoria de Ensino

Plano estratégico para permanência e êxito dos estudantes do IFCE/
Armênia Chaves Fernandes Vieira, Erica de Lima Gallindo, Hobson
Almeida Cruz. - Fortaleza: IFCE, 2017.

124p. Il. Color.

1. ALUNOS – IFCE – PLANO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO. 2. IFCE –
ALUNOS – EVASÃO E RETENÇÃO – DIAGNÓSTICO. 3. ALUNOS – IFCE
– AÇÕES DE PROMOÇÃO À PERMANÊNCIA. I. Título.

CDD – 371.2913

Bibliotecária: Etelvina Maria Marques Moreira – CRB 3 - 615

Lista de Figuras

- Figura 1. Visão das matrículas em todos os cursos do IFCE, no período letivo 2017.1, organizadas por modalidade de ensino. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br> ..5
- Figura 2. Público potencial para os cursos ofertados pelo IFCE. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo/>8
- Figura 3. Visão das situações de matrículas nos cursos do IFCE. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>.....10
- Figura 4. Visão das matrículas em todos os cursos do IFCE, no período letivo 2017.1, organizadas por modalidade de ensino. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br> 15
- Figura 5. Visão das situações de matrículas em todos os cursos do IFCE, agrupadas por semestre de início e situação da matrícula. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>16
- Figura 6. Visão das situações de período das matrículas no curso de Bacharelado em Ciência da Computação do IFCE, iniciadas no período letivo 2013.1. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>17
- Figura 7. Visão de indicadores gerais do curso TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA do *CAMPUS FORTALEZA* no ano de 2015. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>18
- Figura 8. Visão da origem dos estudantes matriculados em todos os cursos do IFCE – *Campus JUAZEIRO DO NORTE* em 2016.2. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>19
- Figura 9. Visão das taxas de fluxo escolar nos cursos de graduação, bacharelado do IFCE. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>20
- Figura 10. Visão de estudantes enviados e recebidos para intercâmbio no IFCE. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>21
- Figura 11. Visão das taxas de conclusão, evasão e retenção de curso técnico por ano de previsão de término. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>102
- Figura 12. Visão das taxas de conclusão, evasão e retenção de cursos de graduação por ano de previsão de término. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br> .103
- Figura 13. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião do Baixo Curu. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>.....110
- Figura 14. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião do Baixo Jaguaribe. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>.....110

Figura 15. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Barro. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	111
Figura 16. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Baturité. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	111
Figura 17. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Brejo Santo. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	112
Figura 18. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Canindé. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	112
Figura 19. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Cariri. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	113
Figura 20. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Cascavel. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	113
Figura 21. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião da Chapada do Araripe. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	114
Figura 22. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Fortaleza. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	114
Figura 23. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Ubajara. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	115
Figura 24. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Iguatu. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	115
Figura 25. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de IPU. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	116
Figura 26. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Itapipoca. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	116

Figura 27. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Lavras da Mangabeira. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	117
Figura 28. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião do Litoral de Aracati. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	117
Figura 29. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião do Litoral de Camocim e Acaraú. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	118
Figura 30. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião do Médio Curu. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	118
Figura 31. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião do Baixo Jaguaribe. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	119
Figura 32. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Pacajus. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	119
Figura 33. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Santa Quitéria. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	120
Figura 34. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Serra do Pereiro. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	120
Figura 35. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião do Sertão de Crateús. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	121
Figura 36. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião do Sertão do Inhamus. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	121
Figura 37. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião do Sertão de Quixeramobim. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	122
Figura 38. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião do Sertão de Senador Pompeu. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo	122

Figura 39. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará.
Microrregião de Sobral. Fonte: IFCE em Números. Disponível em:
<http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>.....123

Figura 40. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará.
Microrregião de Uruburetama. Fonte: IFCE em Números. Disponível em:
<http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>.....123

Figura 41. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará.
Microrregião de Várzea Alegre. Fonte: IFCE em Números. Disponível em:
<http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>.....124

Sumário

1	Apresentação	2
2	Identidade Institucional	3
	2.1 Breve Histórico do IFCE	3
	2.2 Caracterização do IFCE	3
	2.3 Organização multicampi do IFCE.....	4
	2.4 Ambiente de atuação do IFCE	5
	2.5 Aspectos socioeducacionais do Ceará.....	7
3	Base Conceitual	8
4	Objetivos	12
5	Aspectos Metodológicos	12
	5.1 Dados Qualitativos	12
	5.2 Dados Quantitativos.....	13
6	Diagnóstico da Situação de Evasão e Retenção no IFCE	14
	6.1 Diagnóstico Quantitativo	14
	6.2 Diagnóstico Qualitativo	22
7	Principais Causas da Evasão e Retenção no IFCE	23
	7.1 Fatores Individuais	23
	7.2 Fatores Internos à Instituição	25
	7.3 Fatores externos à instituição.....	29
8	Ações de intervenção e monitoramento para superação da evasão e retenção	29
	8.1 Ações Gerais.....	29
	8.2 Ações específicas.....	48
9	Meta de permanência e êxito	102
10	Metodologia de monitoramento das ações.....	104
	10.1 Planejamento	105
	10.2 Acompanhamento e avaliação das metas e das ações	105
	10.3 Atribuições das comissões locais	106
	10.3.1 Atribuições da Comissão Geral.....	107
	10.3.2 Atribuições das comissões locais	108
	10.3.3 Atribuições dos segmentos dos <i>campi</i>	109
11	Apêndice.....	109
12	Referências.....	124

A evasão e a repetência apresentam-se como problemas educacionais generalizados, cujas razões relacionam-se a múltiplos fatores de ordem política, ideológica, social, econômica, psicológica e pedagógica e à ausência de metodologias de ensino que incorporem e articulem os conhecimentos dos quais os alunos são portadores.

(HADDAD, 2002, p.89)

1 APRESENTAÇÃO

Ao longo dos últimos dez anos, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Rede Federal) vem passando por um processo de expansão e interiorização do ensino profissional com a finalidade de democratizar a sua oferta no Brasil. No entanto, durante esse período, os seus índices de evasão e de retenção acadêmica têm sido significativos, contrariando a perspectiva de universalização do acesso à educação e da garantia da permanência.

No decorrer desse tempo, várias iniciativas de combate à evasão e retenção foram realizadas, dentre elas, a ampliação dos recursos destinados aos diversos programas de assistência estudantil. Embora a relevância dos programas de assistência estudantil seja indiscutível para a permanência e êxito discente, faz-se necessário também um olhar institucional voltado para a qualidade do ensino. Nesse sentido, é relevante o reforço de ações que provoquem a participação dos estudantes em atividades de ensino, pesquisa e extensão e que possibilitem aos estudantes um percurso exitoso de formação acadêmica e profissional, no sentido de garantir reais condições de permanência¹.

Diante do exposto, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) recomendou a elaboração de um Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE às instituições da Rede Federal, com o objetivo de fortalecer a qualidade do ensino através de ações de incentivo à permanência e à promoção acadêmica.

O Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE, ou simplesmente Plano Estratégico do IFCE, construído com a participação da comunidade acadêmica, utilizou alguns documentos institucionais como subsídio para sua elaboração, tais como: os documentos enviados pelos *campi* com o relato dos principais motivos causadores da evasão e retenção acadêmica, assim como seus planos de ações para combatê-las, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018, o Relatório de Avaliação Institucional, entre outros.

Esse documento está estruturado de modo que apresenta de forma sucinta a trajetória do IFCE, com enfoque na sua identidade, na organização multicampi, ambiente de atuação do IFCE e aspectos socioeducacionais do Ceará. Também trata da base conceitual de evasão adotada pelo IFCE, enquanto aborda a metodologia utilizada para elaborar o supracitado plano. Apresenta ainda diagnósticos quantitativo e qualitativo relativos à evasão e retenção, bem como medidas de intervenção que visam a superação ou minimização dos índices e evasão, além da meta institucional de permanência e êxito e a metodologia de

¹ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. 2014.

acompanhamento e monitoramento da execução do Plano de ação e da meta de permanência e êxito.

Espera-se, portanto, que por meio do esforço coletivo da comunidade acadêmica, o IFCE fortaleça o processo de inclusão social que deve contemplar efetivamente as ações que viabilizam o acesso ao ensino profissional, como também aquelas que garantam as condições de permanência e êxito dos seus estudantes.

2 IDENTIDADE INSTITUCIONAL

2.1 BREVE HISTÓRICO DO IFCE

A história do IFCE inicia-se em 1909, como Escola de Aprendizes e Artífices, ofertando ensino profissional primário. Em 1937, passa a ser Liceu Industrial de Fortaleza; e em 1942, Escola Industrial de Fortaleza, ofertando educação profissional em nível equivalente ao ensino secundário. Em 1968, a Escola Industrial foi transformada em Escola Técnica Federal do Ceará, tornando-se autarquia com autonomia didática e de gestão.

Sob a perspectiva de ampliação da oferta de ensino superior, em 1999, a instituição passou a ser Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE).

Com a finalidade de ampliar e democratizar o acesso ao ensino profissional no país, na década de 2000, o Governo Federal através do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, iniciado em 2005, iniciou investimento significativo na construção de unidades federais de ensino profissional e na contratação de pessoal (corpo docente e técnico-administrativo). Nesse contexto, para ampliar a capacidade de diversificação na oferta de cursos e estruturar a instituição para essa nova perspectiva, em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei N° 11.892, o CEFET-CE muda de institucionalidade, juntamente com a maioria dos CEFETs e todas as Escolas Agrotécnicas do país, passando a ser Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DO IFCE

O Instituto Federal do Ceará é uma instituição federal de educação profissional e tecnológica, pluricurricular e multicampi, com natureza jurídica de autarquia e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, ofertando cursos que abrangem o ensino básico, técnico, a graduação e a pós-graduação, por meio da tríade ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, sua atuação vincula-se ao desenvolvimento local com a oferta de cursos de qualificação profissional, de cursos técnicos de nível médio, de cursos superiores de graduação - licenciatura, tecnologia e bacharelado, de pós-graduação *lato e stricto sensu* - especialização, mestrado e doutorado, como também, vincula-se ao desenvolvimento da inovação, da pesquisa aplicada e da extensão e desenvolvimento tecnológico, em uma mesma unidade de ensino.

Com base nessas considerações, a instituição tem como função social a promoção do ser humano, traduzida na democratização do acesso, assim como na permanente busca da qualidade da educação pública e no desenvolvimento científico-tecnológico como vetor de atendimento às demandas sociais.

2.3 ORGANIZAÇÃO MULTICAMPI DO IFCE

A ampliação da presença do IFCE no interior do estado do Ceará atende a meta do programa de expansão da Rede Federal e leva em consideração a própria natureza dos institutos federais, no que diz respeito à descentralização da oferta de qualificação profissional, cujos propósitos incluem o crescimento socioeconômico de cada região e a prevenção do êxodo de jovens estudantes para a capital.

Presente em todo o estado, a instituição conta, em 2016.2 com trinta *campi* em pleno funcionamento e dois em processo de implantação. Além desses, com a finalidade de assegurar à população do interior o acesso ao mundo virtual para completar as ações voltadas à profissionalização no Ceará, foram implantados 50 Centros de Inclusão Digital (CIDs) e dois Núcleos de Informação Tecnológica (NITs).

Conforme a figura abaixo, em 2017.1, a instituição contabiliza 31.428 matrículas distribuídas em duzentos cursos ofertados por meio das modalidades presencial e a distância².

² O programa de educação a distância do IFCE está presente em municípios cearenses, ofertando cursos técnicos, tecnológicos e de formação profissional para não docentes, respectivamente por meio dos projetos Universidade Aberta do Brasil (UAB), Escola Técnica Aberta do Brasil (E-TEC Brasil) e Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (Pró funcionário).

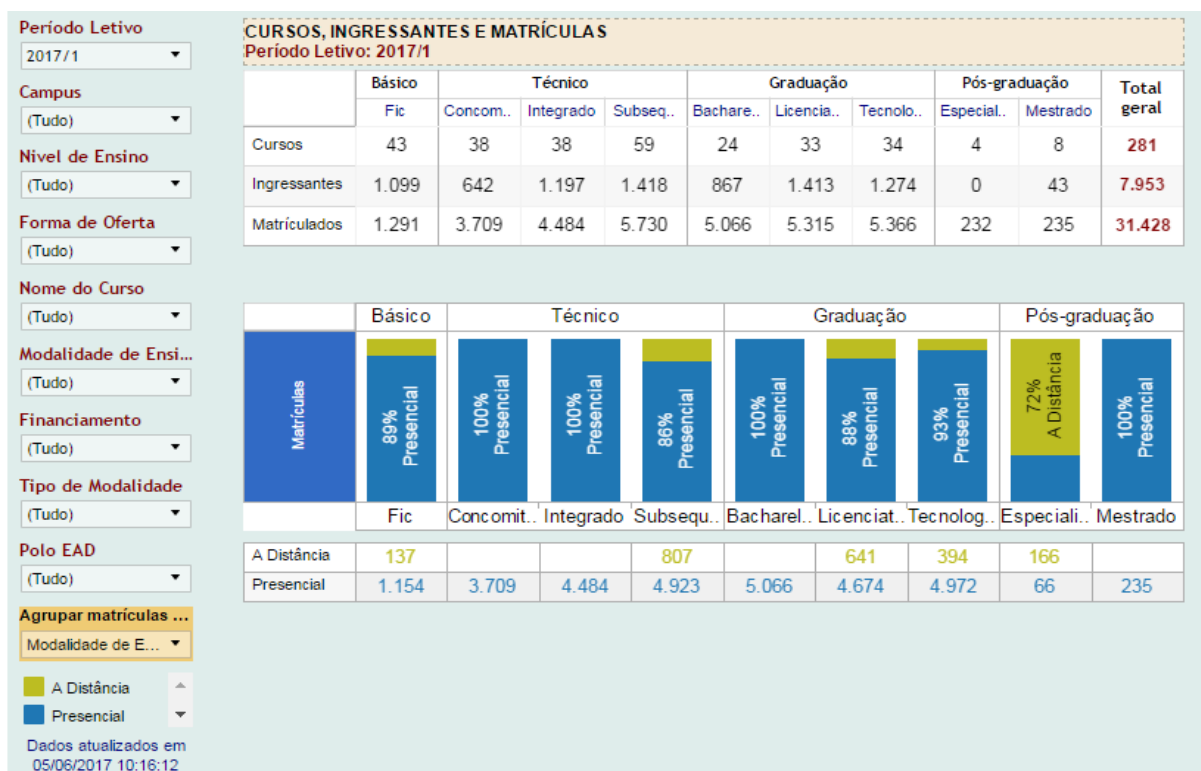


Figura 1. Visão das matrículas em todos os cursos do IFCE, no período letivo 2017.1, organizadas por modalidade de ensino. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>

2.4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO DO IFCE

Para entendermos um pouco sobre o contexto econômico e educacional do ambiente de atuação do IFCE, a Comissão Geral, responsável pela organização desse documento, apropriou-se das informações relacionadas a esses aspectos, abordadas no documento “Avaliação Institucional do IFCE”, do ano de 2016, organizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFCE. Deste documento, destaca-se que a área territorial do Ceará é de 148.920,538 KM². O estado é composto por 184 municípios divididos em sete mesorregiões e 31 microrregiões, totalizando 8.452.381 habitantes. Sua economia é a terceira mais forte da região Nordeste, sendo sua participação no produto interno bruto (PIB) regional de 14,5%, atrás dos estados da Bahia (31,5%) e de Pernambuco (17,9%), e sua contribuição no produto interno bruto (PIB) nacional é de 1,9%³.

No que diz respeito ao (PIB), o relatório mencionado destaca que, em 2012, o Ceará estava na décima segunda posição no Brasil com precisamente R\$ 94,6 bilhões. Em 2012, cresceu 3,65%, ou seja, cinco vezes mais que a economia brasileira, cujo crescimento foi de 0,6%.

³ Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFCE). Comissão Própria de Avaliação (CPA). Avaliação Institucional. Ano 2016. Disponível em: <http://ifce.edu.br/instituto/conselhos-e-orgaos-colegiados/cpa>. Acesso em: 18 abr. 2017.

Essa vantagem do Ceará em relação ao Brasil está relacionada principalmente ao setor de serviços, que representa 70% da economia cearense, embora seja possível destacar também o crescimento dos setores do comércio (6,5%), das atividades ligadas ao turismo, tais como alojamento e alimentação e ainda transporte, cujos índices de crescimento foram respectivamente de 8,4% e 10,7%, do setor industrial, que cresceu 2,2%, devido principalmente, à oferta de eletricidade, gás e água. Sobre o setor de agropecuária⁴, que representa 5% da economia cearense houve uma queda de desempenho de 31,6% onde 3% refere-se ao baixo desempenho do Ceará tendo em vista que foi prejudicado pela falta de chuvas no Estado⁵.

De acordo com o explanado no Relatório de Avaliação Institucional de 2014, dentre os segmentos que têm grande influência na economia regional destacam-se:

- a) **o segmento industrial:** diversificado e em processo de expansão. No Ceará, Fortaleza é o local com a maior concentração de indústrias que operam com o couro como matéria-prima. A produção de calçados é responsável por 27% das exportações do Ceará;
- b) **a mineração:** merecendo destaque as atividades de mineração praticadas no estado através da extração de ferro, argila, magnésio, granito, petróleo, gás natural e urânio, bem como a indústria do sal, extraído nas regiões litorâneas;
- c) **o turismo:** outra atividade de fundamental importância para a economia do Ceará, tem atraído para o estado redes internacionais de hotéis e empresas de serviço e comércio.

É importante destacar que outros setores também são importantes para a economia cearense, como, por exemplo, o polo têxtil e de confecções da capital e do interior e ainda os ramos alimentício, químico, siderúrgico e metalmeccânico.

Nessa perspectiva, no ano de 2013 o Ministério do Trabalho e Emprego identifica que

o nível de crescimento de postos de trabalhos no Estado do Ceará, foi de 41.009, o que corresponde a 21,05% do total de empregos criados no Nordeste e o segundo melhor saldo da região, sendo superado apenas por Pernambuco, onde 46.561 empregos foram criados. Essa elevação do número de postos de trabalho no Ceará deveu-se aos setores de serviços, que criou 23.414 novas vagas, seguido do comércio e da indústria de transformação, setores responsáveis por 14.411 e 5.846 oportunidades de emprego, respectivamente⁶.

Diante do exposto, é possível inferir que esse desempenho pode ser o reflexo da política de infraestrutura implantada no Ceará nos últimos anos. No entanto, atualmente, devido ao contexto da crise político-econômica, o país passa por um processo de queda na economia e

⁴ A agropecuária cearense baseia-se no cultivo de frutas, com destaque para castanha de caju, banana, laranja, coco, abacaxi e melão e ainda cana-de-açúcar, mandioca, feijão, arroz, milho, algodão, entre outros, bem como na criação de rebanhos de bovinos, caprinos e suínos.

⁵ IFCE.CPA,2016.

⁶ IFCE.CPA,2016.

com isso, há aumento da inflação, queda na aquisição de bens e serviços e, por conseguinte, nos indicadores de empregabilidade. Diante desse fato, espera-se que políticas econômicas sejam efetivadas de modo a favorecer o crescimento econômico do Brasil e em especial do Ceará.

2.5 ASPECTOS SOCIOEDUCACIONAIS DO CEARÁ

Na área socioeducacional, 18,6% dos cearenses são analfabetos; 29,5% são analfabetos funcionais; boa parte da população ainda convive com a desnutrição e a desigualdade social; a taxa de mortalidade infantil é de 27,6 a cada mil crianças nascidas vivas; o estado ocupa a 22ª posição no ranking nacional do índice de desenvolvimento humano (IDH), com média de 0,723⁷.

Nesse sentido, os índices de desenvolvimento do Ceará, por vezes abaixo do aceitável, justificam o investimento do Governo Federal em ações que promovam o desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental do estado, a começar pelo setor educacional, largamente beneficiado pelo processo acelerado de expansão da rede de educação profissional, mais precisamente dos Institutos Federais de educação tecnológica.

Desta forma, o desenvolvimento sociopolítico e econômico do Ceará impôs demandas ao IFCE, o que levou a instituição a estender sua ação educativa no interior do estado.

A Figura 2 apresenta uma síntese das matrículas existentes⁸ na Educação Básica e Profissional, em todo o Ceará, por esfera administrativa e por etapa de ensino assim como, a previsão de público potencial para cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes e para cursos de graduação.

⁷ IFCE.CPA, 2016.

⁸ BRASIL. Censo escolar da Educação Básica. Ano 2015

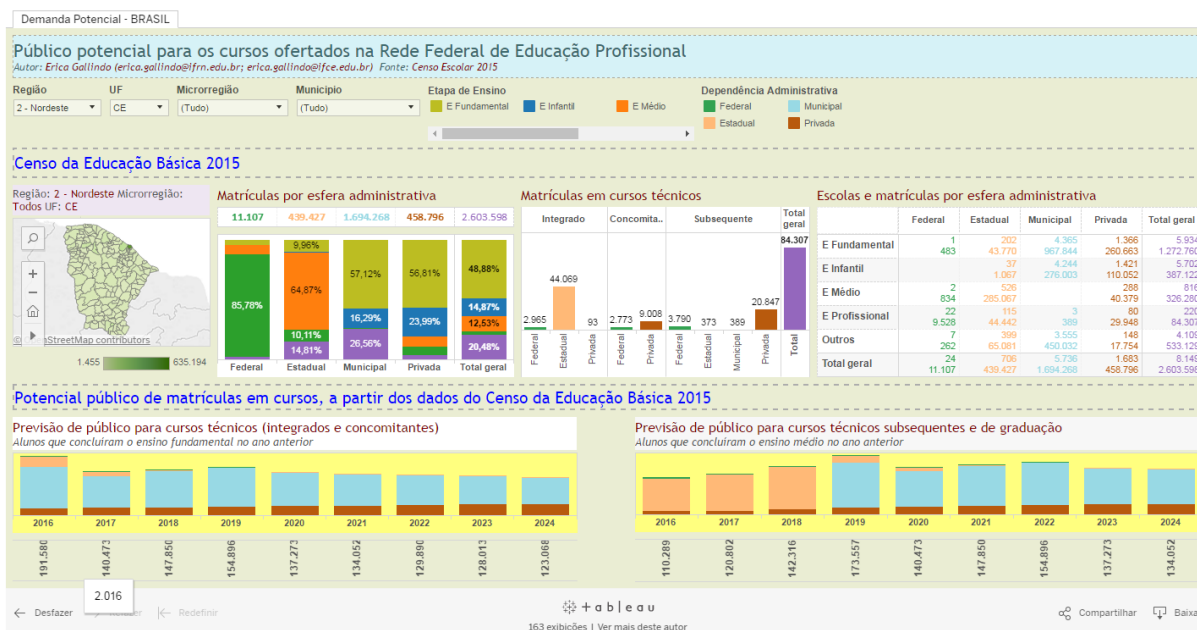


Figura 2. Público potencial para os cursos ofertados pelo IFCE. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo/>

A síntese supramencionada é feita por microrregião e por município e está disponível no apêndice deste documento.

3 BASE CONCEITUAL

No Brasil, conforme a Constituição Federal (CF) vigente, a educação é um dos direitos fundamentais que deve ser garantido ao cidadão⁹. Todavia, o seu artigo 206, e o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9.394/96 (LDB), apontam a garantia do padrão de qualidade educacional, a valorização do profissional da educação escolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, como princípios que devem calcar o processo educacional para que este se desenvolva de forma efetiva e favoreça a permanência e o êxito estudantil.

Ao tratarmos de permanência e êxito estudantil, merecem destaque a retenção e a evasão, problemas presentes desde a educação básica até a superior, e que interferem negativamente nos indicadores de qualidade em qualquer instituição de ensino.

Estudos de Tinto (1975)¹⁰ nos levam a entender que “a evasão deve ser vista como um fenômeno complexo e não um problema comum, uma vez que compromete o efetivo do direito à educação de qualidade para todos”.

⁹ BRASIL, Constituição Federal de 1988, artigo 205.

¹⁰ BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação profissional e Tecnológica. Institui Documento Orientador para a Superação Da Evasão E Retenção Na Rede Federal De Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 2014, p.15.

No Brasil, estudos organizados pela Comissão Especial para Estudo da Evasão (1996) concluíram que

“a saída definitiva do aluno de seu curso de origem sem concluí-lo é considerada evasão de curso e a evasão de instituição é entendida como o desligamento da instituição na qual o estudante estava matriculado. Por outro lado, a retenção consiste da não conclusão do curso no período previsto, fator concorrente para o aumento da propensão em relação à evasão”¹¹.

A Comissão concluiu ainda que as principais causas da evasão classificam-se em três grandes áreas que, por sua vez, contemplam várias variáveis. A primeira área relaciona-se aos estudantes, a outra às instituições de ensino e, a última, a questões socioculturais e econômicas.

A partir dessas considerações e com base no Documento Norteador para Superação da Retenção e Evasão Escolar, apresentado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia (SETEC), em 2015, dentre as possibilidades conceituais sobre evasão observadas, é possível a instituição, analisar a evasão sob duas perspectivas: saída do estudante da instituição ou do curso.

A partir de estudos e discussões sobre esse assunto, o IFCE optou por analisar a evasão sob a ótica do curso por considerar que é a granularidade que mais permite se aproximar de suas causas, possibilitando uma análise mais completa acerca de todas as possibilidades de saída do estudante da instituição, ou seja, com êxito, por meio da conclusão do curso ou sem êxito por meio da evasão.

Conforme orientação do documento norteador mencionado, as variáveis que corroboram com a retenção e evasão por curso no IFCE classificam-se em três categorias, a saber:

- a) fatores individuais que apresentam aspectos inerentes aos estudantes;
- b) fatores internos à instituição que se referem a problemas relacionados à infraestrutura, ao currículo, à gestão administrativa e didático-pedagógica da instituição, bem como outros fatores institucionais que conduzem o aluno a evadir-se do curso;
- c) fatores externos à instituição relacionam-se às dificuldades sociais e financeiras do estudante em permanecer no curso e a questões inerentes à futura profissão¹².

Sobre esses fatores, o documento destaca que “embora os fatores individuais e os externos estejam ligados a circunstâncias em que a intervenção é dificultada por aspectos próprios, as

¹¹ BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação profissional e Tecnológica. Documento Orientador Para A Superação Da Evasão E Retenção Na Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica, 2014, p.20.

¹² BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação profissional e Tecnológica. Documento Orientador Para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. 2014 p. 19 e 20.

instituições de ensino devem se comprometer a buscar medidas que contribuam com a solução ou mitigação dessas questões”¹³.

Para facilitar a compreensão sobre o cenário da evasão no IFCE, as situações de matrículas¹⁴ do IFCE foram classificadas em “Regularmente matriculados” e “Inativos”.

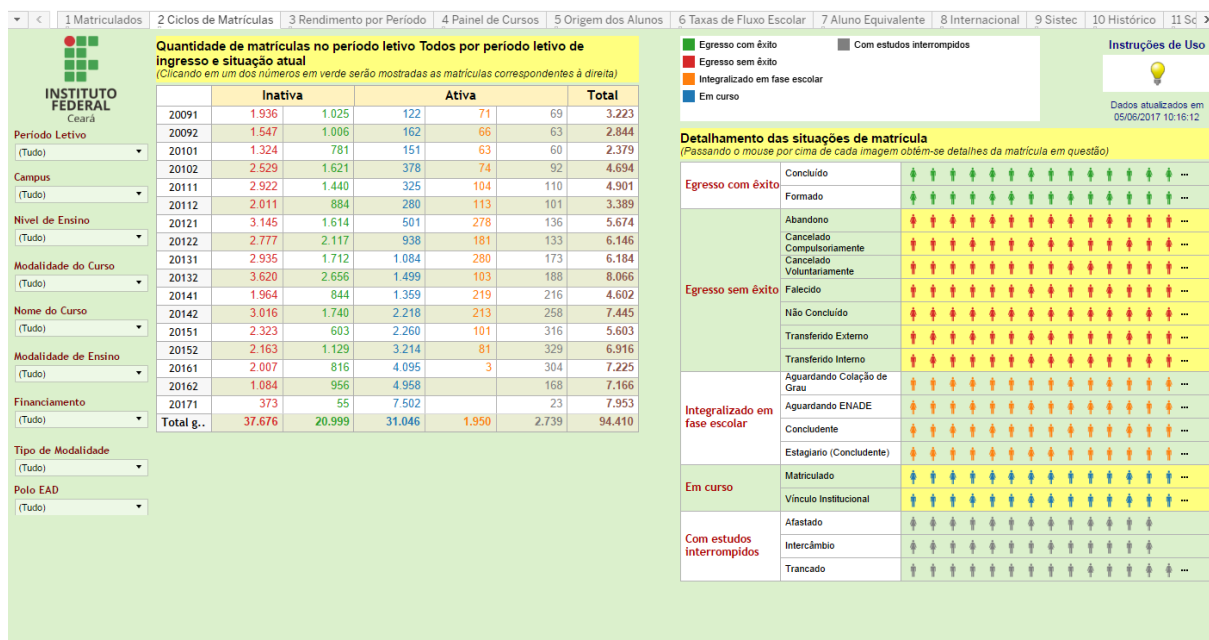


Figura 3. Visão das situações de matrículas nos cursos do IFCE. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>

A categoria de estudantes **regularmente matriculados** diz respeito a estudantes que estão:

- com estudos interrompidos temporariamente. As situações de matrículas desse grupo podem ser:
 - a. **Intercâmbio** - Situação que indica que o estudante está realizando intercâmbio naquele período letivo.
 - b. **Trancado** - Situação que indica que a matrícula está trancada naquele período letivo.
- frequentando regularmente seu curso no período letivo;
- com os estudos integralizados em fase escolar, significando que estes já cumpriram toda a carga-horária de disciplinas necessárias à conclusão do curso, mas ainda estão na dependência de alguma etapa final. Este grupo pode ter as seguintes situações de matrículas:

¹³ BRASIL, Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, p.20.

¹⁴ A situação da matrícula é alterada (no final de cada período letivo que pode ser período letivo semestral ou anual, a depender do curso).

- a. **Aguardando Colação de Grau** - Situação da matrícula de um estudante de curso de graduação que tem pendência de colação de grau.
- b. **Aguardando ENADE¹⁵** - Situação da matrícula de um estudante de um curso de graduação que está aguardando regularizar sua situação quanto ao Enade.
- c. **Estagiário concludente** - Situação da matrícula de um aluno que está realizando estágio. Esta situação é alterada no sistema quando há o registro do estágio do aluno por meio do módulo do CIEE - cursos técnicos.
- d. **Vínculo institucional** - Situação que representa que o estudante possui vínculo institucional naquele período letivo, mas não está cursando nenhuma disciplina no período por não haver oferta das disciplinas necessárias ou pelo aluno não ter conseguido o estágio¹⁶.

A categoria de **estudantes inativos** divide-se em:

- egressos com êxito que se refere aos estudantes que concluíram seus cursos. Para esse grupo, a situação de matrícula é:
 - a. **Formado** - Para os que concluíram a graduação.
 - b. **Concluído** - Para os que concluíram os cursos técnicos.
- egressos sem êxito que se refere aos estudantes que saíram do curso sem ser via conclusão. Para esses casos podem ser atribuídas uma das seguintes situações de matrícula:
 - a. **Abandono** - Situação que representa que o estudante deixou de frequentar o curso naquele período letivo.
 - b. **Cancelado Voluntariamente** - Situação que representa que o aluno solicitou o cancelamento de sua matrícula naquele período letivo.
 - c. **Cancelado Compulsoriamente** - Situação que representa que o IFCE cancelou a matrícula do estudante naquele período letivo.
 - d. **Transferido Interno** - Situação que indica que o aluno solicitou a transferência para outro curso do instituto naquele período letivo.
 - e. **Transferido Externo** - Situação que indica que o aluno solicitou a transferência para outra instituição naquele período letivo.

Uma vez concluído que a análise da evasão seria por curso e que ela se refere a toda e qualquer saída do estudante de seu curso sem êxito, a instituição traçou sua metodologia de trabalho para elaboração do Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE.

¹⁵ Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

¹⁶ IFCE. Gestão PROEN. Gestão Acadêmico. Disponível em: https://PROEN.ifce.edu.br/projects/gestao-PROEN/wiki/Descricao_de_Situacoes_de_Periodo. Acesso em: 15 jul. 2016.

4 OBJETIVOS

O Plano Estratégico visa alcançar os seguintes objetivos junto à comunidade do IFCE:

- a) compreender a contenção da evasão escolar como uma política institucional necessária à melhoria da qualidade educativa;
- b) mapear as causas e motivos que levaram os alunos a se evadirem e propor ações de redução da taxa de evasão;
- c) incentivar a reitoria e os *campi* quanto ao desenvolvimento de propostas educacionais inclusivas;
- d) controlar, acompanhar e conter a evasão estudantil e;
- e) sugerir intervenções que possam atenuar essas situações ou até resolvê-las.

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada para elaboração do Plano Estratégico divide-se em duas partes:

- a. Metodologia para levantamento dos dados quantitativos e
- b. Metodologia para levantamento dos dados qualitativos.

5.1 DADOS QUALITATIVOS

O levantamento das causas da retenção e evasão no IFCE foi iniciado no final do ano de 2013, sob a coordenação da Pró-reitoria de Ensino, a partir do Ofício Circular Nº 119/2013 – DPE/SETEC/MEC, que trata da atualização do SISTEC e envio de informações sobre evasão e retenção.

Cada *campus* da instituição coletou, junto a sua comunidade acadêmica¹⁷, as causas da evasão e retenção dos cursos com média de evasão superior a 15%. Posteriormente, esses dados foram consolidados pela Pró-reitoria de Ensino, preenchidos e enviados para SETEC.

De acordo com as orientações da SETEC, foram elencadas causas prioritárias da retenção e da evasão por *campus*. Esse material serviu como subsídio para o planejamento de ações, desenvolvidas em 2014.2 a 2016, de combate à evasão e retenção no âmbito dos *campi*.

Com as novas recomendações estabelecidas pela SETEC, via Nota Informativa Nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC, que informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção do Plano Estratégico, o IFCE, com o sentimento de valorizar o trabalho de levantamento do diagnóstico qualitativo ora realizado e de atender as novas recomendações,

¹⁷ Gestões geral e de ensino, corpos docente e discente, coordenadorias de cursos, coordenações técnico-pedagógicas, coordenações de assistência estudantil, coordenações de controle acadêmico.

contemplou nesse documento não só o material ora coletado, mas, também, novas informações apresentadas pelos *campi* inerentes a essa temática.

A partir das orientações da referida nota, foram formadas as seguintes comissões:

- Comissão Geral de Acompanhamento e Monitoramento das Ações de Incentivo à Permanência e Êxito e dos Indicadores de Acesso, Permanência e Êxito atuando em nível sistêmico. Representada por profissionais dos diversos segmentos que atuam na reitoria e nos *campi*.

Atribuições: elaborar, sistematizar, validar e monitorar os indicadores de acesso, permanência e êxito e acompanhar o desenvolvimento das estratégias previstas no Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE.

- Comissões Locais de Acompanhamento e Monitoramento das Ações de Incentivo à Permanência e Êxito e dos Indicadores de Acesso, Permanência e Êxito que atuam em cada *campus*.

Atribuições das comissões locais: revisar em conjunto com os diversos segmentos do *campus*, as causas da evasão e retenção levantadas anteriormente, pesquisar junto aos diversos segmentos do *campus*, motivos que favorecem a evasão e retenção (para *campi* que não participaram do primeiro levantamento feito em 2013), avaliar a minuta do Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE junto à comunidade acadêmica do *campus* propondo sugestões de melhoria, caso seja necessário, e por fim, acompanhar os indicadores de acesso, permanência e êxito no *campus*, assim como a execução das ações previstas.

5.2 DADOS QUANTITATIVOS

Um dos desafios que está posto nos últimos tempos no IFCE é a possibilidade de uma visão sistêmica que auxilie o planejamento de estratégias no combate à evasão e à repetência de seus estudantes, visando garantir o acesso, a permanência e o êxito discente. Para diagnosticar a situação detalhada da evasão na instituição, percebeu-se a necessidade de se consolidar os dados dos sistemas acadêmicos num local único, de uso simplificado para que os próprios educadores (docentes, técnico-administrativos, entre outros) conseguissem acessar e manusear as informações de acordo com as suas necessidades específicas.

Sabe-se que dados são cruciais para a compreensão e posterior intervenção nas atividades educacionais, mas para sua efetiva utilização percebeu-se a necessidade de enfrentar alguns dos problemas identificados antes do início deste projeto, tais como:

Dados obsoletos: Devido ao esforço e tempo necessário para criar planilhas ou relatórios impressos, os educadores muitas vezes não conseguem manter atualizados os relatórios produzidos com uma frequência razoável. Os relatórios nascem já obsoletos e precisam ser refeitos a cada nova coleta de dados.

Dados desconectados: Dados oriundos de vários relatórios dos vários sistemas acadêmicos raramente são correlacionados. Os educadores têm que gastar horas criando suas próprias planilhas para obter uma vaga ideia sobre a evolução acadêmica de seus estudantes, cursos e unidades de ensino (*campus*).

Múltiplas fontes de dados: Como os dados estão distribuídos em múltiplos sistemas institucionais e até mesmo em sistemas governamentais (dados sobre mercado de trabalho, p.ex.), a integração da informação a partir de várias fontes de dados é um desafio tecnológico complexo e caro.

De maneira resumida, observou-se que a forma de disponibilização dos dados existentes nos sistemas acadêmicos do IFCE não estava em consonância com as necessidades dos educadores. Neste contexto, foi proposto o desenvolvimento de um sistema que incluísse as seguintes características:

Fácil acesso: Os dados estariam consolidados e prontos para serem acessados e analisados - via Web – por toda a comunidade acadêmica, em particular os educadores da instituição e o público em geral.

Dados atualizados: As visualizações dos dados seriam atualizadas em concomitância aos novos registros inseridos nos vários sistemas envolvidos.

Interface Visual: Ao invés de linhas, colunas com números, os dados seriam apresentados em gráficos tornando mais fácil a identificação de tendências e problemas.

Interatividade: As informações estariam disponíveis em múltiplos níveis, de forma que os educadores pudessem responder aos seus próprios questionamentos de forma simples e direta.

Dessa forma foi que surgiu o IFCE em Números (<http://ifceemenumeros.ifce.edu.br>) como um local único de divulgação dos dados quantitativos relativos às atividades de ensino da instituição. Os dados disponibilizados iniciam no período letivo 2009.1 - ano inicial de funcionamento da instituição após a transformação em Instituto Federal – e são atualizados semanalmente.

6 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DE EVASÃO E RETENÇÃO NO IFCE

6.1 DIAGNÓSTICO QUANTITATIVO

O IFCE em Números está organizado por abas, cada uma representando uma visão diferente dos dados do ensino. Em todas as abas existem filtros para restringir quais matrículas serão mostradas, tais como filtro por **Campus**, **Modalidade de Ensino** (presencial ou a distância), **Nível de Ensino** (básico, técnico, graduação e pós-graduação), **Curso**, **Forma de Oferta**

(integrado, concomitante e subsequentes – para cursos técnicos ou bacharelado, licenciatura e tecnologia – para cursos de graduação), entre outros.

Como exemplo de informação que pode ser visualizada no IFCE em Números, na Figura 4, que ilustra a aba “1 – Matriculados”, é possível identificar claramente que 31.428 matrículas foram realizadas em toda a instituição no primeiro semestre do ano letivo 2017.1. Adicionalmente, é possível identificar que destas, 7.953 representam ingressantes (novos alunos) daquele semestre; as demais são matrículas de alunos que continuam os cursos iniciados em semestres anteriores.

As matrículas estão separadas por nível e ensino e por forma de oferta, possibilitando a rápida leitura dos números de matrícula por tipo de curso. Nesta mesma visão é possível agrupar as matrículas de acordo com a opção escolhida no filtro à esquerda da tela. No exemplo em tela, as matrículas estão agrupadas por modalidade de ensino, sendo possíveis outras formas de agrupamento, tais como: sexo, faixa etária, forma de ingresso.

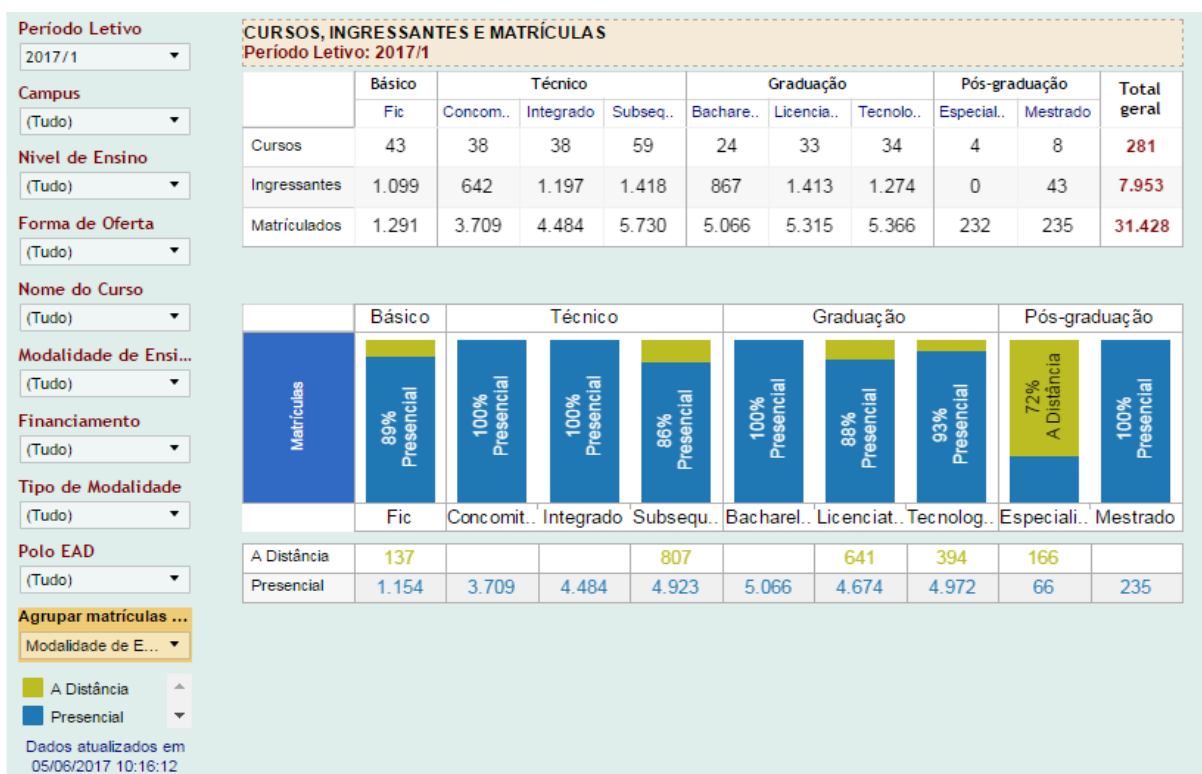


Figura 4. Visão das matrículas em todos os cursos do IFCE, no período letivo 2017.1, organizadas por modalidade de ensino. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>

Na Figura 5, que ilustra a aba “2 – Ciclos de Matrícula” do IFCE em Números, é possível visualizar a situação na qual se encontram as matrículas iniciadas em um determinado período letivo. Esta visão é útil para identificar a eficácia do curso (em termos de conclusão) por cada turma de ingressantes, em cada um dos períodos letivos em que novas vagas foram ofertadas. Ela serve, por exemplo, para comparações de desempenhos entre turmas distintas de um mesmo curso a fim de tentar diagnosticar o porquê das variações de comportamento (em termos de evasão e conclusão) dos grupos de estudantes analisados.

Nesta visão pode-se identificar, por exemplo, que 577 matrículas foram realizadas no curso TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA do CAMPUS FORTALEZA em todos os períodos letivos registrados no sistema acadêmico. É possível visualizar também que 43 estudantes ingressaram no período letivo 2010.1 e destes 21 se formaram, 21 saíram do curso sem êxito e 1 está com matrícula integralizada em fase escolar, ou seja, na dependência do estágio curricular para concluir o curso. Cada desenho no quadro à direita representa uma matrícula em particular e passando-se o mouse por cima deste obtém-se o código de matrícula, o curso e a situação daquele estudante.

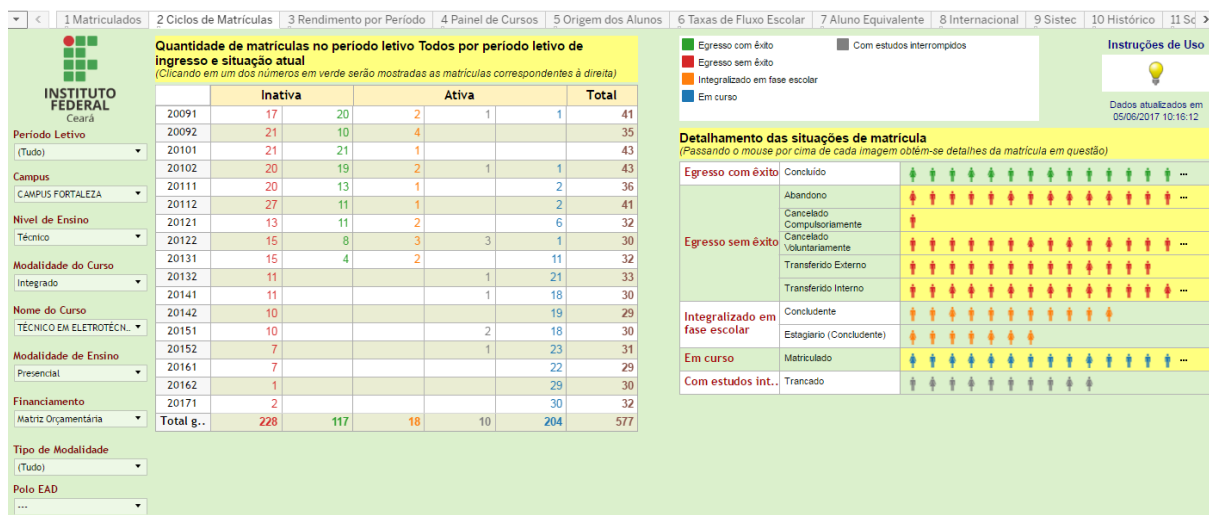


Figura 5. Visão das situações de matrículas em todos os cursos do IFCE, agrupadas por semestre de início e situação da matrícula. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>

Na Figura 6 que ilustra a aba “3 – Rendimento por Período” é possível visualizar o rendimento obtido por cada estudante, em cada um dos períodos letivos no qual ele estudou num curso da instituição. Cada matrícula tem uma situação específica para cada um dos períodos cursados pelo estudante, com destaque para as seguintes:

- **Aprovado:** estudante foi aprovado em todas as disciplinas na qual estava matriculado;
- **Reprovado:** estudante foi reprovado em todas as disciplinas na qual estava matriculado;
- **Aprovado parcialmente:** estudante foi reprovado em pelo menos uma disciplina na qual estava matriculado.

A partir desta visão é possível identificar, por exemplo, padrões visuais de comportamento dos estudantes que se evadem da instituição. Em análises realizadas em cursos e campi, percebeu-se que há um padrão comum em alunos que abandonam os cursos. Geralmente eles apresentam uma queda gradativa de desempenho ao longo de semestres anteriores, antes de uma ruptura definitiva de seu vínculo com a instituição. Desta forma, é possível realizar ações de intervenções precocemente, ampliando as chances de permanência e êxito destes estudantes.

Para exemplificar essa situação, na matrícula destacada em amarelo na Figura 6 observa-se que o estudante cuja situação atual da matrícula é “abandono”, iniciou seu primeiro período obtendo aprovação em todas as disciplinas (verde escuro), teve uma queda de desempenho no segundo, sendo aprovado parcialmente (verde claro), no terceiro período foi reprovado em todas as disciplinas (laranja) e no quarto e último período abandonou o curso. Nesse caso, uma intervenção da equipe pedagógica logo após a queda de desempenho do segundo período poderia ter resultado na permanência deste estudante e posterior conclusão de seu curso.

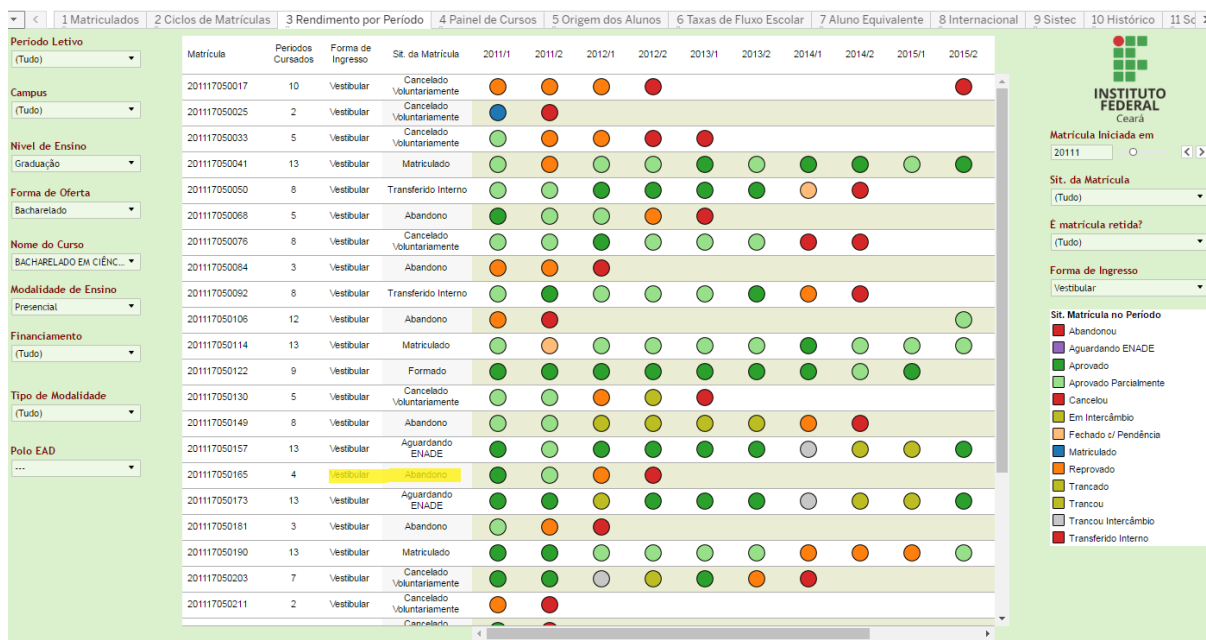


Figura 6. Visão das situações de período das matrículas no curso de Bacharelado em Ciência da Computação do IFCE, iniciadas no período letivo 2013.1. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>

Na Figura 7, que ilustra a aba “4 – Painel de Cursos” tem-se uma consolidação das principais informações acerca de um curso, com o objetivo de prover o coordenador do curso de indicadores que o permitam compreender o perfil dos estudantes ingressantes. Com esta clareza o coordenador pode sistematizar ações mais precisas para maximizar o sucesso do curso como um todo.

Nesta visão é possível identificar a distribuição dos ingressantes por período letivo, forma de ingresso, faixa etária, cotas sociais e etnia. Também é possível visualizar indicadores de saída com e sem êxito, além de saber qual o período letivo em que as evasões estão ocorrendo com maior frequência, para que ações de contorno possam ocorrer.

No exemplo em tela, do curso TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA do CAMPUS FORTALEZA, em 2015.1 recebeu 44 alunos ingressantes e teve 587 alunos matriculados no total. Dos 587 que estiveram matriculados em 2015.1, 93 terminaram o curso com êxito (46 dentro do prazo e 47 fora do prazo), 206 saíram do curso sem êxito e 288 continuam estudando (175 dentro do prazo mínimo para conclusão e 113 fora do prazo).

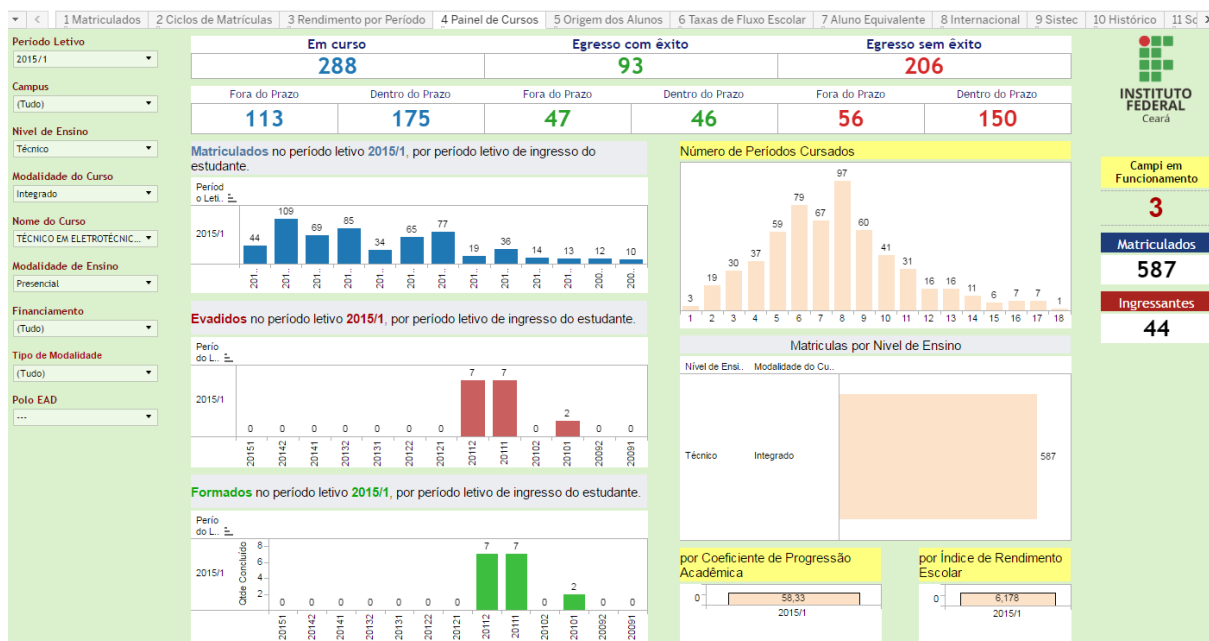


Figura 7. Visão de indicadores gerais do curso TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA do CAMPUS FORTALEZA no ano de 2015. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>

Na Figura 8, que ilustra a aba “5 – Origem dos Alunos” tem-se uma visualização dos principais municípios atendidos pelo IFCE – *Campus* JUAZEIRO DO NORTE. Nesta visão é possível identificar quais os municípios de onde estão vindo mais alunos para o *campus*. Os municípios plotados na tela são aqueles informados no endereço de cada estudante. Este tipo de informação tem sido bastante utilizado para a seleção dos locais de divulgação dos cursos do IFCE bem como para a organização de rotas dos transportes escolares fornecidos pelos *campi* do instituto.

Observa-se também que no período de 2016.2, 52,80% dos alunos atendidos foram do próprio município de Juazeiro do Norte, seguido de Crato (13,47%) e Barbalha (7,65%). Este último dado sucinta alguns questionamentos que requerem uma análise mais aprofundada. Por exemplo, por que razão alunos da cidade do Crato, onde o IFCE também possui um *campus*, estão optando por estudar na cidade vizinha de Juazeiro do Norte? Questionamentos como estes só começaram a ser frequentes após a visualização dos dados apresentados pelo IFCE em Números.

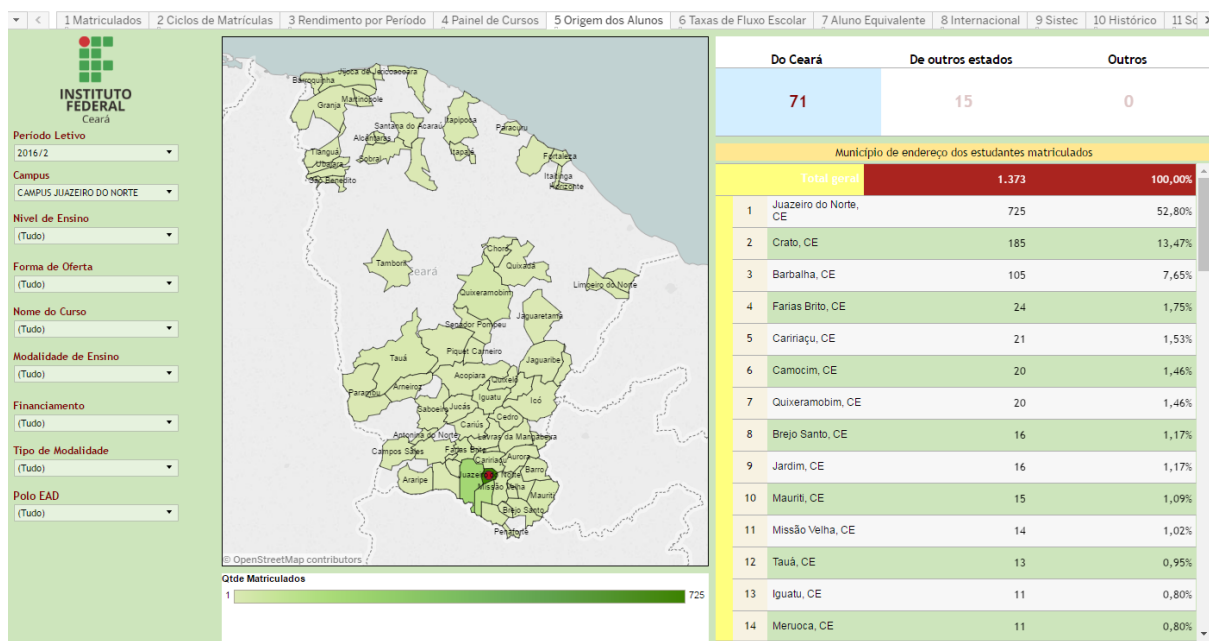


Figura 8. Visão da origem dos estudantes matriculados em todos os cursos do IFCE – *Campus* JUAZEIRO DO NORTE em 2016.2. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>

Na Figura 9, que ilustra a aba “6 – Taxas de Fluxo Escolar” tem-se uma visualização das taxas de conclusão, evasão e retenção, organizadas por ano de previsão de término dos estudantes, para permitir a análise e intervenções nos cursos com maiores taxas de retenção e evasão. A previsão de término dos estudantes é calculada com base na data de início do curso e na duração do curso em anos.

Estão sendo visualizadas as taxas de evasão (vermelho), conclusão (verde) e retenção (laranja) dos cursos de graduação (bacharelado) de todo o IFCE, desde 2009.1, no exemplo da Figura 9. Neste cenário, é possível analisar que das matrículas previstas para concluir no ano de 2015, 22,09% destas concluíram com êxito, 55,81% dos estudantes se evadiram e 21,46% estão retidos, ou seja, ainda estão estudando, sendo neste caso, num tempo superior previsto para a integralização do curso.

Uma informação que chama a atenção nesta visualização são as taxas de evasão de matrículas com previsão de término no futuro. Das matrículas previstas para terminar no ano de 2018, por exemplo, 43,06% dos estudantes já se evadiram, isso significa que apenas cerca de 56,12% dos alunos que ingressaram neste grupo terão chance de se formar.

Este é um dado que também só passou a ser incorporado com o rigor necessário no dia a dia das ações institucionais, a partir da publicação do IFCE em Números. Até então não havia clareza por parte dos gestores da real situação destas taxas por curso, ano de ingresso, ano de previsão de término, curso, nível de ensino, *campus* etc. Atualmente todas as ações para permanência e êxito dos estudantes estão sendo pautadas com base nos indicadores apresentados nesta visão.

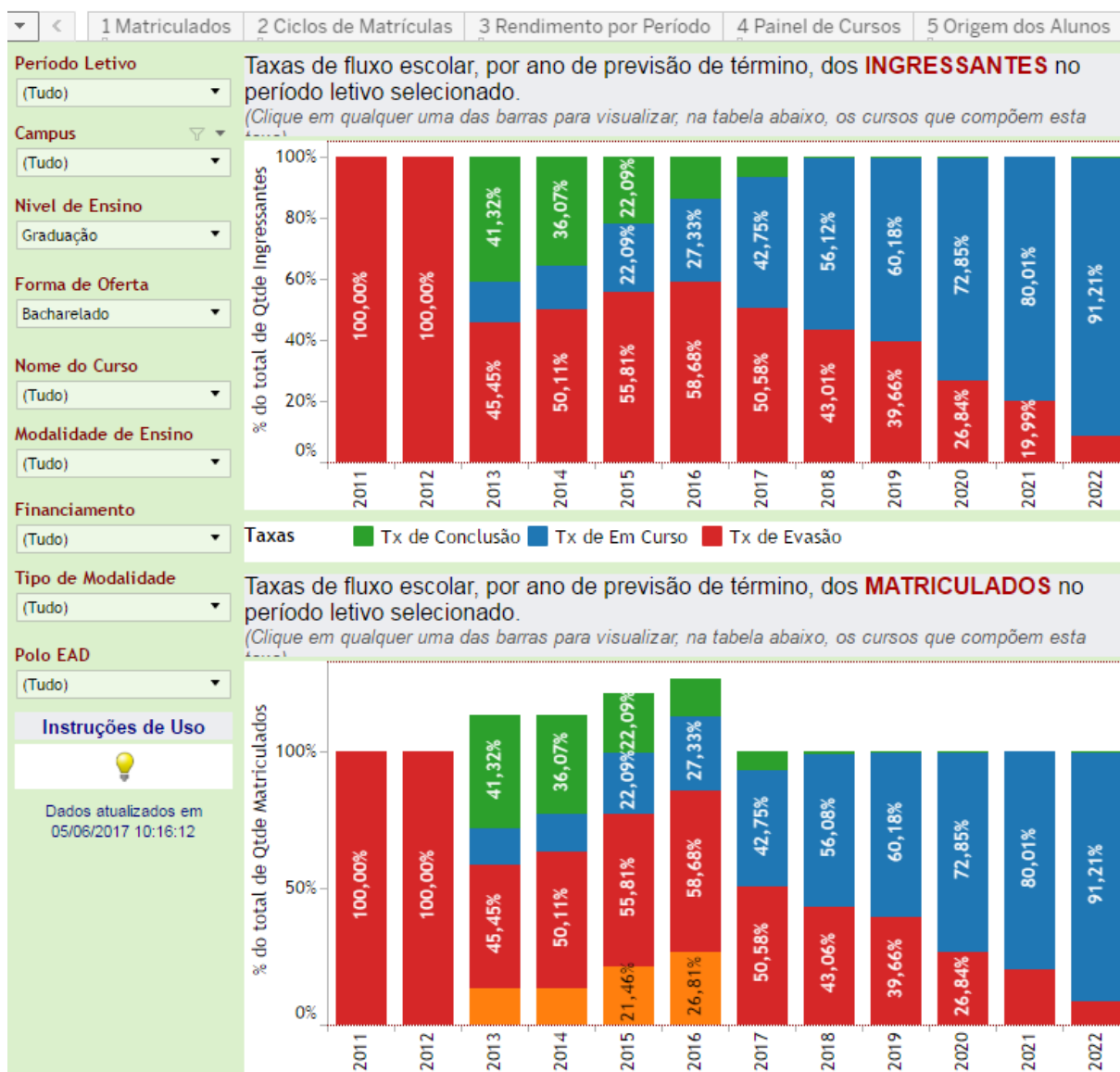


Figura 9. Visão das taxas de fluxo escolar nos cursos de graduação, bacharelado do IFCE. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>

Na Figura 10, que ilustra a aba “8 – Internacional” tem-se uma visualização das ações de internacionalização do ensino em execução na instituição. Nesta visão é possível identificar a quantidade de alunos enviados ao exterior para intercâmbio, a quantidade de alunos estrangeiros recebidos, os programas de financiamento dos intercâmbios, os principais países que receberam os alunos da instituição e o histórico de intercâmbios ao longo dos anos, dando transparência ao volume de ações realizadas pelo setor de assessoria internacional do instituto.

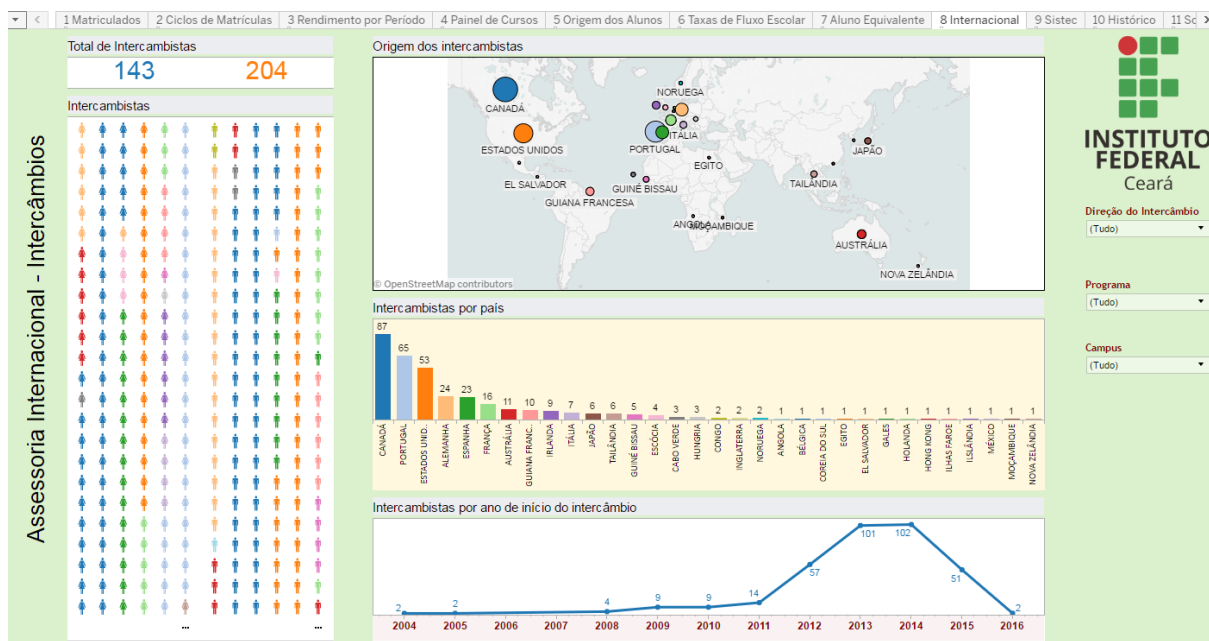


Figura 10. Visão de estudantes enviados e recebidos para intercâmbio no IFCE. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>

A partir dos dados acadêmicos organizados e disponibilizados por meio do IFCE Em Números, vários questionamentos vêm surgindo dentro dos setores competentes da instituição e paulatinamente visões para ajudar a respondê-los vão sendo incorporados na ferramenta.

Os principais questionamentos construídos após a implantação do projeto estão listados a seguir:

- Qual a principal razão da evasão do ponto de vista dos que saíram sem completar o curso?
- O curso está sendo ofertado no turno mais adequado às necessidades da maioria dos estudantes?
- Os estudantes têm condições financeiras de frequentar aquele curso no horário ofertado?
- Eles são assistidos pelo setor de assistência estudantil?
- Eles têm alguma bolsa de permanência de algum órgão de fomento?
- Os estudantes visualizam uma possibilidade de ascensão econômica a partir daquele curso?
- O curso está apropriado àquela unidade de ensino?
- A forma de oferta do curso técnico está adequada para aquela realidade regional?
- A mudança na forma de oferta poderia implicar na possibilidade de maior permanência dos estudantes no curso pretendido?
- O curso em si está em acordo com a realidade da região?
- Há ocupação - de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego (CBO/MTE) - clara para um egresso daquele curso?

- As ocupações a serem exercidas pelo curso estão em alta no mercado de trabalho?
- Há expectativa de empregabilidade na região onde o curso é ofertado?
- Os estudantes têm clareza do que significa ter um diploma de curso técnico?

A partir dessas discussões espera-se uma revisão completa dos procedimentos institucionais compreendendo desde o processo de abertura de novos cursos até o processo de acompanhamento diário dos estudantes em curso, de forma a maximizar os índices de conclusão e minimizar os índices de evasão que ora se apresentam no instituto.

Com publicação do <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br> e com a incorporação desta ferramenta nas atividades cotidianas dos gestores de ensino, foi preciso incluir a atualização sistemática dos dados publicados nos procedimentos da Pró-reitoria de Ensino. Esta ação está sendo realizada de forma semanal.

A partir de uma visão clara e precisa da real situação institucional em termos de indicadores de evasão, foi possível iniciar discussões com os setores competentes para traçar estratégias de como lidar com as questões postas.

Pode-se afirmar que a disponibilização da ferramenta com as visões apresentadas tem forçado uma revisão dos processos institucionais com vistas à melhoria de alguns indicadores agora acompanhados de maneira mais efetiva.

A transparência dos dados relacionados ao ensino tem provocado muitos debates sobre temáticas que mesmo sendo discutidas anteriormente, não eram aprofundadas por não estarem pautadas em dados fidedignos e sim em conjecturas individualizadas e por vezes em desacordo com a realidade.

Com o acesso ao mesmo conjunto de informações, torna-se possível um olhar aprofundado e o direcionamento de esforços múltiplos para contornar problemas considerados de resolução prioritária para o IFCE, como a evasão escolar.

6.2 DIAGNÓSTICO QUALITATIVO

Os dados qualitativos (motivos causadores da evasão e retenção) foram diagnosticados por meio de aplicação de questionários aos segmentos existentes nos *campi* do IFCE. As informações levantadas pelos *campi* foram encaminhadas à Comissão Geral responsável pela sistematização desses dados.

Os dados sistematizados foram validados pela Comissão Geral, comissões locais, comunidade acadêmica do IFCE e, por fim, submetido à apreciação do Conselho Superior do IFCE - Consup.

Desta forma, no item seguinte é possível observar os fatores específicos que aumentam as chances de evasão e de retenção nos cursos do IFCE.

7 PRINCIPAIS CAUSAS DA EVASÃO E RETENÇÃO NO IFCE

Considerando que as principais causas que provocam a evasão e retenção no IFCE são, em maioria, comuns aos *campi* do IFCE, a Comissão Geral as classificou em fatores individuais, fatores internos e fatores externos à instituição.

7.1 FATORES INDIVIDUAIS

Os fatores individuais referem-se aos aspectos inerentes ao próprio estudante como, por exemplo, sua dificuldade de adaptação à vida acadêmica, a dificuldade de conciliar trabalho e estudo, questões pessoais e de saúde, entre outros. A seguir enumeramos os fatores individuais catalogados pela Comissão Geral.

1 ADAPTAÇÃO À VIDA ACADÊMICA

- Muito tempo ausente do sistema de ensino
- Dificuldade em se adaptar ao ensino profissional
- Dificuldade em se adaptar à rotina acadêmica inclusive no que diz respeito ao hábito e disciplina de estudo seja no *campus* ou em casa
- Indisponibilidade de tempo para estudar fora do horário de aulas
- Dificuldade em conciliar o ensino técnico concomitante com o ensino médio ofertado em outra instituição
- Demonstração de falta de compromisso com os estudos e de indisciplina por parte de alguns estudantes dos cursos integrados e concomitantes
- Impontualidade por parte de boa parte dos discentes dos *campi*
- Estresse de alguns estudantes ocasionado pelo acúmulo de conteúdos e de disciplinas para estudar
- Não demonstração de responsabilidade ou maturidade por parte dos estudantes, principalmente dos cursos técnicos integrados e concomitantes para lidar com a “liberdade” oferecida pelo *campus*
- Uso inadequado de internet e som no horário de aula.

2 QUALIDADE DA FORMAÇÃO ESCOLAR ANTERIOR

- Déficit de aprendizagem dos estudantes de cursos técnicos e de graduação quanto aos conteúdos relativos à educação básica (ensino fundamental e médio)
- Déficit de atenção de parte dos estudantes
- Acompanhamento deficitário de estudantes com necessidades educacionais específicas.

3 DESCOBERTA DE NOVOS INTERESSES OU NOVO PROCESSO DE SELEÇÃO

- Interesse e ingresso em outro curso ofertado no IFCE ou em outra instituição
- Supervalorização por parte dos estudantes, dos cursos ofertados por outras Instituições de Ensino Superior (IES), seja pública ou privada

- Priorização do ingresso na graduação em detrimento do ingresso e permanência nos cursos técnicos
- Dificuldade em conciliar curso técnico com graduação ou com outro curso técnico.

4 QUESTÕES PESSOAIS E DE SAÚDE DO ESTUDANTE OU DE FAMILIAR

- Jornada de trabalho exaustiva interferindo no rendimento do estudante
- Problemas pessoais, familiares e sociais
- Autoestima baixa
- Cansaço físico e mental
- Problema de saúde do estudante e gravidez
- Desgaste físico causado pela demora no deslocamento entre município de origem e *campus*, contribuindo, portanto, com a frequência irregular e, por conseguinte, com o abandono
- Dificuldade em continuar o curso por ter que acompanhar tratamento de doença em familiares.

5 COMPATIBILIDADE ENTRE A VIDA ACADÊMICA E AS EXIGÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO

- Impontualidade e inassiduidade de alguns discentes que trabalham
- Dificuldade em conciliar estudo e trabalho, pois ambos ocorrem no mesmo turno.

6 DESMOTIVAÇÃO COM O CURSO

- Falta de identificação ou de afinidade com o curso
- Desconhecimento ou pouco conhecimento sobre o curso escolhido
- Falta de perspectiva profissional
- Imaturidade da própria idade para escolha precoce da profissão
- Falta de aptidão
- Descontentamento de alguns estudantes dos cursos integrados que têm interesse em se preparar para o ENEM
- Desmotivação ocasionada pelas sucessivas repetências
- Desestímulo pela área de formação
- O vínculo ao curso aconteceu por circunstâncias diversas e não por ser uma primeira opção
- Desmotivação ocasionada em alguns cursos por ser de nível alto
- Cursos mais teóricos que práticos
- Dificuldade de aprendizagem nas disciplinas propedêuticas em especial, as de exatas e língua portuguesa
- Dificuldade de aprendizagem nas disciplinas técnicas
- Reprovações em disciplinas que são pré-requisitos.

7.2 FATORES INTERNOS À INSTITUIÇÃO

São fatores institucionais de ordem pedagógica ou administrativa que influenciam direta ou indiretamente no processo de evasão e de retenção. A seguir os fatores institucionais consolidados:

1 ATUALIZAÇÃO E FLEXIBILIDADE CURRICULAR

- Oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio com duração de 4 anos em alguns *campi*
- Sobrecarga de disciplinas nos cursos técnicos integrados e concomitantes
- Cursos concomitantes que ofertam muitas disciplinas por período letivo dificultando o desempenho do estudante que também já cursa mais disciplinas no ensino médio
- Currículo com disciplinas que não apresentam relevância para o curso
- Currículos de cursos técnicos que não priorizam as práticas profissionais inerentes ao perfil de egresso esperado
- Disciplinas com excesso de conteúdo
- Alta complexidade do currículo de alguns cursos técnicos e de graduação
- Nível elevado de alguns cursos técnicos semelhantes, inclusive, com cursos de graduação
- Cursos técnicos que apresentam distância entre o conhecimento teórico e o conhecimento prático requerido pelo mundo do trabalho
- Falta de integração curricular em alguns cursos técnicos integrados
- Falta de articulação entre teoria e prática nos currículos dos cursos técnicos e de graduação
- Não há ensino de história afro-brasileira e indígena em todos os *campi*.

2 INFRAESTRUTURA FÍSICA, MATERIAL, TECNOLÓGICA E DE PESSOAL PARA O ENSINO

- Falta estrutura em alguns *campi* para atender às necessidades de permanência do estudante de tempo integral como, por exemplo, espaço adequado para alimentação, descanso e para estudo nos intervalos entre um turno e outro
- Existência, em alguns *campi*, de barreiras que impedem a autonomia de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida
- Cursos com laboratórios inexistentes
- Cursos com a estrutura física precária nos laboratórios
- Cursos com falta de equipamentos, utensílios e insumos
- Falta de equipamentos esportivos em alguns *campi*
- Falta de quadra poliesportiva em alguns *campi*
- Mau funcionamento de alguns laboratórios existentes
- Quantidade e diversidade de acervo bibliográfico deficiente
- Falta de espaço de convivência para os estudantes

- Falta de espaço para descanso dos alunos que passam dois turnos no *campus*
- Não há adaptação curricular para situações de estudantes com necessidades educacionais específicas.

3 GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA UNIDADE DE ENSINO

- Auxílios (transporte, material didático e outros) financeiros insuficientes para atender a demanda de todos os estudantes com o perfil adequado para ter direito aos auxílios
- Dificuldade dos estudantes em operacionalizar o Sistema Informatizado de Assistência Estudantil do IFCE (SISAE)
- Salas de aulas ficam fechadas no horário de almoço dificultando a permanência dos estudantes que ficam o dia inteiro no *campus*
- Atrasos no repasse dos auxílios financeiros aos estudantes
- Existência de estudantes que recebem mais de uma bolsa e estudantes que não recebem nenhuma
- Concorrência entre IFCE e outras IES na região
- Dificuldade de comunicação interna no âmbito do *campus*
- Pouca ou nenhuma demanda por estágio em alguns cursos
- Demonstração de despreparo para o atendimento com o público interno e externo
- Não fornecimento de merenda escolar devido à falta de profissionais, orçamento insuficiente, ausência de infraestrutura adequada para armazenamento, preparação e distribuição da alimentação
- Indisponibilidade de alguns professores efetivos em lecionar no turno noturno
- Falta de segurança onde há oferta de cursos noturnos tanto dentro quanto no entorno do *campus*
- Inassiduidade por parte de alguns docentes ocasionando um número significativo de aulas ociosas
- Impontualidade de alguns professores
- Não cumprimento do horário de aula por parte de alguns professores
- Greve.

4 GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO

- Pouca oferta de cursos de nivelamento para os estudantes
- Alterações constantes no calendário acadêmico por motivo de greves ou outros
- Aulas de reposição ofertadas aos sábados ou fora do horário previsto no horário semanal de aulas
- Falta de ações preventivas quanto à retenção e evasão tanto em cursos diurnos quanto noturnos
- Poucas oportunidades para recuperação da aprendizagem na maior parte dos cursos
- Dificuldade na realização de aulas práticas no período noturno
- Cursos com poucas ofertas de aulas práticas
- Cursos com poucas ofertas de visitas técnicas

- Cursos com poucas ofertas de visitas técnicas e também aulas práticas
- Dificuldade em ofertar disciplinas para alunos reprovados. Geralmente as vagas são insuficientes para os estudantes com reprovações efetivarem matrícula no componente curricular pendente
- Poucas iniciativas no estímulo à realização de pesquisa e de extensão
- Poucas iniciativas na área de iniciação científica
- Acompanhamento pedagógico e multidisciplinar frágil principalmente no turno noturno
- Dificuldade no acompanhamento pedagógico dos estudantes com baixo desempenho
- Cursos ofertados em maior parte no horário diurno dificultam a permanência dos estudantes que precisam trabalhar
- Acompanhamento sociopedagógico deficitário no turno noturno
- Dificuldade em viabilizar o estágio curricular para os estudantes
- Falta de uma política de estágio fortalecida
- Pouca ou nenhuma demanda por estágio em alguns cursos
- Estágio não ofertado em alguns cursos
- Não há monitoria suficiente para todas as disciplinas
- Não efetividade no acompanhamento dos estudantes monitores e dos estudantes com dificuldade de aprendizagem submetidos à monitoria, o que dificulta a boa gestão do Programa no *campus* e o êxito dos discentes com dificuldade de aprendizagem
- Pouco ou nenhum incentivo quanto ao fortalecimento do vínculo do estudante com o curso e com o *campus*
- Pouca ou nenhuma adaptação curricular para situações de estudantes com necessidades educacionais específicas.

5 QUESTÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

- Muito conteúdo por aula para pouca quantidade de horas de aula semanal, consequentemente, baixo aprendizado e desinteresse
- Volume excessivo de conteúdos por aula
- Desmotivação ocasionada pela dificuldade didática de alguns professores. Por exemplo: relação professor - aluno que em parte é ruim; metodologia de ensino e de avaliação que não favorecem a aprendizagem, pois são mecanicistas; falta de flexibilidade de alguns professores que reprovam por décimos; intolerância por parte de alguns professores; demonstração de despreparo de alguns professores
- Avaliações de aprendizagem (provas) com conteúdo em excesso
- Ausência de planejamento de aulas por parte de alguns docentes
- Utilização de material didático desatualizado
- Aulas não atrativas

- Falta de atenção de alguns professores com relação às dificuldades de aprendizagem dos estudantes inclusive daqueles com necessidades educacionais específicas
- Alguns professores demonstram desmotivação em ensinar, pois demonstram pouco empenho em ministrar boa aula
- Dificuldade de comunicação entre professores, alunos e coordenações
- Falta de domínio de conteúdo de alguns professores
- Priorização do “repasso” e cumprimento do conteúdo programático em detrimento da aprendizagem
- Pouca ou nenhuma adaptação de materiais às necessidades educacionais específicas, em alguns *campi*
- Pouca ou nenhuma adaptação de avaliações às necessidades educacionais específicas, em alguns *campi*.

6 PROCESSO DE SELEÇÃO E POLÍTICA DE OCUPAÇÃO DE VAGAS

- O exame de seleção para ingresso nos cursos técnicos é pouco exigente, pois muitos estudantes ingressam com dificuldades de aprendizagem provenientes de conhecimentos do ensino básico
- Ingresso via SISU favorece a entrada de estudantes que não têm o curso como primeira opção, podendo causar o desinteresse posterior pelo curso
- Indisponibilidade de mais de uma opção de curso para os estudantes que participam da seleção para ingresso nos cursos técnicos
- Falta de reservas de vagas para as pessoas com deficiência nos cursos oferecidos no IFCE.

7 INCLUSÃO SOCIAL E RESPEITO À DIVERSIDADE

- Observação de atitudes de desrespeito relativas a gênero, etnia, a situação socioeconômica e a pessoas com deficiência
- Poucas ações socioeducacionais relacionadas a temáticas na área de gênero e diversidade sexual
- Pouca abordagem da Lei Nº11.645, de março de 2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

8 RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

- Não há vínculo fortalecido entre família e *campus*
- Ausência de ações sistemáticas que promovam a participação da família no acompanhamento do desempenho discente
- Falta de apoio da família no processo ensino e aprendizagem dos estudantes de cursos técnicos integrados e concomitantes
- Falta de projetos concatenados que aproximem a escola da comunidade e da família dos estudantes.

7.3 FATORES EXTERNOS À INSTITUIÇÃO

São fatores de cunho econômico, social e do mundo do trabalho que também interferem na permanência e êxito discente na instituição. Os fatores externos à instituição consolidados pela Comissão Geral são:

1 CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL

- Dificuldade ou escassez de transporte local e intermunicipal que dão acesso aos *campi* do IFCE, inclusive no final de semestre
- Precariedade na oferta de transporte escolar local e cobertura rodoviária intermunicipal
- Distância entre o *campus* e a residência do estudante
- Dificuldade de acesso ao *campus* por parte dos estudantes que residem na zona rural onde não há disponibilidade de transporte escolar
- Condições precárias de deslocamento dos estudantes para o *campus*
- Ausência de ambiente de estudo na residência de alguns alunos
- Vulnerabilidade social, cultural e econômica do estudante
- Dificuldade do estudante em estabelecer residência na cidade onde o seu curso funciona
- Necessidade de alguns estudantes em ficar em casa cuidando dos filhos no horário do curso
- Dificuldade de parte dos estudantes em reproduzir textos, apostilas por motivo de questões financeiras
- Falta de oportunidade de trabalho na área de alguns cursos ofertados pelo IFCE
- Falta de oportunidade de trabalho na área de alguns cursos ofertados pelo IFCE, por exemplo, Alimentos, Gastronomia, Engenharia ambiental, entre outros
- Desvalorização da profissão docente e da profissão de tecnólogo pela sociedade
- Dificuldade ou impossibilidade de registro nos conselhos profissionais
- Falta de reconhecimento e poucas atribuições junto ao CREA na área de projetos (cursos técnicos, integrados e engenharias).

8 AÇÕES DE INTERVENÇÃO E MONITORAMENTO PARA SUPERAÇÃO DA EVASÃO E RETENÇÃO

8.1 AÇÕES GERAIS

Dimensão: VÍNCULO DO CORPO DISCENTE COM O IFCE	Responsável	Período
<i>Ações Propostas</i>		
1 Ampliar o desenvolvimento de atividades científicas, artístico-culturais e desportivas	Campi e Reitoria	Anualmente
2 Elaborar estratégias de comunicação sistemática com os pais ou responsáveis pelos estudantes	Campi	Até 2017.2

	<i>inclusive, aqueles que não têm como comparecer à escola</i>		
3	<i>Revisar e reestruturar as iniciativas que visem o estreitamento da relação família - campus IFCE inclusive ressignificando o modelo de reuniões de pais, se for necessário</i>	<i>Campi</i>	<i>Até 2017.2</i>
4	<i>Promover para pais e estudantes, palestras, oficinas, seminários, dinâmicas de grupos, orientação individual, em grupo e outras atividades que permitam ao campus e a família uma maior aproximação dessa relação</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente no mínimo por semestre, a partir de 2017</i>
5	<i>Realizar acompanhamento, atendimento e orientação social sistemáticos aos estudantes</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente e quando demandado</i>
6	<i>Implementar, ampliar e fortalecer programas contínuos de recepção, acolhimento, integração e orientação aos estudantes, sendo distribuídos ao longo do primeiro semestre de todos os cursos</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente durante o primeiro semestre dos cursos</i>
7	<i>Desenvolver continuamente ações motivacionais sobre orientação profissional</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente</i>
8	<i>Investir em espaços de estudo nas áreas externas e internas dos campi com mesas grandes, cadeiras e rede wi-fi em bom estado de funcionamento</i>	<i>Reitoria e Campi</i>	<i>Até 2018</i>
9	<i>Fortalecer políticas e projetos de fomento à educação inclusiva</i>	<i>Reitoria e Campi</i>	<i>Continuamente</i>
10	<i>Realizar ações que estreitem a parceria com o corpo docente a fim de identificar quais estudantes demonstram necessidade de um acompanhamento mais sistemático da CTP, da CAE ou de ambos os setores</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente</i>
11	<i>Desenvolver estratégias sistemáticas de acompanhamento de estudantes trabalhadores para motivá-los quanto à permanência e êxito</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente</i>
12	<i>Desenvolver ações que estimulem os ingressantes a conhecerem e valorizarem o curso para qual fizeram seleção</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente</i>
13	<i>Garantir o nivelamento dos estudantes ingressantes durante todo o primeiro período letivo (semestral/anual) dos cursos ofertados</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente no primeiro semestre de cada período letivo</i>
14	<i>Efetivar o acompanhamento sistemático da assiduidade, pontualidade e do cumprimento dos horários das atividades docentes em sala de aula</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente</i>

15	<i>Avaliar e caso seja identificada a necessidade, ampliar o quantitativo de realização de aulas práticas para todos os cursos ofertados nos três turnos respeitando as peculiaridades necessárias</i>	Campi	A partir de 2017.2
16	<i>Desenvolver ações de inovação tecnológica, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo</i>	Campi	Continuamente
17	<i>Ampliar a participação do maior número de estudantes em eventos técnicos, científicos, de extensão e de assuntos estudantis</i>	Campi, DAE, Pró-reitoria de Extensão	Semestralmente
18	<i>Garantir em cada campus a integração entre CTP, Coordenação e Curso e CAE no acompanhamento do desempenho dos estudantes</i>	Gestão dos campi	Continuamente
19	<i>Elaborar procedimentos que aperfeiçoem a comunicação com os estudantes relativa a toda e qualquer ação ou informação sobre os seus cursos</i>	Campi	Até 2018.1
20	<i>Revisar o horário de atendimento dos segmentos que atuam diretamente com o estudante (Direção de Ensino, CTP, Coordenação de Curso e CAE) de modo, que o estudante se sinta atendido no que se refere às demandas inerentes ao seu desenvolvimento no curso</i>	Campi	Até 2017.2
21	<i>Implantar a oferta de cursos técnicos e de graduação nos três turnos</i>	Campi	A partir de 2018
22	<i>Garantir o funcionamento nos três turnos dos setores que trabalham com atendimento a discente, como por exemplo, CTP, CAE, Biblioteca, Coordenações de Cursos de Pesquisa, de Extensão</i>	Campi	Continuamente, a partir de 2017
23	<i>Implementar ações de integração e de práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo para fortalecer o vínculo estudante e IFCE, promover a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes</i>	Campi	A partir de agosto de 2017, semestralmente
24	<i>Implementar ações, programas e serviços de assistência ao estudante, a partir das necessidades do educando</i>	Campi	Continuamente a partir de 2017.1
25	<i>Realizar sistematicamente o fórum institucional estudantil</i>	Campi	Anualmente
26	<i>Definir estratégias de Apoio ao funcionamento das entidades de representação estudantil</i>	Campi	Em 2017
27	<i>Melhorar, no espaço interno, a rede lógica necessária ao bom funcionamento dos sistemas informatizados existentes nos campi, tais como Sistema Acadêmico e Gerenciamento de Biblioteca, bem como na área de</i>	Gestão dos campi e Reitoria	Até 2018

<i>convivência dos estudantes (espaços para lazer, estudo, complexo esportivo, restaurante e moradia estudantil)</i>		
28 <i>Ampliar a oferta de oportunidades para os estudantes em diferentes áreas na pesquisa, na extensão, nos programas de bolsas, nas atividades extracurriculares e nos estágios com a finalidade de aprimorar a formação, aumentar o vínculo com o curso e reduzir a ociosidade</i>	<i>Campi, PROAP, PRPI, PROEN, PROEXT</i>	<i>Continuamente, por semestre</i>

Dimensão: ENSINO-APRENDIZAGEM, PERMANÊNCIA E ÊXITO **Responsável** **Período**
Ações Propostas

29 <i>Definir estratégias de acompanhamento diferenciado aos estudantes adolescentes, jovens e adultos com base nas especificidades de idade, desenvolvimento, maturidade e interesses próprios da estrutura etária</i>	<i>Campi</i>	<i>Até 2017.2</i>
30 <i>Implementar ou ampliar ações contínuas que promovam orientação aos estudantes sobre o valor e a utilidade do estudo em suas vidas e a importância da gestão do tempo</i>	<i>Campi</i>	<i>A partir de 2017 No mínimo semestralmente</i>
31 <i>Promover para os estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e dos cursos concomitantes, espaços de diálogos como seminários, palestras, atividades em grupo, entre outros, sobre: (i) temas próprios da adolescência; (ii) valores e contra-valores; (iii) aspectos motivacionais (histórias de superação); (iv) saúde; e (v) educação, estudo, compromisso</i>	<i>Campi</i>	<i>A partir de 2017, Semestralmente Continuamente</i>
32 <i>Efetivar no início do período letivo, a avaliação diagnóstica em todos os cursos e turmas para identificar possíveis dificuldades pedagógicas e socioeconômicas dos estudantes com a finalidade de viabilizar a proposição de ações que visem a melhoria da aprendizagem do estudante</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente, no início de cada período letivo</i>
33 <i>Elaborar programa fixo de nivelamento para estudantes ingressantes, observando a possibilidade de a carga horária do programa ser inserida nas matrizes curriculares dos cursos ou do programa ser por meio de projetos extracurriculares fixos. Que o encaminhamento automático dos</i>	<i>Campi</i>	<i>Até 2018.1 Aplicando continuamente, no primeiro semestre</i>

	<i>estudantes ao nivelamento seja feito a partir do momento em que sejam identificados como estudantes ingressantes</i>		<i>de cada período letivo</i>
34	<i>Ofertar componente curricular complementar ou atividades extracurriculares que trabalhem o desenvolvimento do raciocínio lógico, da leitura e interpretação de textos</i>	<i>Campi</i>	<i>Anualmente</i>
35	<i>Realizar reuniões sistemáticas de conselho de classe e de colegiados com a participação efetiva de professores, coordenadores de cursos, equipes pedagógicas, direção de ensino e apoio ao estudante, para discussão e verificação da situação de cada turma, com vistas à análise da quantidade de alunos e respectivas situações de baixo desempenho e de potencial retenção e evasão para reavaliação permanente do trabalho pedagógico</i>	<i>Campi</i>	<i>A partir de 2017</i> <i>Continuamente</i>
36	<i>Garantir a recuperação paralela nos cursos ofertados pelo IFCE desde o início do período letivo, otimizando o acompanhamento que esse processo exige</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente a partir de 2017</i>
37	<i>Garantir a efetivação da dependência e do plano de estudo individual para todos os estudantes dos cursos técnicos integrados com reprovações em até duas disciplinas</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente a partir de 2017</i>
38	<i>Avaliar a possibilidade de incluir a progressão parcial de estudos sob a forma de plano de estudo Individual para os estudantes reprovados em até duas disciplinas nos cursos técnicos concomitantes e subsequentes</i>	<i>Campi e PROEN</i>	<i>Até 2018.1</i>
39	<i>Garantir a matrícula de estudantes reprovados em disciplinas solicitadas e que não sejam pré-requisitos</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente, no período de matrícula</i>
40	<i>Ampliar e acompanhar o desenvolvimento de outros programas e ações que visem a melhoria da aprendizagem do estudante</i>	<i>Campi</i>	<i>Anualmente</i>
41	<i>Conscientizar a comunidade acadêmica no campus sobre enfrentamento coletivo da retenção e evasão por meio de: (i) reuniões sistemáticas com gestores; (ii) reuniões sistemáticas no campus com as áreas que atuam no ensino; (iii) encontros pedagógicos</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente</i>

	<i>e outras formações; (iv) realização de campanhas; (v) divulgação e análise dos índices de matrícula, retenção e evasão por curso nos campi e tomadas de decisões</i>		
42	<i>Ampliar e fortalecer os programas de bolsas de estudo, de pesquisa e de extensão</i>	<i>Campi, PROAP, PROEN, PRPI, PROEXT</i>	<i>A partir de 2017 Continuamente</i>
43	<i>Efetivar o acompanhamento sistemático da frequência dos estudantes</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente</i>
44	<i>Estimular o reingresso ao campus de ex-alunos com um (1) registro de abandono no sistema acadêmico (busca ativa)</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente</i>
45	<i>Realizar reunião geral com CTP, Coordenações e CAE para planejamento do início de cada período letivo</i>	<i>Gestão dos campi</i>	<i>Continuamente no final de cada período letivo</i>
46	<i>Realizar reunião sistemática com CTP, Coordenações de Cursos e CAE para acompanhar o desenvolvimento das ações de rotina e das ações do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos estudantes do IFCE</i>	<i>Gestão dos campi</i>	<i>Continuamente por Bimestre</i>
47	<i>Registrar por meio de frequências, imagens, vídeos entre outros, toda ação que evidencie o acompanhamento pedagógico seja no âmbito de CTP, Coordenações de cursos, Pesquisa, Extensão, CAE, direção geral, direção de ensino, e outros que se fizerem necessário</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente</i>
48	<i>Avaliar a necessidade de ampliar a equipe multidisciplinar nos campi para assegurar o atendimento em todos os turnos e melhorar o acompanhamento junto aos estudantes com baixa frequência e mau desempenho acadêmico</i>	<i>Gestão dos Campi</i>	<i>Até 2018</i>
49	<i>Avaliar a possibilidade de ofertar cursos com horário e turno compatíveis com a demanda e disponibilidade dos estudantes, em particular os trabalhadores e os estudantes dos cursos de licenciatura que geralmente atuam na área ainda cursando a graduação: (i) ampliar o horário de oferta de alguns cursos para o turno noite; (ii) extinguir o curso diurno permanecendo somente os estudantes que já são cursistas; (iii) revisar a oferta integral dos cursos de modo, a avaliar a possibilidade de funcionarem em um único turno</i>	<i>Campi</i>	<i>Até 2017</i>

50	<i>Sensibilizar o corpo docente quanto a relevância da oferta de cursos noturnos enquanto perspectiva de contribuir para a permanência discente nos cursos</i>	Gestão dos Campi	Até 2017.2
51	<i>Organizar e distribuir os horários das aulas priorizando o processo de ensino e aprendizagem mesclando as unidades curriculares com maiores e menores graus de dificuldades</i>	Campi	Continuamente Antes do início das aulas
52	<i>Ampliar o recurso destinado ao Programa de Monitoria visando contemplar as disciplinas com maior índice de retenção e evasão e, por conseguinte o maior número de estudantes com dificuldade de aprendizagem</i>	PROAP, PROEN, DAE e Campi	A partir de 2018 Anualmente
53	<i>Avaliar nos cursos de cada campus, o funcionamento da gestão do Programa de Monitoria para identificar acertos e erros e ajustar o que for necessário inclusive observando: (i) se os alunos monitores estão sendo devidamente orientados e acompanhados; (ii) se há ou não reuniões sistemáticas de planejamento e de avaliação com os estudantes monitores e com orientador e equipe de gestão do ensino; (iii) se os alunos com dificuldade de aprendizagem convocados para a monitoria estão frequentando as aulas e que medidas são adotadas para os ausentes; (iv) se a metodologia adotada na orientação de alunos monitores e dos estudantes da monitoria está sendo bem aplicada e surtindo efeito positivo; e (v) se os relatórios de atividades da monitoria estão sendo apresentados e discutidos com a gestão máxima do ensino, se está havendo o devido aproveitamento dos estudantes orientados pela monitoria, entre outros.</i>	Campi	Até 2018.1
54	<i>Ampliar e fortalecer a monitoria voluntária</i>	Campi	Continuamente A partir do início do período letivo
55	<i>Implementar programa similar à bolsa permanência para os estudantes dos cursos não contemplados na monitoria</i>	PROEN, PROAP, DAE e Campi	Até 2018.1
56	<i>Priorizar a construção ou melhoria dos espaços relacionados diretamente à permanência e êxito discente, por exemplo,</i>	Campi e PROAP	A partir de 2017.1

<i>os laboratórios, bibliotecas e espaços destinados as práticas desportivas, alimentação e convivência</i>		
<i>57 Aumentar a relação de exemplares por título da bibliografia básica e da bibliografia complementar, em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados nas bibliotecas do IFCE, com dotação orçamentária anual para aquisição de material bibliográfico</i>	<i>Campi</i>	<i>Anualmente</i>
<i>58 Desenvolver política de aquisição e manutenção de acervo bibliográfico, levando em consideração a criação e o reconhecimento dos cursos</i>	<i>PROEN e Campi</i>	<i>Até 2018.1</i>
<i>59 Divulgar de forma ampla a regulamentação de carga horária docente orientando sobre a elaboração do Plano de trabalho docente (PIT) de cada curso</i>	<i>Campi</i>	<i>Até 2017</i>
<i>60 Realizar ações que visem a sensibilização docente quanto a importância da sua pontualidade e da assiduidade enquanto fatores que contribuem para a motivação dos estudantes em cursar a disciplina regularmente</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente</i>
<i>61 Realizar estudos sistemáticos com o corpo docente sobre Avaliação da Aprendizagem</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente</i>
<i>62 Avaliar e se necessário, atualizar no âmbito de cada campus, os procedimentos de avaliação da aprendizagem para que esta seja de fato contínua e em conformidade com uma proposta pedagógica emancipatória, com a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos</i>	<i>Campi</i>	<i>No início de cada período letivo</i>
<i>63 Trabalhar a relação docente-estudante, com o objetivo de melhorar o diálogo e de ampliar os espaços em que os estudantes possam sugerir práticas educativas mais eficientes para o seu aprendizado</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente</i>
<i>64 Definir estratégias que viabilizem o maior uso pelo docente, do Sistema Acadêmico e Sistema Sophia (biblioteca), enquanto mais uma ferramenta de divulgação de materiais didático-pedagógicos, visando o fortalecimento da cultura de disseminação e leitura desses materiais</i>	<i>Campi</i>	<i>Até 2018.1</i>

65	<i>Incentivar e acompanhar a participação dos estudantes em programas de monitorias e tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço, programas de nivelamento, atendimentos individualizados e em grupo, projetos extracurriculares e outras ações que favoreçam o êxito discente</i>	Campi	Continuamente
66	<i>Formalizar previamente parcerias com o setor produtivo para realização sistemática de visitas técnicas</i>	Campi	Continuamente no início de cada ano

Dimensão: MELHORIA DA PRÁTICA EDUCATIVA

Ações Propostas	Responsável	Período
67 <i>Fortalecer a formação continuada institucional para o corpo docente por meio da oferta de cursos de curta e de longa duração coordenados pelo IFCE e/ou por instituições parceiras</i>	PROEN, PROGEP e Campi	Anualmente, a partir de 2018
68 <i>Estimular o corpo docente a complementar sua qualificação com a formação pedagógica</i>	PROEN, PROGEP e Campi	Continuamente, a partir de 2018
69 <i>Investir em estratégias de incentivo à titulação docente com a finalidade de aumentar gradativamente o percentual de professores mestres e doutores na instituição</i>	Reitoria, PRPI, PROGEP	A partir de 2018
70 <i>Realizar encontros pedagógicos e reuniões sistemáticas com a gestão</i>	Campi	Continuamente Início de cada período letivo
71 <i>Fortalecer o acompanhamento pedagógico por meio de orientação individual, de ações motivacionais e de sensibilização junto ao corpo docente no sentido de contribuir para a melhoria contínua da prática educativa</i>	Campi	Continuamente
72 <i>Ampliar convênios para participação dos servidores (docentes e técnicos administrativos) em programas de pós-graduação</i>	PRPI, PROEXT	A partir de 2018 Anualmente
73 <i>Fortalecer a avaliação de desempenho docente alinhando-a a avaliação para Progressão e Promoção Docente</i>	PROEN, PROGEP e Campi	2017
74 <i>Fortalecer o acompanhamento e apoio às atividades docente</i>	Campi	Continuamente
75 <i>Realizar encontros pedagógicos e reuniões sistemáticas com a gestão</i>	Campi	Início de cada período letivo e continuamente

Dimensão: CURRÍCULO

Ações Propostas	Responsável	Período
76 <i>Revisar os PPCs analisando e comparando o perfil do egresso estabelecido com as suas matrizes curriculares e PUDs a fim de avaliá-los para fazer possíveis ajustes no que diz respeito a: (i) coerência entre o perfil do egresso com a matriz curricular e PUDs e esses com as demandas do mundo do trabalho; (ii) alta complexidade ou não dos cursos; (iii) sobrecarga ou não de disciplinas e de conteúdos; (iv) coerência ou não entre conteúdo programático e carga horária da disciplina; (v) priorização da área teórica sobre a prática e não da relação teoria e prática; (vi) adequação ou não da prática profissional ao perfil do egresso; (vii) certificação da necessidade de permanência ou de alteração de disciplinas pré-requisito para não pré-requisito; e (viii) quantidade de aulas práticas e de visitas técnicas necessárias para as disciplinas estabelecidas nas matrizes curriculares</i>	Campi e PROEN	2017 e 2018
77 <i>Formalizar nos regulamentos internos que estabeleçam períodos de revisão periódica dos PPCs e sua adequação ao projeto Político-Pedagógico Institucional, PDI e regulamentações pedagógicas</i>	PROEN	2017
78 <i>Continuar o processo de parametrização das matrizes curriculares de cursos técnicos e de graduação</i>	PROEN e Campi	Até 2019
79 <i>Aprimorar o instrumental de avaliação de abertura de novos cursos inclusive, no que se refere à elaboração do PPC</i>	PROEN	2017
80 <i>Observar se as quantidades de aulas práticas e visitas técnicas estão previstas nos PPCs e nos PUDs para que, caso não estejam, seja feita preferencialmente a devida inclusão, ou pelo menos, seja feito o planejamento com o corpo docente do cronograma de aulas práticas e de visitas técnicas de todas as disciplinas do curso, estabelecendo local, data, horário e material necessário</i>	Campi	Até 2018.1
81 <i>Criar diários de classes para turmas grandes e que são divididas para participação nas aulas práticas</i>	Campi	2017
82 <i>Utilizar 20% da carga horária em atividades não presenciais nos cursos de licenciatura reconhecidos pelo MEC</i>	Campi e PROEN	A partir de 2018

Dimensão: ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ações Propostas	Responsável	Período
83 Ampliar a assistência social aos estudantes em situação de vulnerabilidade social inclusive o valor do repasse do recurso destinado aos campi referente ao auxílio estudantil	PROEN, DAE e Campi	A partir de 2017 Anualmente
84 Elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes	Campi e Reitoria	A partir de 2017 Anualmente
85 Aperfeiçoar os critérios de descentralização dos recursos da assistência estudantil aos campi assim como, o sistema de armazenamentos de dados dos estudantes que recebem bolsas ou auxílios financeiros	Reitoria PROAP e DAE	2017
86 Acompanhar o processo de empenho dos auxílios estudantis e de bolsas destinados aos estudantes, a fim de utilizar complementarmente o recurso para esses fins	PROEN, DAE, PRPI, PROEXT	Continuamente, a partir de 2017
87 Criar um sistema integrado de armazenamento de dados de todos os estudantes bolsistas e que recebem algum tipo de auxílio	PROAP, PROEN, DGTI DAE	2017
88 Garantir a regularidade e a agilidade do repasse dos recursos às unidades de ensino, em particular os destinados à assistência estudantil	PROAP, DAE e Campi	A partir de 2017
89 Estreitar a articulação e o planejamento entre a gestão administrativa, direção de ensino e assistência estudantil	PROAP, DAE, Campi	A partir de 2017.2
90 Otimizar o acesso aos estudantes dos recursos destinados aos diversos tipos de auxílio	DAE e Campi	A partir de 2017
91 Aprimorar o acompanhamento da frequência dos estudantes que recebem auxílios e bolsas com a finalidade de observar a permanência e êxito dos mesmos nos cursos e adotar providências cabíveis em caso de abandono ou de reprovações	Campi	Continuamente, a partir de 2017
92 Aperfeiçoar a gestão do monitoramento de pagamento dos auxílios financeiros aos estudantes	Campi	A partir de 2018
93 Avaliar a possibilidade de conceder auxílio transporte a todos os estudantes com perfil adequado para recebê-lo	Campi	A partir de 2018 anualmente
94 Avaliar a possibilidade de ampliar a oferta de merenda escolar a todos os estudantes e documentar decisão sobre esse item	PROAP, DAE, PROEN e Campi	Até 2017.2

Dimensão: PESQUISA E EXTENSÃO

Ações Propostas	Responsável	Período
95 Ampliar os projetos de extensão e de iniciação científica nos cursos de cada campus para incluir o maior número possível de estudantes nessas atividades	Campi	Anualmente, a partir de 2017
96 Ampliar no IFCE, o número de submissões a programas ou projetos com recursos em editais externos e em convênios	Campi	Anualmente, a partir de 2017
97 Ampliar o número de projetos de pesquisa aplicada com potencial de geração de ativos de propriedade industrial	Campi	Anualmente, a partir de 2017
98 Ampliar o número de servidores (professores e técnicos) e estudantes envolvidos com pesquisa no IFCE	Campi PRPI Reitoria	Anualmente, a partir de 2017
99 Aumentar o número de projetos de iniciação científica e tecnológica envolvendo estudantes	Campi	Anualmente, a partir de 2017
100 Elevar o número de publicações em periódicos com Qualis B2 ou superior e em periódicos internacionais	PRPI e Campi	Anualmente, a partir de 2017
101 Elevar a quantidade de títulos acadêmico-científicos cadastrados no repositório institucional	PRPI e Campi	Anualmente, a partir de 2017
102 Formalizar parcerias com os setores produtivos referentes a projetos de pesquisa aplicada e extensão tecnológica	PROEXT, PRPI	Anualmente, a partir de 2017
103 Fortalecer programas e ações de cultura	Campi PROEXT	Anualmente, a partir de 2017
104 Fortalecer os núcleos de acessibilidade e de indígenas e quilombolas	Campi PROEXT CAE	Anualmente, a partir de 2018
105 Fortalecer o programa de incubadoras	Campi	Anualmente, a partir de 2017

Dimensão: PROJETOS E PROGRAMAS COM BOLSAS

Ações Propostas	Responsável	Período
106 Ampliar os projetos de pesquisa e de extensão com bolsas para contemplar mais estudantes	PROAP, DAE, PROEN, PROEXT e Campi	Anualmente, a partir de 2018
107 Democratizar o acesso por parte do corpo discente, aos programas institucionais que disponibilizam bolsa ampliando o número total de bolsas, todavia reduzindo para um (1), o número de bolsas por estudante	Campi	Anualmente, a partir de 2017

108 Criar observatório (ou Núcleo) de captação de projetos e recursos	Reitoria e campi	Até 2018
---	------------------	----------

Dimensão: MUNDO DO TRABALHO E PRÁTICA PROFISSIONAL		
Ações Propostas	Responsável	Período
109 Estruturar sistema regional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores	PROEN/PROEXT	2017
110 Realizar estudo para avaliar se há ou não demanda por estágio referente aos cursos técnicos e de graduação ofertados pelo IFCE, observando a viabilidade de continuidade ou não desses cursos	Campi	2018.1
111 Fortalecer a política de estágio institucional no âmbito de cada campus e estimular a expansão dessa oferta	PROEXT e Campi	2018.1
112 Elaborar estratégias que aproximem os campi do IFCE dos setores produtivos elaborando procedimentos para prospecção e formalização de parcerias e convênios para estágio	PROEXT e Campi	Até 2018
113 Estruturar observatórios do mundo do trabalho, com vistas à articulação e divulgação de oportunidades de trabalho e emprego	PROEXT e Campi	Até 2018
114 Intensificar a divulgação de informações sobre oportunidades de estágio e de trabalho para os estudantes	Campi	Semestralmente, a partir de 2017
115 Efetivar a sistemática de diálogo com as empresas contratantes de estagiários visando conciliar os horários de trabalho com os horários do curso	Campi	Semestralmente, a partir de 2018.1
116 Elaborar estratégias que aproximem os campi do IFCE dos setores produtivos criando procedimentos para prospecção e formalização de parcerias e convênios para estágio	PROEXT e Campi	Até 2018
117 Regulamentar a prática profissional no IFCE avaliando a possibilidade de flexibilizá-la ao longo do curso, considerando estágios, projetos de pesquisa, projetos de extensão, projetos integradores, visitas técnicas, dentre outros	PROEN e Campi	2018.1
Dimensão: INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO		

Ações Propostas	Responsável	Período
118 Elevar anualmente o percentual de técnico-administrativos com titulação mínima de graduados	Reitoria, PRPI, PROAP, PROGEP	Até 2024
119 Elevar anualmente o percentual de técnico-administrativos com titulação máxima de mestre	Reitoria, PRPI, PROAP, PROGEP	Até 2024
120 Elevar anualmente o percentual de técnico-administrativos com titulação máxima de doutor	Reitoria, PRPI, PROAP, PROGEP	Até 2024
121 Implementar cursos de formação contínua institucional de gestores em gestão educacional e administrativa	Reitoria, PRPI, PROAP, PROGEP	Até 2018
122 Investir na oferta contínua de cursos de formação continuada de servidores (professores e técnicos) por meio da participação em eventos técnicos e científicos	Reitoria, PRPI, PROAP, PROGEP	A partir de 2018.1
123 Investir na oferta contínua de cursos de formação continuada para servidores (professores e técnicos administrativos)	Reitoria, PRPI, PROAP, PROGEP	A partir de 2017

Dimensão: **ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS**

Ações Propostas	Responsável	Período
124 Implementar estrutura adequada para armazenamento, preparação e distribuição de alimentação aos estudantes ou definir outra estratégia adequada para servir a alimentação desses jovens	Gestão Campi e PROAP	Até 2018
125 Estruturar moradia estudantil para estudantes residentes de regiões afastadas da unidade de ensino ou ampliar o valor do recurso auxílio moradia para os estudantes e ampliar a quantidade de alunos atendidos com auxílio moradia	Gestão Campi e PROAP	2017 a 2019
126 Investir em espaços de estudo para os estudantes nas áreas externas e internas dos campi disponibilizando mesas grandes, cadeiras e rede wi-fi em bom estado de funcionamento	Gestão Campi e PROAP	A partir de 2017
127 Revisar quais cursos ainda não têm todos os seus laboratórios construídos, avaliar os motivos do	Gestão Campi	Até 2018.1

<i>atraso dessas construções e tomar as devidas providências para agilizar esse processo</i>	PROAP	
128 <i>Avaliar as instalações de todos os laboratórios existentes dos cursos do IFCE observando as necessidades de melhoria para melhor funcionamento</i>	Gestão Campi	Até 2018.2
129 <i>Aperfeiçoar a metodologia de planejamento e acompanhamento dos gastos correntes e outros custeios, com pessoal e com investimentos e inversões financeiras</i>	Gestão Campi	Até 2018.1
130 <i>Aperfeiçoar as estratégias de acompanhamento de aquisição patrimonial e de aquisição de materiais das unidades</i>	Gestão Campi	2017
131 <i>Aperfeiçoar o planejamento e a forma de acompanhamento de obras para ampliação e manutenção da infraestrutura física</i>	Gestão Campi e PROAP	2017
132 <i>Diagnosticar os fatores que dificultam a aquisição de material de consumo, de equipamentos tecnológicos e esportivos, para tomar as devidas providências relativas a aquisição em tempo hábil</i>	Gestão Campi e PROAP	2017
133 <i>Capacitar de forma periódica, os docentes que fazem pedidos de compras com a finalidade de diminuir a probabilidade de equívocos na solicitação desses pedidos</i>	Gestão Campi e PROAP	Semestralmente, a partir de 2018.1
134 <i>Fazer o planejamento prévio de aquisição de equipamentos e materiais necessários às aulas práticas e as atividades desportivas prevendo orçamento anual específico para este fim na LOA</i>	Gestão Campi	Continuamente, antes do início de cada período letivo
135 <i>Fazer aquisição prévia de equipamentos e materiais necessários para realização de aulas práticas</i>	Gestão Campi	Continuamente, antes do início de cada período letivo
136 <i>Avaliar e implantar, se necessário, laboratórios de aprendizagem e laboratórios didático-pedagógicos</i>	Gestão Campi e PROAP	Até 2019
137 <i>Elaborar e implantar políticas de manutenção de equipamentos de laboratório e de multimeios didáticos</i>	Gestão Campi e PROAP	Até 2018.1
138 <i>Identificar os motivos que possam contribuir para o mau funcionamento dos laboratórios existentes e propor estratégias que viabilizem o bom funcionamento destes equipamentos, considerando: a organização do espaço, a manutenção dos equipamentos, a elaboração de um cronograma de atendimentos por curso, disciplinas e horários</i>	Gestão Campi	2017

139 Identificar os campi que ainda não disponibilizam de quadra poliesportiva e de espaço de convivência para seus estudantes para que sejam tomadas as devidas providências que solucionem essa fragilidade, como elaboração do projeto de engenharia e captação de recursos internos e externos ao IFCE (emendas parlamentares)	Gestão Campi PROAP	2017
140 Priorizar, no plano diretor do campus e PDI institucional, a construção ou conclusão dos espaços que favorecem a permanência dos estudantes, a exemplo, a quadra poliesportiva e os espaços de convivência dos estudantes	Gestão Campi	Até 2019
141 Otimizar o acompanhamento do processo de construção das obras	Gestão Campi e PROAP	A partir de 2017
142 Implantar nos campi, no turno da noite, estrutura completa de segurança para discentes e profissionais	Gestão Campi e PROAP	A partir de 2017
143 Formalizar parcerias com Município ou Estado para prover a segurança dos estudantes no trajeto do campus para suas residências	Gestão Campi	A partir de 2017
144 Realizar aquisição de equipamentos necessários ao bom funcionamento dos Napnes	Gestão Campi	Até 2019.1
145 Avaliar e, se necessário, melhorar a estrutura física do NAPNE	Gestão Campi	2017 e 2018
146 Planejar e/ou executar plano de acessibilidade arquitetônica nos campi do IFCE observando entre outros, a sinalização visual, tátil e auditiva das instalações prediais	Gestão Campi PROAP	2017 e 2018
147 Formalizar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas no IFCE	Reitoria e Campi	Continuamente, a partir de 2018.1

Dimensão: AÇÕES INCLUSIVAS E DIVERSIDADE

Ações Propostas

	Responsável	Período
148 Promover iniciativas que conscientizem a comunidade acadêmica sobre ações afirmativas	Gestão Campi e PROEN	Continuamente A partir de 2017
149 Ampliar e fortalecer as ações dos Núcleos de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) e dos Núcleos de Atendimento às Pessoas	Reitoria Pró-reitorias	Continuamente A partir de 2017

<i>com Necessidades Educacionais Específicas (Napne)</i>	<i>Gestão geral e de ensino dos campi</i>	
<i>150 Incluir e/ou fortalecer a participação do corpo docente na parceria do acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais específicas</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente, a partir de 2017</i>
<i>151 Fortalecer o apoio aos núcleos de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas (Napne) investindo em:</i> <ul style="list-style-type: none"> • <i>qualificação;</i> • <i>aquisição de equipamentos;</i> • <i>melhoria de estrutura física para atendimento aos estudantes;</i> • <i>aquisição de pessoal a partir da demanda existente nos campi;</i> • <i>implementação da legislação que trata do atendimento à pessoas com necessidades educacionais específicas.</i> 	<i>Reitoria Gestão Campi, PROAP e PROGEP</i>	<i>2017 a 2019</i>
<i>152 Garantir o atendimento sistemático ao público-alvo do NAPNE</i>	<i>Campi</i>	<i>Continuamente, a partir de 2017</i>
<i>153 Capacitar sistematicamente técnico-administrativos e corpo docente para o devido atendimento e acompanhamento de estudantes com necessidades educacionais específicas e dos servidores com deficiência</i>	<i>Reitoria, PROEXT, Gestão Campi</i>	<i>Continuamente, a partir de 2017</i>
<i>154 Formalizar parcerias com os municípios para encaminhamento, quando necessário, de estudantes com necessidade educacionais específicas às redes de serviços de saúde e assistência social mantendo o devido acompanhamento</i>	<i>Gestão Campi</i>	<i>Continuamente, a partir de 2017</i>
<i>155 Fortalecer o apoio aos núcleos de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas (Napne) e dos Núcleos Afrobrasileiros e Indígenas (Neabis)</i>	<i>Reitoria, Gestão Campi, Pró-reitorias e DAE</i>	<i>A partir de 2018</i>
<i>156 Definir recursos para funcionamento de Napnes e Neabis</i> <i>157 Elaborar estratégias educacionais que favoreçam a aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais específicas</i>	<i>Reitoria e campi</i>	<i>A partir de 2017</i>

Ações Propostas	Responsável	Período
158 Ampliar o número de unidades (campi e Reitoria) com projetos locais de promoção à saúde e a qualidade de vida	Reitoria e Gestão Campi	A partir de 2017
159 Realizar atividades sistemáticas de orientação aos estudantes sobre saúde	Campi	Continuamente, a partir de 2017
160 Realizar programação anual das ações do setor de saúde das unidades	Campi	Anualmente,
161 Garantir o direito ao estudo domiciliar aos estudantes com perfil estabelecido no ROD para uso desse direito	Campi	Continuamente, a partir de 2017
162 Realizar o devido acompanhamento do estudante submetido ao estudo domiciliar	Campi	Continuamente, a partir de 2017

Dimensão: DIVULGAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS CURSOS IFCE		
Ações Propostas	Responsável	Período
163 Realizar estudo sobre o desenvolvimento e as demandas produtivas regionais para o planejamento adequado da instituição quanto a oferta de cursos	PROEN e Gestão Campi	Até 2018.1
164 Avaliar a necessidade de fazer alterações nos procedimentos referentes aos processos seletivos a fim manter a coerência com a função social institucional documentando o resultado dessa avaliação	PROEN e Gestão Campi	Até 2018
165 Realizar permanentemente a divulgação dos cursos do IFCE nas escolas, associações, empresas, sindicatos e demais setores públicos e privados que lidam com o ensino básico deixando o mais claro possível todas as informações referentes: <ul style="list-style-type: none"> • aos cursos inclusive, possibilidades de atuação profissional, empregabilidade, matriz curricular, disciplinas propedêuticas mais exigidas pelo curso, entre outros aspectos; • aos programas, serviços e auxílios disponibilizados pelo IFCE. 	PROEN e Gestão Campi	Continuamente, a partir de 2017
166 Divulgar os processos seletivos em veículos de ampla cobertura	Gestão Campi	Continuamente, por semestre, a partir de 2017
167 Utilizar diversos recursos para divulgar os cursos e processos seletivos como, por exemplo, mostra virtual, palestras, feiras utilizando vídeos institucionais panfletos, cartazes, banners, jornais dos municípios, rádio, redes sociais etc.	Gestão Campi	Continuamente, a partir de 2017

168 Produzir e divulgar vídeos institucionais específicos para os cursos ofertados, inclusive de forma acessível às pessoas com deficiência visual e auditiva	Gestão Campi	Continuamente, por semestre, a partir de 2017
169 Instituir campanhas internas e externas de valorização dos cursos enfocando inclusive as perspectivas do mundo do trabalho nas áreas desses cursos e de crescimento profissional nessas áreas	Gestão Campi	Semestralmente, a partir de 2017
170 Realizar periodicamente palestras e mesas redondas com profissionais da área, conselhos de classe CREA e CRQ para motivar e esclarecer as atividades profissionais aos estudantes do IFCE	Gestão Campi	Continuamente, por semestre, a partir de 2018.1

Dimensão: MARKETING INSTITUCIONAL

Ações Propostas

	Responsável	Período
171 Elaborar e executar estratégias de marketing institucional	Reitoria e Gestão Campi	Até 2018.1
172 Aperfeiçoar continuamente os procedimentos de rotina dos serviços prestados pela Reitoria e por todos os setores dos campi	Reitoria e Gestão Campi	Até 2018.2
173 Elaborar manuais com processos e fluxos dos setores sistêmicos	Reitoria e Gestão Campi	Até 2019
174 Realizar capacitação para todos os servidores dos campi, inclusive corpo docente, sobre atendimento, relação interpessoal e outros assuntos relacionados com o bom atendimento	Reitoria, PROGEP	Anualmente, a partir de 2017
175 Criar estratégias de publicidade da educação profissional e sua importância	Reitoria	A partir de 2017

Dimensão: COMUNICAÇÃO INTERNA

Ações Propostas

	Responsável	Período
176 Implementar novas estratégias que fortaleçam a comunicação interna com a finalidade de melhorar a qualidade do atendimento e serviço prestado por todos os campi, inclusive a Reitoria	Reitoria e Gestão Campi	A partir de 2017 até 2019
177 Elaborar estratégias que viabilizem a melhoria contínua da comunicação interna entre gestão máxima de ensino, coordenações, CTP, CAE, corpo docente e estudantes	Gestão Campi	A partir de 2017 até 2019

178 Aprimorar as ferramentas internas de divulgação de informações do IFCE para comunidade interna e sociedade	Reitoria	A partir de 2017 até 2019
179 Criar, manter e aprimorar continuamente a apresentação dos murais dedicados à comunicação interna	Gestão Campi	Continuamente, a partir de 2017
180 Criar, manter e aprimorar continuamente a comunicação interna via site, e-mails, ofícios, memorandos etc.	Gestão Campi e Reitoria	Continuamente, a partir de 2017
181 Divulgar sistematicamente informações sobre os programas de apoio a estudantes	Gestão Campi	Continuamente, a partir de 2017

Dimensão: DESLOCAMENTO DO ESTUDANTE

Ações Propostas

	Responsável	Período
182 Formalizar parcerias para disponibilização de transporte público municipal e intermunicipal adequado para manutenção da integridade física dos estudantes	Gestão Campi	Até 2018.1
183 Formalizar parcerias com o município onde o campus está inserido, no sentido de transportar os estudantes residentes em outros municípios ou distritos	Gestão Campi	Até 2018.1
184 Avaliar a possibilidade de adequar os horários das aulas à disponibilidade de transporte público - documentar a decisão tomada	Campi	2017
185 Articular junto aos setores responsáveis pelo transporte público medidas de ampliação e melhoria de qualidade no serviço prestado (horário, oferta, mais pontos, itinerário)	Gestão Campi	Até 2018
186 Viabilizar outras estratégias que favoreçam o deslocamento dos estudantes para o IFCE	Gestão Campi	A partir de 2017

8.2 AÇÕES ESPECÍFICAS

F1. FATORES INDIVIDUAIS

ADAPTAÇÃO À VIDA ACADÊMICA

Causas	Medidas de Intervenção	Prazo	Responsável
C1. Muito tempo ausente do sistema de ensino	MI1. Ampliar e fortalecer programas socioeducativos no <i>campus</i> que visem o acolhimento e a integração dos estudantes ingressantes para viabilizar o processo de	Continuamente, por semestre, a partir de 2017	Gestão máxima de ensino, equipes CTP, CAE, coordenações

	<p>adaptação e favorecer o vínculo com a instituição</p> <p>MI2. Distribuir os programas mencionados ao longo do período letivo</p>		<p>de cursos, de pesquisa, de extensão e demais setores, se necessário</p>
<p>C2. Dificuldade de adaptação ao ensino profissional</p>	<p>MI3. Desenvolver no primeiro ano de curso e de forma contínua ações motivacionais (oficinas, palestras, seminários, esquetes, feiras e etc.) para os estudantes abordando temas relacionados à orientação profissional</p>	<p>Continuamente a cada primeiro ano em que o curso é ofertado</p>	<p>Gestão máxima de ensino, equipes CTP, CAE, coordenações de cursos, de pesquisa, de extensão e demais setores, se necessário</p>
<p>C3. Dificuldade em se adaptar à rotina acadêmica inclusive no que diz respeito ao hábito e disciplina de estudo na instituição ou em casa</p> <p>C4. Indisponibilidade de tempo para estudar fora do horário de aulas</p>	<p>MI4. Implementar atividades contínuas (oficinas, palestras, seminários, esquetes etc.) que abordem o valor e a utilidade do estudo, a gestão do tempo enquanto fatores que favorecem a conciliação das diversas atividades do estudante, e outras temáticas relacionadas a disciplina de estudo</p>	<p>Continuamente durante o período letivo</p>	<p>Gestão máxima de ensino, equipe CTP, CAE, coordenações de cursos e demais setores, se necessário</p>
<p>C5. Não demonstração por parte de alguns alunos, principalmente dos cursos técnicos integrados e concomitantes quanto aos aspectos responsabilidade ou maturidade</p>	<p>MI5. Avaliar no âmbito do <i>campus</i>, o acompanhamento acadêmico que vem sendo desenvolvido para os públicos adolescente e adulto a fim de reestruturá-lo, se necessário</p> <p>MI6. Definir estratégias de acompanhamento diferenciado aos estudantes adolescentes e adultos considerando as especificidades de cada público (desenvolvimento,</p>	<p>Até 2017.2</p> <p>Até 2018.1</p> <p>e</p> <p>continuamente a partir da elaboração das</p>	<p>Gestão máxima de ensino, CTP, CAE, coordenações de cursos, de pesquisa, de extensão, professores e demais setores, se necessário</p>

para lidar com a “liberdade” dada pelo <i>campus</i>	maturidade e interesses próprios da estrutura etária)	estratégias mencionadas	
C6. Demonstração de falta de compromisso com os estudos e de indisciplina por parte de alguns estudantes dos cursos integrados e concomitantes	<p>MI7. Promover para os estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e dos cursos concomitantes, espaços de diálogos sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> • temas próprios da adolescência; • valores e contra-valores; • assuntos motivacionais; • saúde; • educação; • estudo e compromisso, ou outros julgados pertinentes. <p>MI8. Ampliar a oferta de oportunidades para os estudantes em diferentes áreas da pesquisa, na extensão, nos programas de bolsas, nas atividades extracurriculares, nos estágios com a finalidade de aprimorar a formação, aumentar o vínculo com o curso, reduzir a ociosidade e, por conseguinte, a indisciplina</p> <p>MI9. Promover ações socioeducativas junto para pais ou responsáveis pelos estudantes com a finalidade de incentivá-los a se fazerem mais presentes na instituição, entenderem o seu funcionamento, observarem o desempenho do filho para orientá-lo melhor e estreitar a relação família e IFCE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões de pais no início de cada período letivo 	<p>Continuamente a partir de 2017</p> <p>Gradualmente a partir de 2017</p> <p>Continuamente, por bimestre a partir de 2017</p>	<p>Gestão máxima de ensino, equipes CTP, e CAE e demais setores, se necessário</p> <p>Coordenações de cursos, de pesquisa, de extensão, de estágio, professores e demais setores, se necessário</p>

	<p>para apresentar o período letivo que o filho cursará (disciplinas, corpo docente, horário de aulas, atividades socioculturais e científicas previstas para o período, situações específicas de cada curso naquele período letivo etc.)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Palestras, seminários e oficinas para pais e pais e filhos sobre: Relação pais e filhos, Papel dos pais no desenvolvimento dos filhos, Cidadania começa em casa, Profissão: Estudante, entre outros temas nessa área 		
C7. Uso inadequado de internet e de som no horário de aula	<p>MI10. Realizar campanhas sobre uso consciente de smartphones e outros aparelhos multimídias no IFCE principalmente no horário de aulas</p> <p>MI11. Criar estratégias que incentivem o docente a se apropriar de metodologias que possam utilizar os recursos disponíveis nos smartphones para fins de facilitar o processo de aprendizagem de seus estudantes</p>	<p>Continuamente, a partir de 2017</p> <p>Continuamente, nos atendimentos individuais da CTP ao docente, nos momentos de estudo, encontros pedagógicos etc.</p>	<p>Gestão máxima de ensino, equipe CTP, CAE, professores, coordenações de cursos, de pesquisa, de extensão e demais setores, se necessário.</p>

F1. FATORES INDIVIDUAIS			
QUALIDADE DA FORMAÇÃO ESCOLAR ANTERIOR E CAPACIDADE DE APRENDIZAGEM			
<i>Causas</i>	<i>Medidas de Intervenção</i>	<i>Prazo</i>	<i>Responsável</i>
C8. Déficit de atenção demonstrado em alguns estudantes	<p>MI12. Identificar no período de avaliação diagnóstica com apoio da equipe multidisciplinar do <i>campus</i> e havendo necessidade, com o apoio de instituições parceiras ou que venham a ser parceiras do IFCE, os possíveis estudantes que demonstram déficit de atenção ou outros distúrbios que possam dificultar a aprendizagem a fim de acompanhá-los para viabilizar a melhoria do nível de aprendizagem</p> <p>MI13. Incluir e incentivar o corpo docente a participar do acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais específicas</p>	<p>Continuamente, Até nos dois primeiros meses de cada período letivo</p> <p>Continuamente, a partir de 2018.1.</p>	<p>Gestão máxima de ensino, equipe CTP, CAE, Napne</p> <p>Gestão máxima de ensino, equipe CTP, CAE, Napne, docentes, coordenações de cursos, de pesquisa, de extensão e demais setores, se necessário</p>
C9. Dificuldade de aprendizagem quanto aos conteúdos relativos à educação básica (ensino fundamental e/ou médio) em todos os cursos	<p>MI14. Elaborar programa fixo de reforço da aprendizagem (nivelamento) para estudantes ingressantes. A carga horária desse programa pode ser inserida nas matrizes dos cursos ou planejada de forma extra, por meio de projetos extracurriculares fixos e sistemáticos</p> <p>MI15. Encaminhar continuamente de modo sistemático, estudantes</p>	<p>Continuamente a partir de 2018</p>	<p>Professores, coordenadores de cursos, CTPs , gestão máxima do ensino , e demais setores, se necessário</p>

<p>C10. Dificuldade de aprendizagem nas disciplinas propedêuticas em especial, as de exatas e língua portuguesa</p>	<p>interessantes ao programa fixo de nivelamento caso, sua carga horária não seja inserida na matriz curricular</p> <p>MI16. Avaliar, decidir e registrar sobre a possibilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • do programa de nivelamento contar também com o apoio da extensão por meio da realização de projetos ou outras iniciativas na forma de parcerias • da carga horária de nivelamento ser incluída nas matrizes curriculares dos cursos ou desenvolvê-lo por meio de projetos • do nivelamento ser desenvolvido por meio de projetos extracurriculares <p>MI17. Ofertar componente curricular complementar ou atividades extracurriculares que trabalhem o desenvolvimento do raciocínio lógico, da leitura e interpretação de textos</p>	<p>Até 2017.2</p>	<p>Professores, coordenadores de cursos, CTP, gestão máxima do ensino e demais setores, se necessário</p>
<p>C11. Dificuldade nas disciplinas técnicas</p>	<p>MI18. Realizar diversas estratégias pedagógicas com o corpo docente a fim de viabilizar a superação da dificuldade de aprendizagem na área técnica</p>	<p>Continuamente a partir de 2017</p>	<p>Professores, coordenadores de cursos, CTP, gestão máxima do ensino e demais setores, se necessário</p>
<p>C12. Reprovações em mais de uma disciplina no primeiro semestre</p>	<p>MI19. Pesquisar na ferramenta de acompanhamento da evolução da permanência e êxito discente, IFCE em</p>	<p>Continuamente no início de cada período letivo</p>	<p>Professores, coordenadores de cursos, CTP, gestão máxima do ensino e demais setores, se necessário</p>
<p>C13. Reprovações sucessivas ao</p>	<p>Números, os estudantes com reprovações no período letivo anterior para colaborar com o</p>		<p>Professores, coordenadores de cursos, CTP, gestão máxima do ensino e demais setores, se necessário</p>

longo do curso	<p>planejamento das intervenções pedagógicas</p> <p>MI20. Realizar avaliação diagnóstica em todas as turmas no início do período letivo para identificar possíveis dificuldades dos estudantes e facilitar a proposição de ações de intervenção pedagógica pertinentes para todos os programas que visem a melhoria da aprendizagem do aluno</p> <p>MI21. Garantir a matrícula do estudante nas disciplinas que foi reprovado (no caso dos cursos técnicos integrados, seja na forma de Dependência ou de Plano de Estudo Individual).</p>		
C14. Reprovações em disciplinas que são pré-requisitos	<p>MI22. Revisar nas matrizes curriculares, as disciplinas elencadas avaliando a necessidade de ajustes inclusive naquelas que são pré-requisitos no sentido de certifica-se da permanência enquanto componente curricular pré-requisito ou alteração para não pré-requisito</p>	<p>Durante o processo de revisão de matrizes curriculares e nas reuniões sistemáticas de colegiados de cursos (graduação) e reunião de professores (cursos técnicos)</p>	<p>Professores, coordenadores de cursos, CTP, e demais setores, se necessário</p>
C15. Significativo índice de reprovação nos cursos técnicos e de graduação	<p>MI23. Garantir a recuperação paralela prevista no ROD, realizando o seu devido acompanhamento</p> <p>MI24. Incentivar e acompanhar a participação dos estudantes em programas de monitorias, tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço, programas de nivelamento, atendimentos a</p>	<p>Continuamente, a partir de 2017</p> <p>Sistematicamente</p> <p>Durante todo o período letivo, a partir de 2017</p>	<p>Gestão máxima de ensino, coordenadores de cursos, professores, CTP e outros setores</p>

	<p>permanência e o êxito discente</p> <p>MI30. Avaliar a possibilidade de incluir a progressão parcial de estudos sob a forma de plano de estudo Individual para os estudantes reprovados em até duas disciplinas nos cursos técnicos concomitantes e subsequentes</p>		
--	---	--	--

F1. FATORES INDIVIDUAIS

QUESTÕES PESSOAIS E DE SAÚDE DO ESTUDANTE OU DE FAMILIAR

<i>Causas</i>	<i>Medidas de Intervenção</i>	<i>Prazo</i>	<i>Responsável</i>
C16. Jornada de trabalho exaustiva interferindo no rendimento do estudante	MI31. Desenvolver estratégias sistemáticas de acompanhamento de estudantes trabalhadores para motivá-los quanto à permanência e êxito	Continuamente a partir de 2017	Coordenação de cursos, corpo docente, equipes CTP, CAE e outros setores, se necessário
C17. Problemas pessoais, familiares e sociais	MI32. Divulgar os horários disponíveis das CTP e CAE para atendimentos e aconselhamentos do corpo discente	Continuamente, a partir de 2017	Coordenação de cursos, corpo docente, equipes CTP, CAE e outros setores, se necessário
C18. Baixa autoestima de alguns alunos	MI33. Orientar o corpo docente sobre como proceder em sala de aula, para estreitar a relação professor- aluno, a fim de que sejam identificados em sala de aula os estudantes que demonstram necessidade de um acompanhamento mais sistemático da CTP e/ou da CAE MI34. Realizar acompanhamento dos alunos que se encontram em situação de baixa autoestima	Continuamente	Corpo docente, equipes CTP, CAE, Coordenação de cursos e outros setores, se necessário

C19. Cansaço físico e mental	MI35. Ampliar o percentual de unidades (<i>campi</i> e Reitoria) com projetos locais de promoção à saúde e/ou qualidade de vida	Continuamente a partir de 2017	Reitoria, gestão geral dos <i>campi</i> , equipe de saúde do <i>campus</i> , professores de Educação Física, psicólogos e outros setores, se necessário
C20. Desgaste físico causado pelo tempo que o estudante precisa para deslocar-se diariamente do seu município de origem para o <i>campus</i> levando o estudante a frequência irregular e, por conseguinte, ao abandono	MI36. Articular ações com o serviço médico do IFCE e redes externas de saúde e assistência social para a correta avaliação, emissão de diagnóstico e acompanhamento de estudantes com problema de saúde MI37. Realizar programação anual das ações do setor de saúde dos <i>campi</i> como, por exemplo, orientação sobre conteúdos relativos à saúde MI38. Incentivar a ginástica laboral para alunos observando horário e períodos	Até 2017.2 Continuamente, a partir de 2018	Equipes de saúde do IFCE, CAE, professores de Educação Física e outros setores/setores se necessário
C21. Problema de saúde do estudante e gravidez previstos em lei	MI39. Garantir o direito ao estudo domiciliar ao estudante com perfil para tal fim estabelecido no ROD MI40. Realizar o devido acompanhamento do estudante submetido ao estudo domiciliar	Continuamente, a partir de 2017	Coordenações de cursos, corpo docente, equipes CTP, CAE e outros setores, se necessário
C22. Necessidade de acompanhar tratamento de doença em familiar	MI41. Prestar as devidas orientações ao estudante que se encontra na condição mencionada para evitar maiores prejuízos na sua vida acadêmica no IFCE	Continuamente, a partir de 2017	Coordenações de cursos, corpo docente, equipes CTP, CAE e outros setores, se necessário

F1. FATORES INDIVIDUAIS			
DESMOTIVAÇÃO COM CURSO ESCOLHIDO			
<i>Causas</i>	<i>Medidas de Intervenção</i>	<i>Prazo</i>	<i>Responsável</i>
C23. Falta de identificação ou de afinidade com o curso escolhido provocando o desinteresse	MI42. Fortalecer permanentemente a qualidade do processo de divulgação dos cursos ofertados para minimizar o número de possíveis estudantes a se evadir por: <ul style="list-style-type: none"> • não se identificar com o curso; • ter escolhido o curso de forma imatura; • não ter informação clara sobre o curso; • achar inicialmente que o curso técnico prepare para o ENEM ou por não acreditar no curso escolhido; • realizar permanentemente a divulgação dos cursos do IFCE nas escolas, associações, empresas, sindicatos, demais repartições públicas, que lidam com o ensino básico, e em veículos de ampla cobertura deixando o mais claro possível todas as informações inerentes aos cursos ofertados pelo <i>campus</i>, inclusive, possibilidades de atuação profissional, empregabilidade, matriz curricular, disciplinas 	Continuamente a partir de 2017	Pró-reitoria de ensino, direção geral do <i>campus</i> , gestão máxima de ensino, coordenações de cursos, comunicação social e outros setores, se necessário
C24. Pouca informação sobre os cursos ofertados pelo IFCE			Direção geral do <i>campus</i> , gestão máxima de ensino, coordenações de cursos, comunicação social e outros setores, se necessário
C25. Desconhecimento sobre o curso			
C26. Imaturidade da própria idade para escolha precoce da profissão			
C27. Falta de perspectiva profissional		Continuamente a partir de 2017	Direção geral, do <i>campus</i> , gestão máxima de ensino, coordenações de cursos, comunicação
C28. Descontentamento de alguns estudantes dos cursos integrados		Continuamente a partir de 2017	de ensino, coordenações de cursos, comunicação

que têm interesse em se preparar para o ENEM	propedêuticas e técnicas mais exigidas pelo curso, entre outros aspectos, os programas, serviços e auxílios disponibilizados pelo IFCE.		social e outros setores, se necessário
C29. Desestímulo pela área de formação	<p>MI43. Divulgar os cursos do IFCE conscientizando o público sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> • no ensino técnico: a diferença existente entre os cursos de nível técnico (educação profissional) e curso de ensino médio (educação básica), em que o segundo prioriza o acesso à graduação, mas o primeiro não; • na graduação: sobre a relevância dos cursos de formação docente e de tecnologia enfocando as perspectivas do mundo do trabalho nas áreas desses cursos. <p>MI44. Utilizar diversos recursos para divulgar os cursos e processos seletivos, como, por exemplo, vídeos institucionais e específicos para os cursos ofertados, mostra virtual, palestras, feiras utilizando vídeos institucionais, panfletos, cartazes, banners, jornais dos municípios, rádio, redes sociais etc.</p>	Continuamente a partir de 2017	

	<p>MI45. Desenvolver ações sistemáticas que estimulem os estudantes ingressantes a conhecerem e valorizarem o curso para o qual fizeram seleção</p>		
<p>C30. O vínculo ao curso aconteceu por circunstâncias diversas e não por ser uma primeira opção</p>	<p>MI46. Divulgar os cursos do IFCE conscientizando o público sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> • no ensino técnico: a diferença existente entre os cursos de nível técnico (educação profissional) e curso de ensino médio (educação básica), em que o segundo prioriza o acesso a graduação, mas o primeiro não; • na graduação: sobre a relevância dos cursos de formação docente e de tecnologia enfocando as perspectivas do mundo do trabalho nas áreas desses cursos. 	<p>Continuamente a partir de 2017</p>	<p>Direção geral, do <i>campus</i>, gestão máxima de ensino, coordenações de cursos, comunicação social e outros setores, se necessário</p>
<p>C31. Desmotivação ocasionada pelas sucessivas repetências</p>	<p>MI47. Garantir a recuperação paralela nos cursos do IFCE desde o início do período letivo, otimizando o acompanhamento que esse processo exige</p> <p>MI48. Realizar todas as intervenções pedagógicas mencionadas no “Quadro de ações específicas” e que tratam de currículo, oportunidades de</p>	<p>Continuamente, a partir de 2017 durante todo o período letivo</p>	<p>Professores, gestão máxima de ensino, CTP, professores, coordenações de cursos, professores e outros setores/setores, se necessário</p>

	recuperação da aprendizagem, nivelamento, adaptação à vida acadêmica, entre outros, para melhorar a aprendizagem do estudante reduzindo, por conseguinte, o índice de retenção acadêmica		
C32. Curso com nível de alta complexidade	MI49. Realizar todas as intervenções pedagógicas mencionadas no “Quadro de ações específicas” e que tratam do currículo dos cursos ofertados pelo IFCE, a fim de tornar o curso mais equilibrado quanto a relação teoria e prática, de melhorar a aprendizagem do estudante reduzindo, por conseguinte, o índice de retenção acadêmica e de evasão	Estabelecido nas diversas ações específicas mencionadas que tratam de currículo	Gestão máxima de ensino, coordenações de cursos, professores, CTP e outros setores, se necessário
C33. Expectativa frustrada, pois, alguns cursos são mais teóricos que práticos			

F1. FATORES INDIVIDUAIS

DESCOBERTA DE NOVOS INTERESSES OU NOVO PROCESSO DE SELEÇÃO

<i>Causas</i>	<i>Medidas de Intervenção</i>	<i>Prazo</i>	<i>Responsável</i>
C34. Ingresso em outro curso no IFCE ou em outra instituição	MI50. Realizar ações no âmbito de cada curso que estimulem o sentimento de valorização e identificação dos estudantes com seus cursos como por exemplos, feiras, colóquios, congressos, iniciação científica, etc.	<i>A partir de 2017 de forma contínua</i>	Gestão máxima de ensino, corpo docente, CTP, coordenações de cursos e outros setores, se necessário
C35. Supervalorização por parte de alguns graduandos dos cursos ofertados por outras IES, sejam públicas ou privadas		<i>A partir de 2017 de forma contínua</i>	
C36. Parte dos estudantes dos cursos técnicos	MI51. Estabelecer estratégias de acompanhamento da frequência e desempenho	<i>A partir de 2017 de forma contínua</i>	Gestão máxima de ensino, corpo

prioriza o ingresso na graduação	desse estudantes nos cursos ofertados pelo IFCE, com a finalidade de incentivá-los à continuidade do curso e em último caso, dependendo da situação, ao trancamento em um dos cursos para que um deles possa ser concluído e em seguida a matrícula trancada possa ser reativada		docente, CTP, coordenações de cursos e outros setores, se necessário
C37. Dificuldade em conciliar curso técnico com graduação ou com outro curso técnico	MI52. Estimular o reingresso ao <i>campus</i> de ex-alunos com um registro de abandono no sistema acadêmico (busca ativa)	<i>A partir de 2017 de forma contínua</i>	Gestão máxima de ensino, corpo docente, CTP, coordenações de cursos

F2. FATORES INTERNOS À INSTITUIÇÃO

ATUALIZAÇÃO E FLEXIBILIDADE CURRICULAR

<i>Causas</i>	<i>Medidas de Intervenção</i>	<i>Prazo</i>	<i>Responsável</i>
C38. Alguns <i>campi</i> ofertam cursos técnicos integrados ao ensino médio com duração de 4 anos	MI53. Continuar o processo de revisão dos PPCs dos cursos técnicos integrados visando a redução da duração do curso de 4 para 3 anos	A partir de 2016 até 2018	PROEN, gestão geral do <i>campus</i> , Gestão máxima de ensino, corpo docente, CTP, coordenações de cursos e outros setores, se necessário
C39. Sobrecarga de disciplinas nos cursos técnicos integrados e concomitantes	MI54. Realizar todas as medidas de intervenção mencionadas neste documento e que tenham a finalidade de superar ou minimizar as causas especificadas relacionadas a aprendizagem, currículo, retenção e evasão	Estabelecido nas diversas medidas de intervenção mencionadas neste documento	Gestão máxima de ensino, corpo docente, CTP, coordenações de cursos e outros setores, se necessário
C40. Cursos concomitantes que ofertam muitas disciplinas	MI55. Revisar os PPCs analisando o perfil do egresso estabelecido neste projeto, com as suas matrizes	No período definido pela PROEN ou quando o	Gestão máxima de ensino, corpo docente, CTP,

por período letivo dificultando o desempenho do estudante que também já cursa outras disciplinas no ensino médio	curriculares e PUDs, a fim de avaliá-los para fazer possíveis ajustes no que diz respeito à: <ul style="list-style-type: none"> • coerência ou não entre o perfil do egresso com a matriz curricular e PUDs e esses com as demandas do mundo do trabalho; 	<i>campus</i> julgar necessário	Coordenações de cursos e outros setores, se necessário
C41. Alguns currículos de cursos técnicos não priorizam as práticas profissionais inerentes ao perfil de egresso esperado	<ul style="list-style-type: none"> • alta complexidade ou não dos cursos; • sobrecarga ou não de disciplinas e de conteúdos na matriz e nos PUDs; • coerência ou não entre conteúdo programático e carga horária da disciplina; 		Gestão máxima de ensino, corpo docente, CTP, Coordenações de cursos e outros setores, se necessário
C42. Alta complexidade no nível de alguns cursos técnicos e de graduação	<ul style="list-style-type: none"> • priorização da área teórica sobre a prática e não da relação proporcional entre teoria e prática; • adequação ou não da prática profissional ao perfil do egresso. 	No período definido pela PROEN ou quando o <i>campus</i> julgar necessário	Gestão máxima de ensino, corpo docente, CTP, coordenações de cursos e outros setores, se necessário
C43. Alguns cursos técnicos têm nível muito elevado parecido com cursos de graduação	<p>MI56. Estabelecer nos regulamentos internos, período de revisão periódica dos PPC's e sua adequação ao projeto político-pedagógico institucional, plano de desenvolvimento institucional e demais regulamentações pedagógicas</p> <p>MI57. Continuar o processo de análise e parametrização das matrizes curriculares de cursos técnicos e de graduação analisando o nível adequado para cada tipo de curso ofertado e os conteúdos que de fato devem ser inseridos em cada componente curricular e quais conteúdos podem ser</p>	Até 2019	
C44. Alguns cursos apresentam conteúdo em excesso nos seus PUDs		Até 2018.1	
C45. Cursos com disciplinas na matriz curricular que não apresentam muita relevância para o curso		Até 2019	

	trabalhados também por meio de aula prática MI58. Aprimorar o instrumental de avaliação de abertura de novos cursos inclusive, no que se refere à elaboração do PPC	Até 2018.1	
C46. Currículos com falta de articulação entre teoria e prática sendo mais teóricos que práticos, causando frustração no estudante	MI59. Durante a revisão (mencionada no quadro anterior) de PPCs de cursos técnicos integrados, aplicar o conceito de currículo integrado aos cursos técnicos integrados ao ensino médio desenvolvendo estratégias que viabilizem a integração e o planejamento integrado entre a educação básica e a educação profissional	De 2017 até 2019	
C47. Distância entre o currículo teórico do curso técnico e o conhecimento prático requerido na vida real		Até 2018.1	

F2. FATORES INTERNOS À INSTITUIÇÃO

GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO

<i>Causas</i>	<i>Medidas de Intervenção</i>	<i>Prazo</i>	<i>Responsável</i>
C48. Poucas oportunidades de reforço da aprendizagem	MI60. Garantir o reforço da aprendizagem (nivelamento) aos estudantes ingressantes preferencialmente durante todo o primeiro período letivo MI61. Desenvolver o nivelamento por meio de sua inserção na carga horária das matrizes curriculares dos cursos ou por meio da realização sistemática de projetos extracurriculares e de	Continuamente, durante o primeiro período letivo de cada curso	Gestão máxima de ensino, coordenação de cursos, CTP e outros setores, se necessário
C49. Pouca oferta de cursos de nivelamento			
C50. Poucos momentos de reforço da aprendizagem			

	<p>extensão utilizando a participação do estudante como parte do seu processo avaliativo</p> <p>MI62. Ampliar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de outros programas e ações que favoreçam o sucesso da aprendizagem discente</p> <p>MI63. Incentivar e desenvolver estratégias de acompanhamento da participação dos estudantes em programas de monitorias, tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço, programas de nivelamento, atendimentos individualizados e em grupo, projetos extracurriculares e outras ações que favoreçam o êxito discente</p>	<p>Continuamente</p> <p>Continuamente</p>	
<p>C51. Alteração do calendário acadêmico por motivo de greves ou outros</p>	<p>MI64. Revisar o modelo adotado para reposição de aulas por motivo de greve e propor ajustes, se necessário</p>	<p>Até 2018.1</p>	<p>Gestão máxima de ensino do <i>campus</i>, coordenação de cursos, CTP, PROEN e outros setores, se necessário</p> <p>-</p>
<p>C52. Aulas ofertadas aos sábados ou fora do horário previsto no horário semanal de aulas</p>			
<p>C53. Poucas ou inexistência de ações preventivas quanto à retenção e evasão em alguns cursos diurnos e noturnos</p>	<p>MI65. Conscientizar a comunidade acadêmica no <i>campus</i> para o enfrentamento da retenção e evasão por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • reuniões com gestores; 	<p>Bimestralmente, a partir de 2017</p>	<p>Gestão geral do <i>campus</i>, Gestão máxima de ensino do <i>campus</i>, Coordenação de cursos,</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • reuniões sistemáticas no <i>campus</i> com as áreas que atuam no ensino; • encontros pedagógicos e outras formações. <p>MI66. Realização de campanhas motivacionais e de conscientização</p> <p>MI67. Divulgação e análise dos índices de matrícula, retenção e evasão por curso nos <i>campi</i> junto ao corpo docente e equipe multidisciplinar</p> <p>MI68. Apresentação e análise dos índices de permanência e êxito informados na ferramenta “IFCE em Números” para fins de planejamento</p> <p>MI69. Utilizar a ferramenta “IFCE em Números” como instrumento de acompanhamento da vida acadêmica dos estudantes</p>		CTP, CAE e outros setores, se necessário
C54. Dificuldade na realização de aulas práticas no período noturno	MI70. Garantir a realização de aulas práticas no turno noturno no mesmo formato previsto para o turno diurno respeitando as peculiaridades de cada turno	Continuamente, em todos os períodos letivos, a partir de 2017	Gestão máxima de ensino do <i>campus</i> , professores, coordenações de curso de cursos, CTP, CAE e outros setores, se necessário

<p>C55. Dificuldade em ofertar disciplinas para alunos reprovados (geralmente, no curso subsequente o número de vagas é insuficiente para que estudante com reprovação possa efetivar sua matrícula no componente curricular em que foi reprovado)</p>	<p>MI71. Garantir a oferta de disciplinas pendentes para alunos reprovados em disciplinas de todos os cursos técnicos e de graduação</p> <p>MI72. Garantir a efetivação da Progressão Parcial de Estudos prevista no ROD, nas formas de Dependência e de Plano de Estudo Individual de modo, a inserir todos os estudantes dos cursos técnicos integrados na Progressão Parcial para reduzir o tempo de retenção dos estudantes nos seus cursos</p>	<p>De forma sistemática, a partir de 2018.1, nas renovações de matrículas ou no início de cada período letivo</p>	<p>Gestão máxima de ensino do <i>campus</i>, CCA, coordenações de cursos e outros setores, se necessário</p>
<p>C56. Pouca oferta de oportunidades para recuperar a aprendizagem</p>	<p>MI73. Realizar as ações mencionadas neste Plano, precisamente nos aspectos relacionados aos fatores individuais e internos à instituição que tratam:</p> <ul style="list-style-type: none"> • da realização de avaliação diagnóstica; • da garantia da recuperação paralela; • da efetivação das reuniões de conselhos de classe e colegiados; • do acompanhamento de frequência e pontualidade discente; • de reuniões, palestras, seminários, oficinas com alunos e pais ou responsáveis; • de atendimentos de aconselhamento pelas CTP, CAE e Coordenações de cursos; 	<p>Prazos estabelecidos nas diversas ações de intervenção mencionadas</p>	<p>Gestão máxima de ensino do <i>campus</i>, professores, coordenação de cursos, CTP, CAE, coordenações de Pesquisa e Extensão e outros setores, se necessário</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • da ampliação e fortalecimento dos programas, das bolsas e dos auxílios; • da realização de projetos curriculares; • da ampliação das ações de Pesquisa, Extensão, em parceria com o Ensino no <i>campus</i>; • do desenvolvimento de ações de inovação tecnológica, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo. 		
<p>C57. Cursos com poucas aulas práticas outros com poucas visitas técnicas ou cursos com poucas visitas técnicas e poucas aulas práticas</p>	<p>MI74. Avaliar se é necessário ampliar a realização de aulas práticas para todos os cursos ofertados nos três turnos respeitando as peculiaridades necessárias</p> <p>MI75. Avaliar durante a revisão dos PPCs, a quantidade de aulas práticas e visitas técnicas necessárias para os componentes curriculares estabelecidos nas matrizes curriculares</p> <p>MI76. Observar se as quantidades de aulas práticas e visitas técnicas estão previstas nos PPCs e seus PUDs para que, caso não estejam, seja feita a sua devida inclusão ou, pelo menos, o devido planejamento com o corpo docente incluindo o cronograma de aulas práticas e de visitas técnicas de todas as</p>	<p>Durante a parametrização dos PPCs</p> <p>Antes do início de cada período letivo</p>	<p>Corpo docente, coordenações de cursos, CTP, gestão máxima do ensino e outros setores, se necessário</p>

	<p>disciplinas do curso, com local, data, horário e material necessário estabelecidos</p> <p>MI77. Formalizar previamente parcerias com o setor produtivo para realização sistemática de visitas técnicas</p> <p>MI78. Divulgar (para o corpo docente e discente) de forma ampla, o cronograma de aulas práticas de todos os cursos e de visitas técnicas</p>	Continuamente, a partir de 2017	
C58. Poucas iniciativas no estímulo à realização de pesquisa, extensão e iniciação científica	<p>MI79. Ampliar o número de servidores (professores e técnicos) e estudantes envolvidos com pesquisa no IFCE</p> <p>MI80. Ampliar os projetos de extensão e de iniciação científica nos cursos de cada <i>campus</i> para incluir o maior número possível de estudantes</p> <p>MI81. Ampliar o número de submissões a programas ou projetos com recursos em editais externos e em convênios</p> <p>MI82. Ampliar o número de projetos de pesquisa aplicada com potencial de geração de ativos de propriedade industrial e o grau de envolvimento dos servidores em pesquisa</p> <p>MI83. Ampliar o número de projetos de iniciação científica e tecnológica envolvendo estudantes</p>	Continuamente, a partir de 2017	Pró-reitorias de Extensão e Pesquisa e Inovação, <i>Campi</i> , DAE, CAE, Pró-reitorias de Pesquisa, de Extensão e outros setores, se necessário

	<p>MI84. Fomentar a participação dos estudantes em eventos técnicos e científicos, de extensão, e de assuntos estudantis</p> <p>MI85. Elaborar e efetivar estratégias que fortaleçam as ações e programas de cultura no IFCE</p> <p>MI86. Elevar o número de publicações em periódicos com Qualis B2 ou superior e em periódicos internacionais</p> <p>MI87. Elevar a quantidade de títulos acadêmico-científicos cadastrados no repositório institucional</p> <p>MI88. Planejar iniciativas integradas no âmbito de ensino, pesquisa e extensão que visem a melhoria da aprendizagem dos estudantes dos cursos ofertados em cada <i>campus</i></p> <p>MI89. Elaborar estratégias que visem o Fortalecimento do programa de incubadoras</p> <p>MI90. Criar observatório (ou Núcleo) de captação de projetos e recursos</p>	A partir de 2018	
C59. Acompanhamento pedagógico e multidisciplinar frágil nos horários de oferta dos cursos, principalmente no turno noturno	<p>MI91. Realizar reuniões sistemáticas de planejamento e avaliação com os segmentos Gestão máxima do ensino, CTP, Coordenação de Curso, de extensão, pesquisa, estágio, CAE, corpo docente, saúde, entre outros, para:</p>	Continuamente, por bimestre, a partir de 2017	Gestão máxima do ensino, CTP, CAE, Corpo docente, coordenações de cursos, de extensão, de pesquisa e

	<ul style="list-style-type: none"> • sensibilizá-los quanto o acompanhamento pedagógico como ação de responsabilidade de todos, e que, portanto, algumas atribuições podem ser compartilhadas em planejamento; • garantir no âmbito de cada campus, ações que visem o fortalecimento da integração entre CTP, Coordenação e Curso e CAE no acompanhamento do desempenho dos estudantes promovendo as ações preventivas citadas nesse Plano que visem o combate à evasão e retenção. 		outros setores, se necessário
C60. Dificuldade quanto ao acompanhamento pedagógico dos estudantes	<p>MI92. Realizar reunião geral para planejamento do início do período letivo com CTP, Coordenações e CAE</p> <p>MI93. Realizar reunião sistemática com CTP, Coordenações de Cursos e CAE para acompanhar o desenvolvimento das ações de rotina e das ações do Plano de Permanência e Êxito dos estudantes do IFCE</p> <p>MI94. Priorizar, planejar, executar e avaliar ações que tenham relação com a permanência e êxito estudantil incluindo a participação do corpo docente</p>	Continuamente, a partir de 2017	Gestão máxima do ensino, CTP, CAE, corpo docente, coordenações de cursos, de extensão, de pesquisa e outros setores, se necessário

	<p>MI95. Registrar por meio de frequências, imagens, vídeos, entre outros, toda ação que evidencie o acompanhamento pedagógico, sejam no âmbito de CTP, Coordenações de cursos, Pesquisa, Extensão, CAE, Direção de Ensino, e outros que se fizerem necessário</p> <p>MI96. Revisar o horário de atendimento dos segmentos que atuam diretamente com o estudante (Direção de Ensino, CTP, Coordenação de Curso e CAE) de modo, que o estudante se sinta atendido no que se refere às demandas inerentes ao desenvolvimento no curso</p> <p>MI97. Avaliar a necessidade de ampliar a equipe multidisciplinar nos <i>campi</i> para assegurar o atendimento em todos os turnos e melhorar o acompanhamento junto aos estudantes com baixa frequência e mau desempenho acadêmico</p>	<p>Continuamente, por bimestre, a partir de 2017</p> <p>Até 2017</p> <p>Até 2018</p>	<p>Gestão máxima do ensino, CTP, CAE, corpo docente, coordenações de cursos, de extensão, de pesquisa e outros setores, se necessário</p>
<p>C61. Comunicação frágil entre gestão geral, gestão de ensino, coordenações de cursos e estudantes</p>	<p>MI98. Criar estratégias que aperfeiçoem a comunicação com os estudantes referente a toda e qualquer ação sobre os seus cursos</p> <p>MI99. Elaborar estratégias que aperfeiçoem a comunicação entre os diversos segmentos dos <i>campi</i> para favorecer um</p>	<p>Até 2018.1</p> <p>Até 2018.2</p>	<p>Gestão geral, gestão máxima do ensino, CTP, CAE, corpo docente, coordenações de cursos, de extensão e de pesquisa, de estágio, comunicação</p>

	<p>trabalho de maior credibilidade e que gere melhores resultados</p> <p>MI100. Aprimorar a utilização das ferramentas de interação virtual de modo a melhorar continuamente a comunicação interna favorecendo o tráfego horizontal de informações no âmbito do <i>campus</i></p> <p>MI101. Criar murais específicos para divulgação das atividades do <i>campus</i> inclusive dos cursos</p> <p>MI102. Divulgar sistematicamente informações sobre os programas de apoio a estudantes</p>	<p>Até 2017</p> <p>Continuamente, a partir de 2017</p>	<p>social e outros setores, quando necessário</p>
<p>C62. Cursos ofertados em maior parte no horário diurno dificultando a permanência dos estudantes que precisam trabalhar nesse horário</p>	<p>MI103. Ofertar cursos com horário e turno compatíveis com a demanda e disponibilidade dos estudantes, em particular os trabalhadores e os estudantes dos cursos de licenciatura que geralmente trabalham na área dos seus cursos</p> <p>MI104. Ampliar o horário de oferta de cursos para o turno noite</p> <p>MI105. Revisar a oferta integral dos cursos de modo, que a maioria funcione em um turno para que o estudante possa se programar com outra atividade no contraturno</p>	<p>Até 2019</p> <p>Até 2019</p>	<p>Gestão máxima do ensino, CTP, CAE, corpo docente e outros setores, quando necessário</p>

C63. Acompanhamento sociopedagógico deficitário no turno noturno	MI106. Garantir o funcionamento dos setores que trabalham com atendimento ao corpo discente, como por exemplo, CTP, CAE, Biblioteca, Coordenações de Cursos de Pesquisa, de Extensão, de estágio, setores de saúde	Continuamente A partir de 2017	Gestão geral do <i>campus</i> , gestão máxima do ensino, CTP, CAE, setor de saúde, Corpo docente, coordenações de curso, de pesquisa, de extensão, estágio e outros setores, quando necessário
C64. Horários de aulas elaborados sem considerar o nível de complexidade dos componentes curriculares sem, por exemplo, intercalar componente de nível de complexidade mais baixo com componentes de nível mais alto	MI107. Organizar os horários semanais das aulas, priorizando o processo de ensino e aprendizagem, procurando mesclar no horário das aulas dos componentes curriculares com maiores e menores níveis de complexidade	Continuamente A partir de 2017	Gestão máxima do ensino, CTP, corpo docente, coordenações de curso e outros setores, quando necessário
C65. Dificuldade em viabilizar o estágio curricular para os estudantes	MI108. Realizar estudo para avaliar se há ou não demanda por estágio referente aos cursos técnicos e de graduação ofertados pelo IFCE MI109. Analisar a viabilidade de continuidade dos cursos ofertados pelo IFCE que não demandam estágio e empregabilidade na região onde são ofertados MI110. Fortalecer a política de estágio	Até 2018	Gestão geral do <i>campus</i> , gestão máxima do ensino, CTP, corpo docente, coordenações de curso, estágio e outros setores, quando necessário
C66. Falta de uma política de estágio fortalecida			
C67. Ausência ou baixa oferta de estágio em alguns cursos ofertados pelo IFCE			

	visitas técnicas, dentre outros		
C68. Não há monitoria suficiente para todas as disciplinas	<p>MI117. Avaliar junto à Gestão máxima geral e de Ensino do <i>campus</i>, a viabilidade de aumentar o recurso interno destinado ao programa de monitoria</p> <p>MI118. Ampliar o Programa de monitoria voluntária</p> <p>MI119. Implementar no <i>campus</i> outros programas de incentivo à permanência e êxito discente</p>	<p>Até 2018</p> <p>Continuamente, a partir de 2017</p>	<p>Gestão geral do <i>campus</i>, PROEN, PROAP, Gestão máxima do ensino, CTP, corpo docente, coordenações de curso</p>
C69. Acompanhamento ineficaz quanto ao desempenho dos estudantes-monitores, professores-orientadores e estudantes com dificuldade de aprendizagem submetidos ao Programa de monitoria.	<p>MI120. Avaliar nos cursos de cada <i>campus</i> o funcionamento da gestão do Programa de Monitoria para identificar avanços e dificuldades a fim de ajustar o que for necessário, observando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • se os alunos monitores estão sendo orientados e acompanhados, ou seja, se há ou não reuniões sistemáticas de planejamento e de avaliação; • se os alunos com dificuldade de aprendizagem convocados estão frequentando as aulas ou não; • quais medidas são adotadas para os faltosos; • como ocorrem as atividades de monitoria junto aos 	<p>Até 2018.1</p>	<p>Gestão máxima do ensino, CTP, corpo docente, coordenações de curso, professores orientadores da monitoria e outros setores, se necessário</p>

	<p>estudantes com dificuldade de aprendizagem;</p> <ul style="list-style-type: none"> • se os relatórios de atividades da monitoria estão sendo apresentados e discutidos com a gestão máxima do Ensino; • como está o aproveitamento dos estudantes orientados pela monitoria, entre outros. 		
<p>C70. Pouco ou nenhum incentivo quanto ao fortalecimento do vínculo do estudante com o curso e com o <i>campus</i>, favorecendo o enfraquecimento dos vínculos com a escola</p>	<p>MI121. Implementar ações de integração e pedagógicas que fortaleçam o ambiente acadêmico enquanto espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo para fortalecer o vínculo estudante e IFCE, promover a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes</p> <p>MI122. Realizar sistematicamente o fórum institucional estudantil</p> <p>MI123. Apoiar o funcionamento das entidades de representação estudantil</p>	<p>Anualmente, a partir de 2017</p>	<p>Gestão máxima do ensino, CTP, CAE, corpo docente, coordenações de curso, de extensão, de pesquisa e outros setores, se necessário</p>

F2. FATORES INTERNOS À INSTITUIÇÃO

INFRAESTRUTURA FÍSICA, MATERIAL, TECNOLÓGICA E DE PESSOAL PARA O ENSINO

<i>Causas</i>	<i>Medidas de Intervenção</i>	<i>Prazo</i>	<i>Responsável</i>
---------------	-------------------------------	--------------	--------------------

<p>C71. Em alguns <i>campi</i> falta estrutura para atender às necessidades de permanência do estudante de tempo integral como, por exemplo, espaço adequado para alimentação, descanso e estudo nos intervalos entre turnos</p>	<p>MI124.Fornecer alimentação (refeição e lanche) para os estudantes observando estrutura adequada para armazenamento, preparação e distribuição de alimentação aos estudantes ou definição de outra estratégia adequada para servir a alimentação desses jovens</p> <p>MI125.Implementar suporte de moradia estudantil para estudantes oriundos de regiões afastadas da unidade de ensino e de espaços de convivência e descanso para estudantes que estudam em tempo integral</p>	<p>A partir de 2018</p> <p>Até 2018</p>	<p>Gestão geral, equipe administrativa e outros setores, se necessário</p> <p>Gestão geral, equipe administrativa, CAE e outros setores, se necessário</p>
<p>C72. Há cursos com laboratórios inexistentes ou com estrutura física precária causando prejuízo no desenvolvimento de aulas práticas</p>	<p>MI126.Identificar quais cursos ainda não tem todos os seus laboratórios construídos, avaliar os motivos pelos quais os laboratórios não funcionam ou funcionam precariamente para tomar as devidas providências visando a agilidade para o funcionamento do efetivo desses equipamentos</p> <p>MI127.Atualizar o cronograma de construção dos laboratórios</p> <p>MI128.Avaliar <i>in loco</i> as instalações de todos os laboratórios dos cursos do IFCE existentes observando as necessidades de melhoria para melhor funcionamento</p> <p>MI129.Priorizar a construção ou melhoria dos espaços</p>	<p>Até 2018.1</p>	<p>Gestão geral e equipe administrativa, PROAP, coordenações de cursos e outros setores, se necessário</p>

	<p>relacionados diretamente à permanência e êxito discente, por exemplo, os laboratórios, bibliotecas e espaços destinados as práticas desportivas, alimentação e convivência</p> <p>MI130.Adequar a estrutura física existente para atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas</p> <p>MI131.Aperfeiçoar o planejamento e o acompanhamento de obras para ampliação e manutenção da infraestrutura física</p>	Até 2018	
C73. Há cursos com falta ou dificuldade na aquisição de equipamentos e material de consumo	<p>MI132.Aperfeiçoar a metodologia de planejamento e acompanhamento dos gastos correntes e outros custeios com pessoal e com investimentos e inversões financeiras</p> <p>MI133.Aperfeiçoar o acompanhamento da aquisição patrimonial e de materiais das unidades</p> <p>MI134.Garantir a manutenção dos <i>campi</i> do IFCE</p> <p>MI135.Aperfeiçoar a forma de acompanhamento e a contratação de serviços</p>	<p>Até 2017</p> <p>A partir de 2017</p> <p>Até março de 2018</p>	Gestão geral, equipe administrativa, coordenações de cursos e outros setores, se necessário
C74. Falta de equipamentos e de material esportivo em alguns <i>campi</i>	MI136. Identificar os fatores que dificultam a aquisição de material e equipamentos esportivos para tomada de providências relativas a essa aquisição	Até 2017	Gestão geral, equipe administrativa, coordenação da Educação Física no

	<p>MI137.Capacitar de forma periódica, os docentes que fazem pedidos de compras com a finalidade de diminuir a probabilidade de erros na solicitação desses pedidos</p> <p>MI138.Fazer o planejamento prévio de aquisição de equipamentos e materiais necessários às aulas práticas e as atividades desportivas prevendo orçamento anual específico para este fim na LOA</p> <p>MI139.Fazer aquisição prévia de equipamentos e materiais necessários para realização de aulas práticas e de aulas desportivas</p>	<p>Continuamente</p> <p>Antes do início de cada período letivo</p> <p>Até 2018.1</p>	<p><i>campus,</i> coordenações de cursos e outros setores, se necessário</p>
<p>C75. Inexistência de laboratórios ou mau funcionamento de alguns laboratórios existentes</p>	<p>MI140.Identificar quais cursos ainda não têm todos os seus laboratórios construídos, avaliar os motivos pelos quais os laboratórios não funcionam ou funcionam precariamente para tomar as devidas providências a fim de agilizar esse processo</p> <p>MI141.Atualizar o cronograma de construção dos laboratórios</p> <p>MI142.Avaliar <i>in loco</i> as instalações de todos os laboratórios dos cursos do IFCE existentes observando as necessidades de melhoria para melhor funcionamento</p> <p>MI143.Priorizar a construção dos espaços relacionados diretamente a permanência e êxito discente a exemplo, os laboratórios e espaços</p>	<p>Até 2017</p> <p>Até 2018</p> <p>Até 2019</p>	<p>Gestão geral, equipe administrativa, coordenações de cursos, coordenadores de laboratórios e outros setores, se necessário</p> <p>Gestão geral, equipe administrativa, coordenações de cursos, coordenadores dos laboratórios e outros setores, se necessário</p>

	<p>destinados as práticas desportivas</p> <p>MI144.Adequar a estrutura física existente para atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas</p> <p>MI145.Aperfeiçoar o planejamento e o acompanhamento de obras para ampliação e manutenção da infraestrutura física</p> <p>MI146.Propor estratégias que viabilizem o bom funcionamento dos laboratórios existentes considerando a organização do espaço, a manutenção dos equipamentos, a elaboração de um cronograma de atendimentos por curso, disciplinas e horários</p> <p>MI147.Elaborar e implantar políticas de manutenção de equipamentos de laboratório e de multimeios didáticos</p> <p>MI148.Avaliar e implantar, se necessário, laboratórios de aprendizagem e laboratórios didático-pedagógicos</p>	<p>Até 2018.1</p> <p>Até 2018.1</p> <p>Até 2019</p>	
C76. Falta de quadra poliesportiva em alguns <i>campi</i> e de espaço de convivência	<p>MI149.Identificar os <i>campi</i> que ainda não disponibilizam de quadra poliesportiva e de espaço de convivência para seus estudantes</p> <p>MI150.Priorizar, no plano diretor do campus e PDI institucional, a construção ou conclusão dos espaços que favorecem a permanência dos estudantes, a exemplo, a</p>	Até 2017	Gestão geral, equipe administrativa, responsável pela Educação Física no <i>campus</i> , e outros setores, necessário
C77. Falta de espaço de descanso e convivência dos		Até 2018	Gestão geral, equipe administrativa,

<p>alunos que passam dois turnos no <i>campus</i></p>	<p>quadra poliesportiva e os espaços de convivência dos estudantes MI151.Otimizar o acompanhamento do processo de construção das obras MI152.Melhorar, no espaço interno, a rede lógica necessária ao bom funcionamento dos sistemas informatizados existentes nos <i>campi</i>, tais como Sistema Acadêmico e Gerenciamento de Biblioteca MI153.Melhorar a estrutura da área de convivência dos estudantes (espaços para lazer, estudo, complexo esportivo, restaurante e moradia estudantil)</p>		<p>gestão máxima do ensino, responsável pela educação física no <i>campus</i> e outros setores, se necessário</p>
<p>C78. Quantidade e diversidade de acervo bibliográfico deficiente</p>	<p>MI154.Desenvolver política de aquisição e manutenção de acervo bibliográfico, levando em consideração a criação e o reconhecimento dos cursos MI155.Aumentar a relação de exemplares por título da bibliografia básica e da bibliografia complementar, em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados, nas bibliotecas do IFCE, com dotação orçamentária anual para aquisição de material bibliográfico MI156.Definir orçamento anual e garantir a compra de material bibliográfico em cada <i>campus</i></p>	<p>Até 2018 Anualmente, a partir de 2018</p>	<p>Gestão geral, equipe administrativa, gestão máxima do ensino, coordenação da Biblioteca, coordenações de cursos e outros setores, se necessário</p>

F2. FATORES INTERNOS À INSTITUIÇÃO			
GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA UNIDADE DE ENSINO			
<i>Causas</i>	<i>Medidas de Intervenção</i>	<i>Prazo</i>	<i>Responsável</i>
C79. Auxílios (transporte, material didático e outros) financeiros insuficientes para atender a demanda de todos os estudantes com o devido perfil para ter direito aos auxílios	<p>MI157. Ampliar para cada <i>campus</i> o valor do repasse de recurso destinado ao auxílio estudantil</p> <p>MI158. Aperfeiçoar os critérios de descentralização dos recursos da assistência estudantil aos <i>campi</i></p> <p>MI159. Criar um sistema integrado de armazenamento de dados de todos os estudantes bolsistas e que recebem algum tipo de auxílio</p>	<p>Anualmente, a partir de 2018</p> <p>Até 2018.1</p>	Reitoria, Diretoria de Assistência Estudantil, CAE, Gestão máxima de ensino e direção geral do <i>campus</i> e outros setores, se necessário
C80. Atrasos no repasse dos auxílios financeiros aos estudantes	<p>MI160. Garantir a regularidade e a agilidade do repasse dos recursos às unidades de ensino, em particular os destinados à assistência estudantil</p> <p>MI161. Garantir o empenho em tempo hábil de todos os recursos destinados a Assistência Estudantil, acompanhando sistematicamente o processo de empenho dos auxílios estudantis e de bolsas destinados aos estudantes, a fim de utilizá-lo complementarmente todo o recurso destinado para esse fim</p> <p>MI162. Estreitar o planejamento integrado entre a PROAP, PROEN, DAE (Diretoria de assistência</p>	Anualmente, a partir de 2017	Reitoria, Diretoria de Assistência Estudantil, CAE, Gestão máxima de ensino e direção geral do <i>campus</i> e outros setores, se necessário

	<p>estudantil), coordenadoria de assistência estudantil, gestão administrativa, direção de ensino e coordenações de cursos</p> <p>MI163.Otimizar a distribuição do recurso destinado ao auxílio entre seus diversos tipos, após levantamento no período letivo anterior dos estudantes com perfil adequado para recebê-los</p>		
<p>C81. Há estudantes que continuam com bolsas mesmo tendo sido reprovados. Este fato dificulta o acesso de outros estudantes a esse direito</p>	<p>MI164.Realizar campanhas junto aos alunos que possuem os diversos tipos de bolsas para conscientizá-los sobre a importância de se evitar reprovações alertando-os sobre algumas implicações acadêmicas, inclusive a possibilidade de cancelamento da bolsa</p> <p>MI165.Identificar quais bolsas podem ser continuadas para estudantes que foram reprovados</p> <p>MI166.Aprimorar o acompanhamento da frequência dos estudantes que recebem auxílios e bolsas com a finalidade de observar a permanência e êxito dos mesmos nos cursos em que estão matriculados para que providências cabíveis sejam adotadas em caso de abandono ou reprovações</p> <p>MI167.Adotar providências específicas para os estudantes reprovados e que são bolsistas do “Bolsa permanência”</p>	<p>Continuamente, a partir de 2017</p>	<p>Diretoria de Assistência Estudantil, CAE, Gestão máxima de ensino e direção geral do <i>campus</i> e outros setores, se necessário</p>

	MI168. Realizar uma ação mais efetiva para professores alimentarem o Q-Acadêmico em tempo hábil		
C82. Recurso financeiro para o Programa de monitoria insuficiente	MI169. Ampliar o recurso para o Programa de Monitoria MI170. Ampliar o Programa de Monitoria Voluntária MI171. Investigar e implantar outras formas legais de adquirir recursos para bolsas e auxílios aos estudantes do IFCE	Anualmente, a partir de 2018	PROEN, DAE, direção geral dos <i>campi</i> , gestão máxima de ensino
C83. Discentes com dificuldade em manusear o Sistema Informatizado de Assistência Estudantil do IFCE (SISAE)	MI172. Realizar capacitações periódicas para estudantes que recebem auxílios	Semestralmente, a partir de 2018.1	CAE e outros setores, se necessário
C84. Alguns estudantes recebem mais de uma bolsa e outros nenhuma	MI173. Elaborar um sistema integrado de cadastro de estudantes bolsistas e de estudantes que recebem auxílio MI174. Democratizar o acesso aos programas institucionais que disponibilizam bolsa, ampliando o número total de bolsas e reduzindo para um (1), o número de bolsas por estudante MI175. Ampliar os projetos de pesquisa e de extensão com bolsas visando contemplar mais estudantes MI176. Elaborar estratégias que otimizem o acesso aos estudantes dos recursos	Até 2017 A partir de 2018 Até 2018.1	Reitoria, Diretoria de Assistência Estudantil, DGTI e PROEN, e outros setores, se necessário

	destinados aos diversos tipos de auxílio		
C85. Concorrência na região do IFCE com outras universidades públicas	<p>MI177.Elaborar estratégias que visem o aperfeiçoamento do marketing institucional no âmbito da Reitoria e dos <i>campi</i>, assim como dos serviços prestados pela Reitoria e pelos <i>campi</i></p> <p>MI178.Divulgar o IFCE em eventos regionais e nacionais</p> <p>MI179.Analisar a possibilidade de oferta de cursos com perfil de egressos mais completos que das demais IES e das escolas profissionais</p>	Até 2018	Reitoria e equipe administrativa, Comunicação social, Direção geral nos <i>campi</i> , equipe administrativa, comunicação social e outros setores, se necessário
C86. Dificuldade de comunicação no âmbito do <i>campus</i> e entre <i>campi</i> e Reitoria	<p>MI180.Realizar o mapeamento de processos desenvolvidos na Reitoria e nos <i>campi</i></p> <p>MI181.Definir fluxos para os processos mapeados na Reitoria e nos <i>campi</i></p> <p>MI182.Fomentar a elaboração de manuais e de fluxos e rotinas dos setores sistêmicos</p> <p>MI183.Divulgar no âmbito do IFCE, os processos e fluxos desenvolvidos pela Reitoria e <i>campi</i></p> <p>MI184.Implementar novas estratégias que fortaleçam a comunicação interna com a finalidade de aprimorar a qualidade do atendimento e serviço prestado por todos os <i>campi</i>, inclusive Reitoria</p> <p>MI185.Divulgação em ampla cobertura de todas as informações referentes ao</p>	<p>Até 2019</p> <p>Até 2019</p> <p>Até 2018</p> <p>A partir de 2017</p>	Reitoria e equipe administrativa, Pró-reitoria de Ensino, Pesquisa e Inovação, Extensão, e de gestão de Pessoas, comunicação social, direção geral nos <i>campi</i> , equipe administrativa, comunicação social e outros setores, se necessário

	<p>funcionamento dos cursos ofertados pelo IFCE, conforme determina a LDB Nº9.394/96</p> <p>MI186.Capacitar a gestão de ensino e geral no <i>campus</i> sobre procedimento padrão para descentralização das comunicações, normativas e recomendações passadas pela Reitoria</p>		
<p>C87. Alguns setores demonstram despreparo para o atendimento com o público interno e externo</p>	<p>MI187.Capacitar sistematicamente os servidores dos <i>campi</i> e da Reitoria, inclusive corpo docente sobre temas relacionados à atendimento e relação interpessoal</p> <p>MI188.Ampliar a qualificação de servidores por meio da participação em eventos técnicos e científicos relacionados a sua área de atuação</p> <p>MI189.Investir na oferta contínua de cursos de formação continuada para servidores (professores e técnico-administrativos)</p> <p>MI190.Implementar cursos de formação continuada de gestores em gestão educacional e administrativa</p> <p>MI191.Aprimorar a utilização das ferramentas de interação virtual de modo a melhorar continuamente a comunicação interna favorecendo o tráfego horizontal de informações no âmbito do <i>campus</i></p>	<p>Anualmente, a partir de 2017</p>	<p>Reitoria e equipe administrativa, PROEN, PROEXT, PRPI, PROGEP, comunicação social, direção geral nos <i>campi</i>, equipe administrativa, comunicação social e outros setores, se necessário</p> <p>Reitoria e equipe administrativa, Pró-reitorias de Ensino, Pesquisa e Inovação, Extensão, e de gestão de Pessoas,</p>

			comunicação social, Direção geral nos <i>campi</i> , equipe administrativa, comunicação social e outros setores, se necessário
C88. Necessidade de aumentar o índice de técnico-administrativos com titulação de especialistas, mestres e doutores	MI192. Criar novas estratégias e (fortalecer as existentes) que visem a ampliação significativa de técnico-administrativos com titulação de especialista, mestre e de doutores e de docentes com titulação de mestre e doutor MI193. Ampliar convênios para participação dos servidores (docentes e técnico-administrativos) em programas de pós-graduação	Gradualmente até 2020	Reitoria, PRPI, PROGEP
C89. Alguns professores efetivos não se disponibilizam a lecionar no turno noturno	MI194. Realizar ação de conscientização quanto à relevância da oferta de cursos noturnos nos <i>campi</i>	Até 2018	Direção geral, gestão máxima do ensino, coordenadores de cursos, CTP e outros setores, se necessário
C90. Falta de segurança onde há oferta de cursos noturnos no entorno do <i>campus</i>	MI195. Providenciar estrutura completa de segurança para o turno da noite nos <i>campi</i> que funcionam no turno da noite MI196. Formalizar parcerias com município ou estado para prover a segurança dos estudantes no trajeto do <i>campus</i> para suas residências	2017	Direção geral e equipe administrativa do <i>campus</i>

<p>C91. Alguns professores não são assíduos causando um número significativo de aulas ociosas em vários cursos</p>	<p>MI197.Estabelecer no <i>campus</i>, estratégias de acompanhamento sistemático da assiduidade, pontualidade e do cumprimento dos horários das atividades docentes em sala de aula</p>	<p>Continuamente, a partir de 2017</p>	<p>Direção geral, gestão máxima do ensino, coordenadores de cursos, CTP, PROGEP, professores e outros setores, se necessário</p>
<p>C92. Alguns professores não são pontuais contribuindo para o atraso também por parte dos estudantes</p>	<p>MI198.Sensibilizar os docentes por meio de orientação individual, reuniões e formações continuadas, sobre a importância da pontualidade e da assiduidade docente como um dos fatores que</p>	<p>Continuamente, a partir de 2017</p>	
<p>C93. Alguns professores não cumprem seus horários</p>	<p>contribuem para a motivação dos estudantes em cursar a disciplina regularmente</p> <p>MI199.Implantar ou fortalecer o acompanhamento do procedimento de reposição de aulas, anteposição de aulas ou troca de horários, conforme estabelecido na Nota Informativa N°10/2016</p> <p>MI200.Adotar as medidas necessárias previstas na legislação aos casos relacionados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ao significativo número de aulas não repostas em tempo hábil; • ao não cumprimento dos tempo de duração de suas aulas. <p>MI201.Orientar de forma ampla a implementação da Regulamentação de carga horária docente</p>	<p>2017</p>	

F2. FATORES INTERNOS À INSTITUIÇÃO			
QUESTÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS			
<i>Causas</i>	<i>Medidas de Intervenção</i>	<i>Prazo</i>	<i>Responsável</i>
<p>C94. Desmotivação de alguns estudantes diante da dificuldade didática de alguns professores principalmente nos aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ relação professor - aluno quem em parte é ruim; ○ valorização do repasse do conteúdo em detrimento da aprendizagem; ○ metodologia de ensino e de avaliação que não favorecem aprendizagem; ○ aulas não atrativas; ○ alguns professores parecem desmotivados, pois não apresentam bom desempenho; ○ falta de flexibilidade de alguns professores que reprovam por décimos; ○ exploração de conteúdos em excesso nas avaliações; ○ material de aulas desatualizados; ○ algumas aulas parecem que não foram planejadas; ○ Falta de domínio de conteúdo de alguns professores. 	<p>MI202.Avaliar e se necessário, atualizar no âmbito de cada <i>campus</i>, os procedimentos de avaliação da aprendizagem para que esta seja de fato contínua e em conformidade com uma proposta pedagógica emancipatória, com a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos</p> <p>MI203.Realizar estudos com os docentes sobre os aspectos mencionados como possíveis causas motivadoras da evasão como, por exemplo, avaliação da aprendizagem, relação professor-aluno e outros aspectos didático-pedagógicos</p> <p>MI204.Realizar encontros pedagógicos e reuniões sistemáticas que abordem questões relacionadas à dinâmica do processo ensino e aprendizagem no <i>campus</i></p> <p>MI205.Realização sistemática de conselhos de classe</p> <p>MI206.Trabalhar a relação docente-estudante, com o objetivo de melhorar o diálogo e ampliar os espaços em que os estudantes possam sugerir práticas</p>	<p>Até 2017</p> <p>Continuamente</p> <p>Em reuniões específicas para tal fim, em atendimentos individuais à professores encontros pedagógicos, reuniões de conselho de classe e de colegiados</p> <p>Continuamente</p> <p>Continuamente</p>	<p>Direção geral, gestão máxima do ensino, CTP, CAE, coordenadores de cursos, professores e outros setores, se necessário</p>

	<p>educativas mais eficientes para o seu aprendizado</p> <p>MI207.Fortalecer a formação continuada para o corpo docente por meio da oferta de cursos de curta e de longa duração no IFCE ou via parcerias</p> <p>MI208.Revisar a avaliação de desempenho docente ajustando-a de modo a alinhá-la a Progressão e Promoção Docente</p>	<p>A partir de 2018</p> <p>Continuamente</p> <p>Até 2018.2</p>	
<p>C95. Pouco tempo em aula para muito conteúdo, conseqüentemente, baixo aprendizado e desinteresse</p>	<p>MI209.Durante a construção e análise dos PPCs, observar se o conteúdo programático previsto nos PUDs é proporcional à carga horária da disciplina para fazer a devida proporcionalidade, caso seja necessário</p> <p>MI210.Avaliar a necessidade de fragmentar de forma mais didática a quantidade de conteúdos por aula</p> <p>MI211.Definir estratégias que viabilizem o maior uso pelo docente, do Sistema Acadêmico e Sistema Sophia (biblioteca) enquanto mais uma ferramenta de divulgação de materiais didático-pedagógicos visando o fortalecimento da cultura de disseminação e leitura desses materiais</p>	<p>Durante a construção de PPCs e parametrização de matrizes curriculares</p>	<p>Gestão máxima do ensino, CTP, coordenadores de cursos, professores e outros setores, se necessário</p>
<p>C96. Falta de atenção de alguns professores</p>	<p>MI212.Fortalecer o acompanhamento</p>	<p>Continuamente, a partir de 2017</p>	<p>Gestão máxima do</p>

quanto às dificuldades de aprendizagem dos estudantes, inclusive daqueles com necessidades educacionais específicas	pedagógico por meio de orientação individual e de ações motivacionais e de sensibilização junto ao corpo docente no sentido de contribuir para a melhoria contínua da prática educativa		ensino, CTP, coordenadores de cursos, professores e outros setores, se necessário
C97. Dificuldade de comunicação entre alunos e professores e coordenações e professores	MI213. Elaborar estratégias que viabilizem a melhoria contínua da comunicação interna entre gestão máxima de ensino, coordenações, CTP, CAE, corpo docente e estudantes como, por exemplo, a realização de reuniões sistemáticas entre esses segmentos previstas no calendário acadêmico e na resolução de carga horária docente MI214. Aprimorar a utilização das ferramentas de interação virtual de modo a melhorar continuamente a comunicação interna favorecendo o tráfego horizontal de informações no âmbito do <i>campus</i>	Até 2018	Gestão máxima do ensino, CTP, coordenadores de cursos, de pesquisa e inovação, de extensão, de estágio, professores, comunicação social e outros setores, se necessário

F2. FATORES INTERNOS À INSTITUIÇÃO

PROCESSO DE SELEÇÃO E POLÍTICA DE OCUPAÇÃO DE VAGAS

<i>Causas</i>	<i>Medidas de Intervenção</i>	<i>Prazo</i>	<i>Responsável</i>
C98. Nos cursos técnicos o exame de seleção é pouco exigente, pois não há prova permitindo ingresso de	MI215. Efetivar as ações de avaliação diagnóstica, reforço da aprendizagem (nivelamento), recuperação paralela, estabelecidas nas ações demais Ações específicas deste Plano	Sistematicamente, a partir de 2017	Pró-reitoria de Ensino, diretores de <i>campi</i> , gestão máxima do ensino e outros

estudantes com muita deficiência de aprendizagem	MI216. Revisar a política de ingresso do IFCE e fazer os devidos ajustes, caso necessário	Até 2018.1	setores, se necessário
C99. O sistema de ingresso no SISU favorece a entrada de estudantes que não têm o curso como primeira opção e isso em muitos, causa o desinteresse posterior pelo curso	MI217. Avaliar e fazer os devidos ajustes nos editais de seleção de estudantes para os cursos técnicos ofertados pelo IFCE MI218. Compatibilizar o cronograma de resultados dos processos seletivos para acompanhamento do calendário nacional MI219. Definir no processo seletivo para ingressos nos cursos ofertados pelo IFCE reserva de vagas para pessoas com deficiência	Até 2018.1	
C100. Nos cursos técnicos, no momento de inscrição, o aluno dispõe de apenas uma alternativa de curso, ao ingressar, se não se identificar com esse curso, evade-se da instituição e não só do curso		Até 2018.1	
C101. Ausência de reserva de vagas para pessoas com deficiência, nos cursos ofertados no IFCE			

F2. FATORES INTERNOS À INSTITUIÇÃO

INCLUSÃO SOCIAL E RESPEITO À DIVERSIDADE

<i>Causas</i>	<i>Medidas de Intervenção</i>	<i>Prazo</i>	<i>Responsável</i>
C102. Necessidade de fortalecer o respeito à diversidade e a	MI220. Promover iniciativas que conscientizem a comunidade acadêmica sobre ações afirmativas	Continuamente A partir de 2018	Gestão máxima do ensino, CAE, CTP, Napne,

<p>inclusão social, bem como o respeito às diferenças</p>	<p>MI221. Definir estratégias para ampliar e fortalecer as ações dos Núcleos de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne)</p> <p>MI222. Ampliar o desenvolvimento de atividades científicas, artístico-culturais e desportivas inclusivas a fim de superar o preconceito, valorizar o respeito as diferenças, o exercício da cidadania, enfim, o respeito ao próximo com a finalidade de estimular a convivência em harmonia, fortalecendo assim o vínculo de todos com o IFCE e o sentimento de pertence</p> <p>MI223. Acrescentar nos PUDs dos cursos técnicos e de graduação conteúdos que abordem e valorizem o respeito à diversidade</p> <p>MI224. Atualizar o currículo de modo a atender as necessidades de pessoas com deficiência</p> <p>MI225. Fortalecer os núcleos de acessibilidade e de indígenas e quilombolas</p> <p>MI226. Definir recursos para o bom funcionamento dos NAPNEs e NEABIs</p>	<p>Continuamente</p> <p>A partir de 2017</p> <p>Até 2019</p>	<p>corpo docente, coordenações de Pesquisa e Extensão e outros setores, se necessário</p> <p>Gestão máxima do ensino, CAE, CTP, Napne, corpo docente, coordenações de Pesquisa e Extensão e outros setores, se necessário</p>
<p>C103. Materiais didáticos e equipamentos disponíveis utilizados não</p>	<p>MI227. Investir na aquisição de material didático específico para atender pessoas com deficiência</p>	<p>Até 2018</p>	<p>Direção geral, gestão máxima do ensino, CAE, CTP, Napne,</p>

atendem os estudantes de acordo com as suas necessidades educacionais específicas	MI228. Adaptações de forma adequada dos recursos didáticos disponíveis de modo a atender, de forma efetiva, a necessidade educacional específica do estudante		Corpo Docente, Coordenações de Pesquisa e Inovação Extensão e outros setores, se necessário
C104. A metodologia de ensino e da avaliação da aprendizagem, de forma geral, não atendem aos estudantes de acordo com a sua necessidade educacional específica	MI229. Realizar orientação individual e momentos de estudo com o corpo docente nos horários destinados aos encontros pedagógicos, estudos em grupo ou outras iniciativas internas que possam abordar essa temática	Sistematicamente, a partir de 2017	Direção geral, gestão máxima do ensino, CAE, CTP, Napne, corpo docente, coordenações de Pesquisa e Inovação Extensão e outros setores, se necessário
C105. Falta de uma política de inclusão e respeito à diversidade	MI230. Definir para o IFCE política de inclusão e respeito à diversidade	Até 2018	Pró-reitorias de Extensão, de Ensino, direção geral, gestão máxima do ensino, CAE, CTP, Napne, corpo docente, coordenações de Pesquisa e Inovação Extensão e outros setores, se necessário

F2. FATORES INTERNOS À INSTITUIÇÃO

ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COMO NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS, INCLUSÃO SOCIAL E RESPEITO À DIVERSIDADE

<i>Causas</i>	<i>Medidas de Intervenção</i>	<i>Prazo</i>	<i>Responsável</i>
---------------	-------------------------------	--------------	--------------------

	avaliação da aprendizagem MI241. Capacitar profissionais que atuam no ensino com foco no tema Educação Inclusiva MI242. Incluir o tema Educação Inclusiva nas formações pedagógicas para docentes do IFCE e estudantes dos cursos de licenciatura		
--	---	--	--

F2. FATORES INTERNOS À INSTITUIÇÃO			
RELAÇÃO FAMÍLIA E IFCE			
<i>Causas</i>	<i>Medidas de Intervenção</i>	<i>Prazo</i>	<i>Responsável</i>
C107. Ausência de vínculo família e <i>campus</i> nos cursos técnicos integrados e concomitantes	MI243. Prover sistema de comunicação com os pais ou responsáveis, em especial com aqueles que não têm como comparecer à escola MI244. Revisar e reestruturar os procedimentos e formatos de aproximação com os pais ou responsáveis, inclusive reestruturando o modelo dessas reuniões, se for necessário	Até 2018	Gestão máxima de ensino, CTP, CAE, coordenações de cursos e outros setores, se necessário
C108. Ausência de ações que promovam a participação da família no acompanhamento do desempenho discente	MI245. Promover palestras, oficinas, seminários, dinâmicas de grupos, orientação individual e em grupo que permitam ao <i>campus</i> conhecer a família dos seus estudantes por meio: <ul style="list-style-type: none"> da observação de aspectos familiares que possam favorecer o 	Semestralmente, a partir de 2017	

	acompanhamento do estudante em casa; <ul style="list-style-type: none"> • dos aspectos familiares que precisam ser melhorados pelos pais ou responsáveis e, conseqüentemente, trabalhados no <i>campus</i> junto aos pais ou responsáveis como, por exemplo, questões relativas à sensibilidade, atenção, relação familiares e filhos, comunicação com o filho, acompanhamento do compromisso do filho com os estudos, auxílio sobre como estimular e acompanhar a rotina do filho quanto ao estudo disciplina, etc. 		
C109. Falta de apoio da família do processo ensino e aprendizagem	MI246. Definir ações sistemáticas de intervenção imediata articulando-se com a família e, se necessário, com a rede de proteção à criança e ao adolescente (Conselho Tutelar)	Continuamente, a Partir de 2017	
C110. Ausência de projetos concatenados que a aproximem a escola, a comunidade e a família dos estudantes	MI247. Ampliar o desenvolvimento de projetos de extensão com envolvimento do corpo discente	Anualmente, a partir de 2017	

F3. FATORES EXTERNOS À INSTITUIÇÃO

CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL

<i>Causas</i>	<i>Medidas de Intervenção</i>	<i>Prazo</i>	<i>Responsável</i>
---------------	-------------------------------	--------------	--------------------

<p>C111. Dificuldade ou escassez de transporte local e intermunicipal que dão acesso aos <i>campi</i> do IFCE, inclusive no final de semestre</p>	<p>MI248. Formalizar com o setor público para transportar os estudantes residentes em outros municípios ou distritos</p> <p>MI249. Avaliar a possibilidade de adequar os horários das aulas à disponibilidade de transporte público e vice-versa (documentar a decisão tomada)</p> <p>MI250. Articular junto aos setores responsáveis pelo transporte público medidas de ampliação e melhoria de qualidade no serviço prestado (horário, oferta, mais pontos, itinerário)</p>	<p>Até 2018</p>	<p>Direção geral do <i>campus</i> e outros setores, se necessário</p>
<p>C112. Alguns alunos não têm ambiente de estudo em casa</p>	<p>MI251. Investir em ações que aproximem o aluno da instituição para conhecer melhor sua realidade e, por conseguinte, planejar iniciativas que o ajudem a estudar no <i>campus</i>, a superar seus problemas para melhorar seu desempenho acadêmico</p>	<p>Continuamente</p> <p>A partir de 2017</p>	<p>Gestão máxima do ensino, coordenações de cursos, CTP, CAE e outros setores, se necessário</p>
<p>C113. Por dificuldades financeiras para se manter no curso, inclusive no que diz respeito à alimentação alguns estudantes ficam o dia inteiro no <i>campus</i>. Não há espaço de convivência, descanso e algumas salas de aulas ficam</p>	<p>MI252. Observar as ações mencionadas anteriormente e que tratam da criação ou melhoria dos espaços de convivência dos estudantes</p> <p>MI253. Avaliar a possibilidade de ampliar a oferta de merenda escolar a todos os estudantes e documentar decisão sobre esse item</p> <p>MI254. Disponibilizar espaços adequados para os alunos descansarem ou estudarem na hora dos intervalos, inclusive na hora do almoço</p>	<p>Os prazos estão estabelecidos nessas ações</p> <p>Até 2017</p> <p>A partir de 2017</p>	<p>Direção geral, gestão máxima de ensino e outros setores, se necessário</p>

fechadas no horário de almoço			
<p>C114. Vulnerabilidade social, cultural e econômica do estudante ocasionando:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ a necessidade de mudar de cidade; ○ cuidar dos filhos no horário do curso; ○ dificuldade em estabelecer residência no município onde o <i>campus</i> funciona; ○ dificuldade de acesso a alguns <i>campi</i>; ○ dificuldade dos estudantes em reproduzir textos, apostilas. 	<p>MI255. Investir em espaços de estudo nos <i>campi</i> nas áreas externas e internas com mesas grandes, cadeiras e rede wi-fi em bom estado de funcionamento</p> <p>MI256. Realizar acompanhamento, atendimento e orientação social aos estudantes</p> <p>MI257. Ampliar a assistência social aos estudantes em situação de vulnerabilidade social</p> <p>MI258. Aperfeiçoar os critérios de distribuição dos recursos da assistência estudantil aos estudantes de perfil socioeconômico dos destes</p>	<p>Até 2018</p> <p>Continuamente, a partir de 2017</p>	<p>Direção geral do <i>campus</i>, equipe administrativa, CAE e outros setores, se necessário</p>
<p>C115. Falta de oportunidade de trabalho na área de alguns cursos ofertados pelo IFCE, por exemplo, Técnico em Alimentos, Gastronomia, entre outros</p>	<p>MI259. Realizar estudo sobre o desenvolvimento e as demandas produtivas regionais para planejar da instituição para oferta de cursos</p> <p>MI260. Instituir campanhas de valorização dos cursos</p>	<p>Até 2017.2</p> <p>A partir de 2018</p>	<p>Direção geral, gestão máxima de ensino, coordenações de cursos e de estágio e outros setores, se necessário</p>
<p>C116. Pouca demanda de profissionais engenheiros ambientais no mercado de trabalho</p>			

C117. Desvalorização da profissão docente e da profissão de tecnólogo pela sociedade	MI261. Realizar campanhas de conscientização sobre a relevância dos cursos de formação docente e de tecnologia, enfocando as perspectivas do mundo do trabalho nas áreas desses cursos e de crescimento profissional nessas áreas	Anualmente, a partir de 2017	Direção geral, gestão máxima de ensino, coordenações de cursos e de estágio e outros setores, se necessário
C118. Dificuldade ou impossibilidade de registro nos conselhos profissionais	MI262. Realizar palestras e/ou mesas redondas com profissionais da área, conselhos de classe CREA e CRQ para motivar e esclarecer as atividades profissionais	Anualmente, a partir de 2018	Direção geral, gestão máxima de ensino, coordenações de cursos e de estágio e outros setores, se necessário
C119. Falta de reconhecimento e poucas atribuições junto ao CREA na área de projetos (Engenharia Ambiental)			

9 META DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

As figuras 11 e 12 apresentam, respectivamente, as taxas de conclusão, evasão e retenção dos cursos técnicos ofertados na forma presencial, por ano de previsão de término.

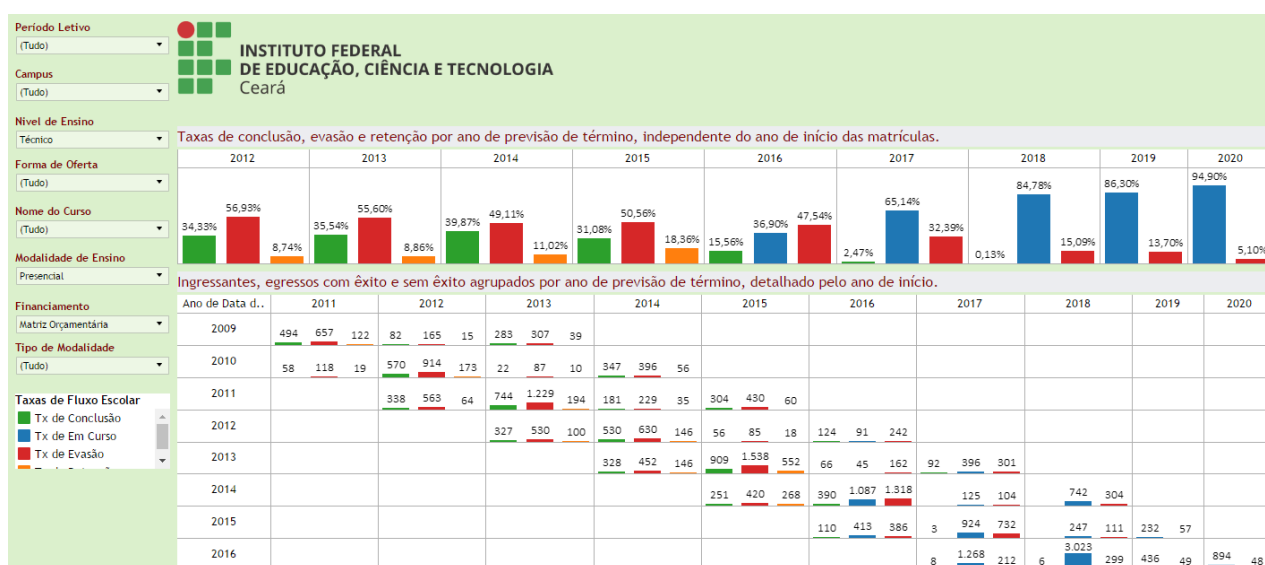


Figura 11. Visão das taxas de conclusão, evasão e retenção de curso técnico por ano de previsão de término.

Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifcemnumeros.ifce.edu.br>

Observando a figura acima é possível constatar que a taxa de evasão das matrículas, que estavam com previsão de término para 2012, foi de 56,93% e que daquelas que estavam com previsão de término para 2016, 47,54% dos estudantes já não se encontram na instituição. Ainda cabe observar que das matrículas com previsão de conclusão de curso para 2017, 32,39% também já se evadiu.

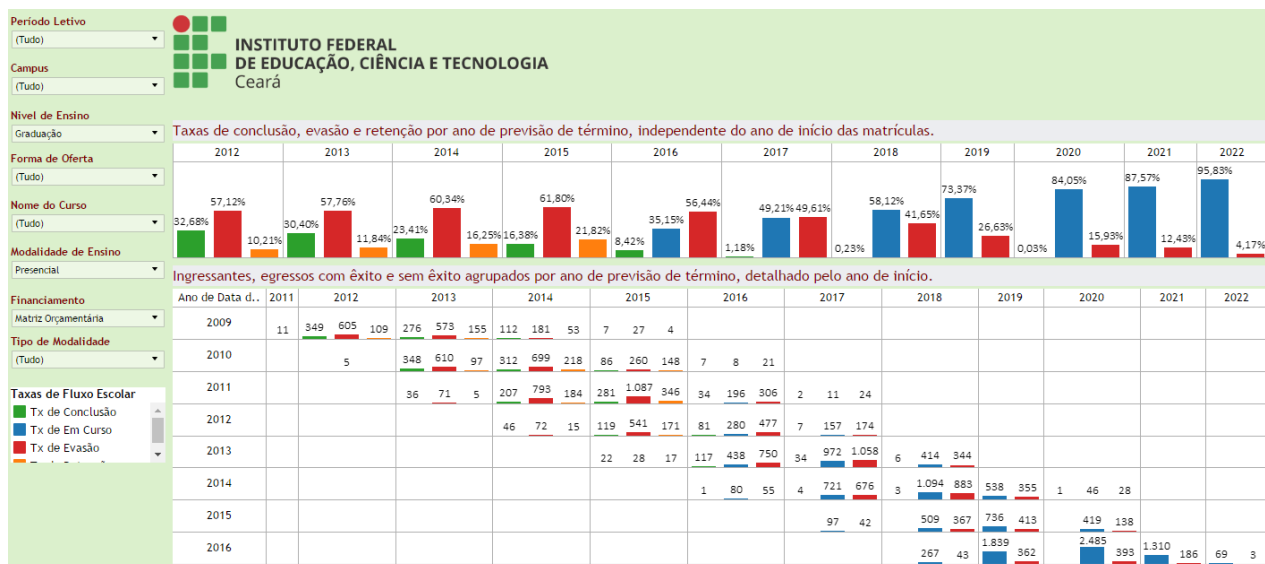


Figura 12. Visão das taxas de conclusão, evasão e retenção de cursos de graduação por ano de previsão de término. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>

A mesma reflexão feita para os cursos técnicos pode ocorrer para cursos de graduação. Para fins de exemplificação, observando a Figura 12, é possível perceber, por exemplo, que no ano de 2012 a taxa de evasão foi em torno de 57,12%, enquanto que em 2016 está em 56,44%. Embora tenha havido um decréscimo das taxas de evasão do ano de 2015 para 2016, ou seja, em 2015 a evasão foi em torno de 61,80%, para 2017, a taxa de evasão das matrículas com previsão de término para 2017 já está em 49,61%, ou seja, próxima das taxas anteriores sem mesmo o ano de 2017 ter iniciado.

Diante desse aspecto, evidencia-se a necessidade do IFCE em definir suas metas de permanência e êxito estudantil, assim como estratégias de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação do alcance das metas previstas e das ações de incentivo à permanência e êxito discente.

No que diz respeito ao ensino técnico de nível médio, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que as matrículas sejam triplicadas até 2024 assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. Para o alcance dessa meta, o PNE prevê a execução de algumas estratégias, relacionadas a acesso e qualidade, entre elas consta a 11.1 a qual estabelece: “Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) [...]”.

Quanto ao ensino superior, o PNE apresenta a estratégia 12.3 que diz “Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento) [...]”.

Em atendimento às metas supramencionadas estabelecidas no PNE, o IFCE tem como meta institucional elevar gradualmente até 2024, a sua taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio e de graduação para 90% (noventa por cento), ofertados nas formas presencial e a distância.

Nesse sentido, visando a busca pelo atendimento a meta estabelecida no PNE e com base na taxa atual de conclusão de curso no IFCE que é de 21,08%¹⁸, a instituição define que a taxa de conclusão para cada curso ofertado no *campus* deverá aumentar em 7,15% ao ano, a contar do ano de 2017. A referência inicial de 40% foi obtida a partir da taxa de conclusão média dos cursos presenciais do IFCE nos últimos anos. Nesse sentido, no quadro abaixo segue as metas a serem alcançadas anualmente até 2024.

2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
40%	47,15%	54,3%	61,45%	68,6%	75,75%	82,9%	90%

10 METODOLOGIA DE MONITORAMENTO DAS AÇÕES

O Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos estudantes do IFCE tem duração de sete (7) anos, ou seja, seguirá até o ano de 2024, período que coincide com o prazo final do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente.

Este documento deve integrar-se aos processos de autoavaliação e de planejamento existentes no IFCE, articulando-se com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com a autoavaliação institucional, e com os relatórios anuais de gestão, enquanto documentos de planejamento e avaliação das ações institucionais.

Com a finalidade de facilitar o planejamento, acompanhamento e avaliação das execuções das ações previstas neste Plano, a Pró-reitoria de Ensino viabilizará para tanto para a Comissão Geral e como para as comissões locais, e para todos os *campi*, uma ferramenta de gestão para alimentação das ações registradas neste documento e nos cronogramas de atividades para permanência e êxito estudantil dos *campi*. A intenção é que nesse instrumento também sejam alimentadas toda documentação que evidencie as ações que contribuem para a permanência e êxito discente, executadas pela instituição. Tão logo seja concluída tal ferramenta será divulgada para toda a comunidade acadêmica.

¹⁸ IFCE em Números. Atualização feita em 30 de novembro de 2016. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>. Acesso em: 30 nov. 2016.

Desta forma, o processo de planejamento, acompanhamento e avaliação deste Plano será realizado da seguinte forma:

10.1 PLANEJAMENTO

Cabe à Comissão geral coordenar as ações de planejamento, acompanhamento e avaliação deste Plano. No âmbito do planejamento, esta Comissão apresenta às comissões locais o Plano Estratégico consolidado com as orientações para os procedimentos de sua execução e acompanhamento nos *campi*. Após conclusão do processo de divulgação, as comissões locais e equipes designadas pela gestão de ensino no *campus* coordenarão o processo de elaboração do cronograma de atividades das ações que favorecem a permanência e êxito estudantil, a partir das ações elaboradas coletivamente e estabelecidas no Quadro de Ações Específicas deste Plano.

O Quadro de ações gerais de incentivo à permanência e êxito e o Quadro de ações específicas previstas no Plano serão registrados pela Comissão Geral na ferramenta construída e divulgada pela PROEN, enquanto o cronograma de ações para permanência e êxito estudantil dos *campi* será informado pelos *campi* nesta mesma ferramenta.

É de responsabilidade da PROEN orientar as comissões locais e as gestões de ensino dos *campi* sobre a utilização da ferramenta, inclusive o procedimento de cadastro das atividades inerentes às medidas de intervenção previstas no Quadro de Ações Específicas deste Plano.

10.2 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS METAS E DAS AÇÕES

Partindo do pressuposto que este Plano se relaciona com o PDI, PAA e PPI, é importante que ele seja considerado em seus processos de atualizações, cabendo às equipes ou comissões locais, articuladoras desses processos, pesquisarem no Plano Estratégico as ações que também devem fazer parte desses documentos.

Nessa perspectiva, tão logo as metas e ações deste Plano sejam inseridas nesses documentos, estas deverão ser consideradas pelos *campi* e pela Reitoria no período das revisões daqueles documentos.

Quanto aos indicadores de acesso, permanência e êxito, cabem à PROEN, às comissões locais e aos diversos segmentos dos *campi*, sob a coordenação das comissões locais e diretores de ensino, avaliar sistematicamente a evolução dos indicadores e a realização das atividades previstas no Plano. Para tanto, faz-se necessário, analisar a qualidade do processo de desenvolvimento dessas ações, avaliarem os motivos pelos quais possivelmente algumas não foram executadas e, na oportunidade, reprogramá-las para serem realizadas dentro do mesmo ano para o qual inicialmente foram planejadas. Recomenda-se que esse processo seja feito com a participação de todos os segmentos dos *campi*, todavia a metodologia de trabalho interno para esse fim será definida pelas gestões de ensino e comissões locais.

Quanto ao processo de revisão e atualização das metas estabelecidas no Plano Estratégico, é importante salientar que ocorrerá no segundo semestre de 2023 (coincidindo com a revisão do PDI e possivelmente do PNE), assim como a análise de todas as ações e o devido replanejamento para a elaboração do próximo Plano Estratégico cujo período de desenvolvimento será definido na ocasião desse trabalho.

O processo supramencionado deverá ser realizado com a participação dos *campi*, sob a coordenação da Comissão Geral e comissões locais, supervisionados pela PROEN.

É oportuno destacar que as ações definidas e executadas devem ser evidenciadas por meio de documentação comprobatória. Nesse sentido, ressalta-se a importância da organização desse material que deverá ser catalogado sistematicamente e devidamente arquivado em meio físico e digital. Devem ser incluídas nesse material as evidências dos estudos de análise e avaliação dos resultados alcançados ao longo do desenvolvimento do Plano. O material arquivado servirá de subsídio para várias iniciativas. Entre outras, destacam-se:

- evidenciar junto à comunidade acadêmica, o processo realizado e os resultados alcançados no Plano vigente;
- subsidiar o planejamento do próximo Plano Estratégico; e
- atender as demandas de auditorias internas e dos órgãos de controle.

Diante do exposto, é importante arquivar de forma organizada:

- os documentos que evidenciem a execução das atividades de todas as ações que têm relação direta ou indireta com o incentivo à permanência e êxito discente (listas de frequências, vídeos, fotos, atas e outros comprovantes pertinentes);
- os registros atualizados das metas alcançadas e ações realizadas;
- as atas das reuniões de planejamento e avaliação referentes à temática da permanência e êxito;
- os relatos informados nos relatórios anuais;
- as atas do processo de revisão das metas e das ações, e do processo de replanejamento para o Plano Estratégico seguinte.

10.3 ATRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES LOCAIS

A reitoria, os diretores de *campi*, a Comissão geral e as comissões locais são responsáveis diretos pelo gerenciamento da execução do Plano Estratégico, bem como pelo planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação referente à realização das ações e ao alcance das metas previstas.

De forma geral, caberá às comissões locais, às direções gerais e de gestões máximas de ensino nos *campi*:

- a. acompanhar periodicamente o desenvolvimento das ações previstas;

- b. reprogramar a execução em tempo hábil das ações que não forem possíveis de realizar no prazo previsto inicialmente;
- c. acompanhar a evolução das metas no âmbito de cada curso e do *campus*;
- d. adotar novas providências que visem o alcance das metas estabelecidas;
- e. colaborar com as demandas das comissões geral e locais.

10.3.1 Atribuições da Comissão Geral

A Comissão Geral para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE atuará no acompanhamento das ações de combate à evasão e retenção e no monitoramento da evolução dos indicadores em nível sistêmico, assim como coordenará o processo de avaliação do Plano estratégico.

Para realização de suas atividades estão disponíveis este Plano Estratégico, os indicadores de acesso, permanência e êxito discente publicados no IFCE em Números, que, por conseguinte, está em sincronização com o sistema acadêmico da instituição, e no site do IFCE, o PDI da instituição e, em breve, o PPI.

A referida comissão, designada pela Reitoria e coordenada pela Pró-reitoria de Ensino, poderá substituir seus membros sempre que for julgado necessário e desde que solicitado oficialmente.

As atribuições da Comissão Geral são:

- coordenar a elaboração, a execução e a avaliação do Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos estudantes do IFCE, sob a supervisão da PROEN;
- zelar pelo cumprimento das ações e das metas previstas no Plano;
- realizar ações que promovam a avaliação das metas e das ações previstas para Permanência e Êxito;
- orientar sistematicamente às comissões locais e seus respectivos *campi* sobre a relevância do correto registro e da divulgação das informações relativas às ações realizadas com suas evidências;
- descrever, no relatório de gestão anual, as atividades de acompanhamento das ações de permanência e êxito desenvolvidas;
- colaborar com a PROEN na construção de um painel específico no IFCE em Números para o monitoramento dos indicadores de acesso, permanência e êxito discente, por *campus*, para servir de subsídio para o monitoramento local;
- realizar avaliação anual das metas e das ações previstas neste Plano e nos cronogramas de ações dos *campi* junto às comissões locais dos *campi*;
- apresentar anualmente os resultados do atendimento às metas previstas e das ações previstas neste Plano, ao Colégio de Dirigentes (Coldir) e aos Conselhos Superior do IFCE a partir das informações alimentadas pelas comissões locais na ferramenta disponibilizada pela PROEN;

- participar das reuniões que tratam da permanência e êxito estudantil no IFCE.

10.3.2 Atribuições das comissões locais

As comissões locais, por meio dos indicadores de acesso, permanência e êxito discente, divulgados no IFCE em Números, atuarão no âmbito dos respectivos *campi* e de seus cursos, acompanhando a execução das ações de combate à evasão e retenção, monitoramento a evolução dos indicadores mencionados e coordenando internamente a avaliação dos resultados alcançados.

Designadas pela direção-geral do *campus* e coordenadas pela gestão máxima do ensino local, as comissões locais contam com a participação dos representantes das Comissões Próprias de Avaliação - CPAs e representantes dos segmentos relacionados ao ensino. Caso seja julgado necessário substituir seus membros, as Portarias de nomeação alteradas devem ser informadas à Pró-reitoria de Ensino.

As atribuições das comissões locais são:

- apoiar a comissão geral na elaboração, a execução e a avaliação do Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE;
- coordenar a elaboração do cronograma anual de atividades de incentivo à permanência e êxito a partir das ações previstas no quadro de ações gerais e específicas previstas no Plano estratégico;
- zelar pelo cumprimento das ações e das metas previstas no Plano supramencionado;
- realizar reuniões periódicas com a comunidade acadêmica para avaliação das metas e das ações previstas no Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE, podendo contar para realização dessa ação, caso julgue necessário, com o apoio de demais profissionais que atuam na áreas do ensino no *campus*;
- elaborar relato das atividades de acompanhamento das ações de permanência e êxito desenvolvidas, para constar no relatório de gestão anual do *campus* a partir de relatórios e evidências recebidos pela gestão de ensino, CTP de todos os segmentos profissionais envolvidos no Plano estratégico de Permanência e Êxito e no cronograma de atividades elaborados pelos *campi*;
- registrar as atividades previstas, cumpridas e não cumpridas e as reprogramadas para o mesmo ano em que foram planejadas;
- evidenciar, por meio de documentos, as ações executadas e justificar as ações não executadas;
- zelar pelo correto registro e divulgação dos resultados alcançados no *campus*;
- avaliar, anualmente, junto à comunidade acadêmica do *campus*, os resultados do atendimento às metas previstas e às ações previstas neste Plano, a partir das informações registradas pelo próprio *campus*;
- participar das reuniões que tratam da permanência e êxito estudantil no IFCE.

10.3.3 Atribuições dos segmentos dos *campi*

No combate à evasão e retenção, embora o Plano Estratégico de Incentivo à Permanência e Êxito esteja sob a coordenação das gestões de ensino e das comissões locais, todos os segmentos nos *campi* são corresponsáveis pelos seus resultados. Portanto, devem se apropriar deste Plano e participar ativamente das ações de incentivo à permanência e êxito previstas e da execução do cronograma de atividades construídos nos *campi*.

Nesse contexto, aos diretores gerais, gestores de ensino, corpo docente, discente, coordenadorias de cursos, técnico-pedagógica, de assistência estudantil, de controle acadêmico, de pesquisa e inovação, de extensão, de estágio, se houver, cabe:

- atuar de forma colaborativa;
- realizar e registrar as atividades de combate à evasão que lhes são atribuídas neste Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE e no cronograma das atividades construídos pelos *campi*;
- buscar a efetivação da integração deste Plano com o PDI e PPI (gestão geral e de ensino nos *campi*);
- apresentar o relatório de execução das atividades de combate à evasão e retenção com suas evidências para gestão de ensino, CTP;
- zelar pelo correto registro e divulgação das informações relativas as ações realizadas e as evidências de seus cumprimentos junto à comunidade acadêmica;
- participar das reuniões que tratam da permanência e êxito convocadas pelas comissões, gestões de ensino ou setores designados para tal fim.

11 APÊNDICE

As figuras a seguir apresentam as matrículas existentes¹⁹ na Educação Básica e Profissional por microrregiões do Ceará. A partir desses dados, cada microrregião que compõe o Estado, apresenta uma previsão de público potencial para cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes e de graduação.

¹⁹ BRASIL. Censo escolar da Educação Básica. Ano 2015.

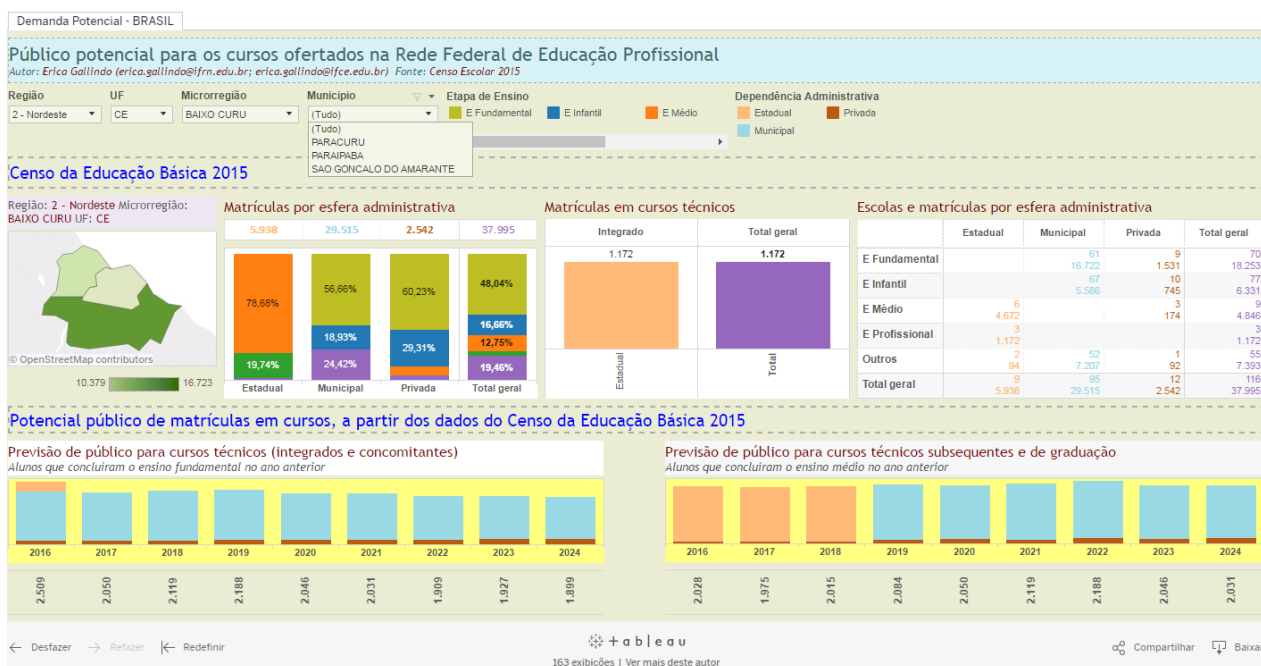


Figura 13. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião do Baixo Curu. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

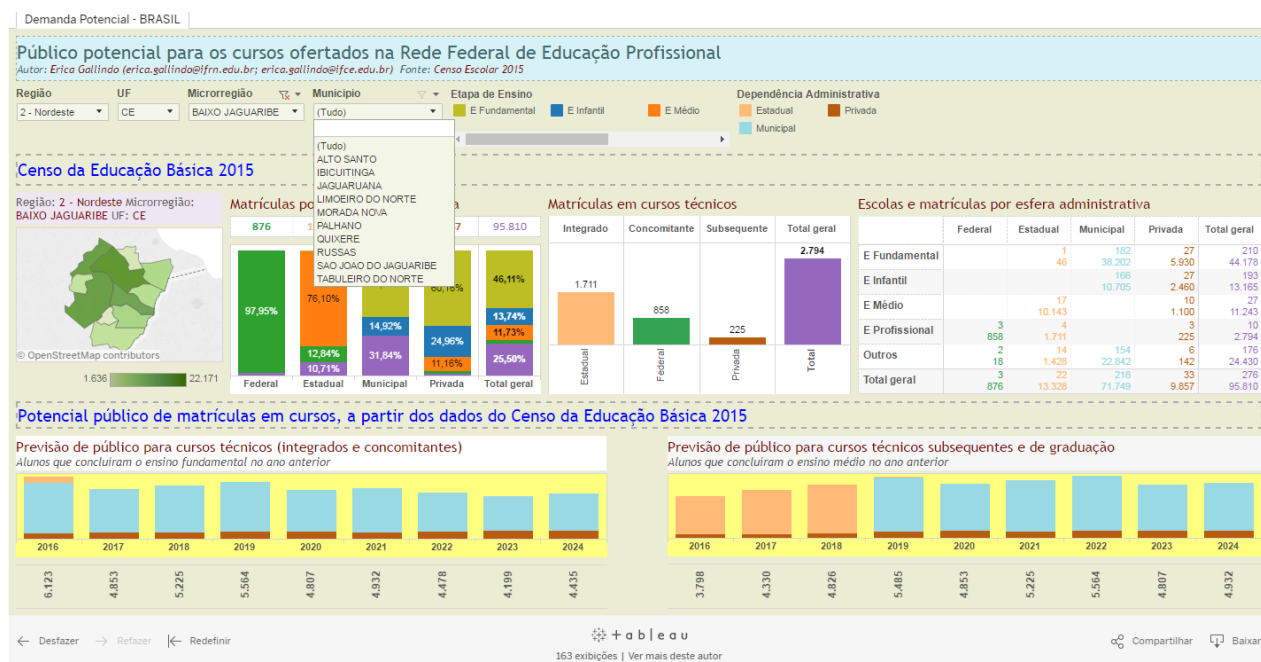


Figura 14. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião do Baixo Jaguaribe. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

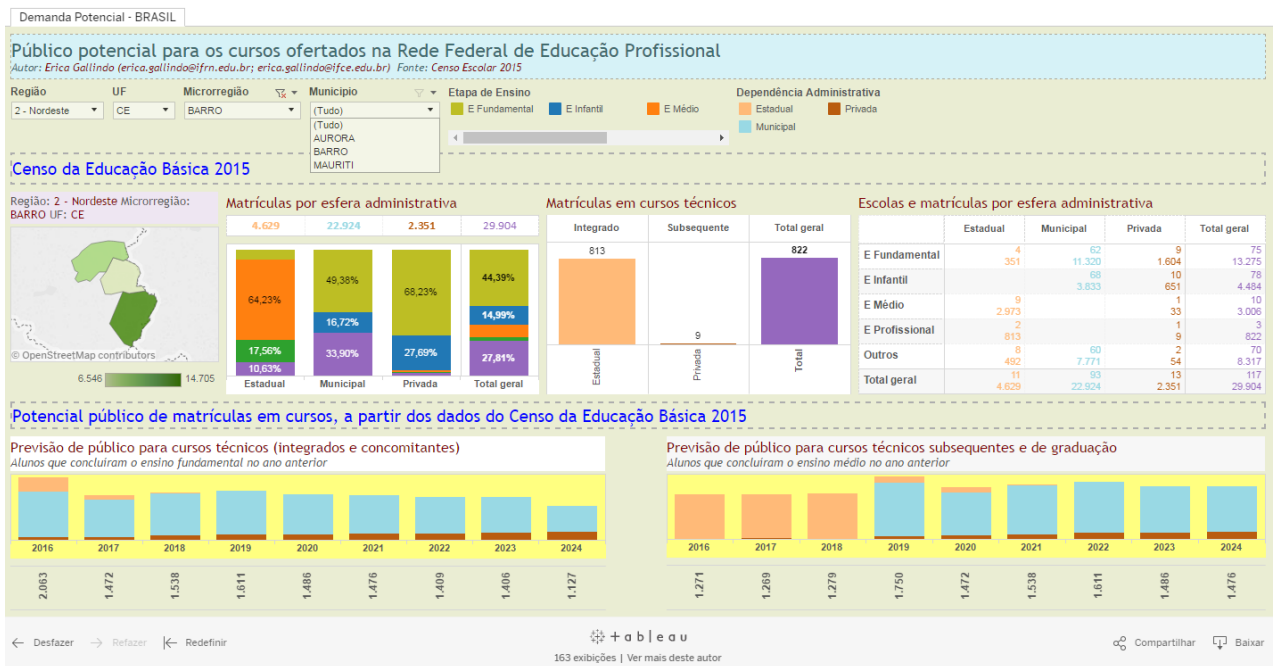


Figura 15. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Barro. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

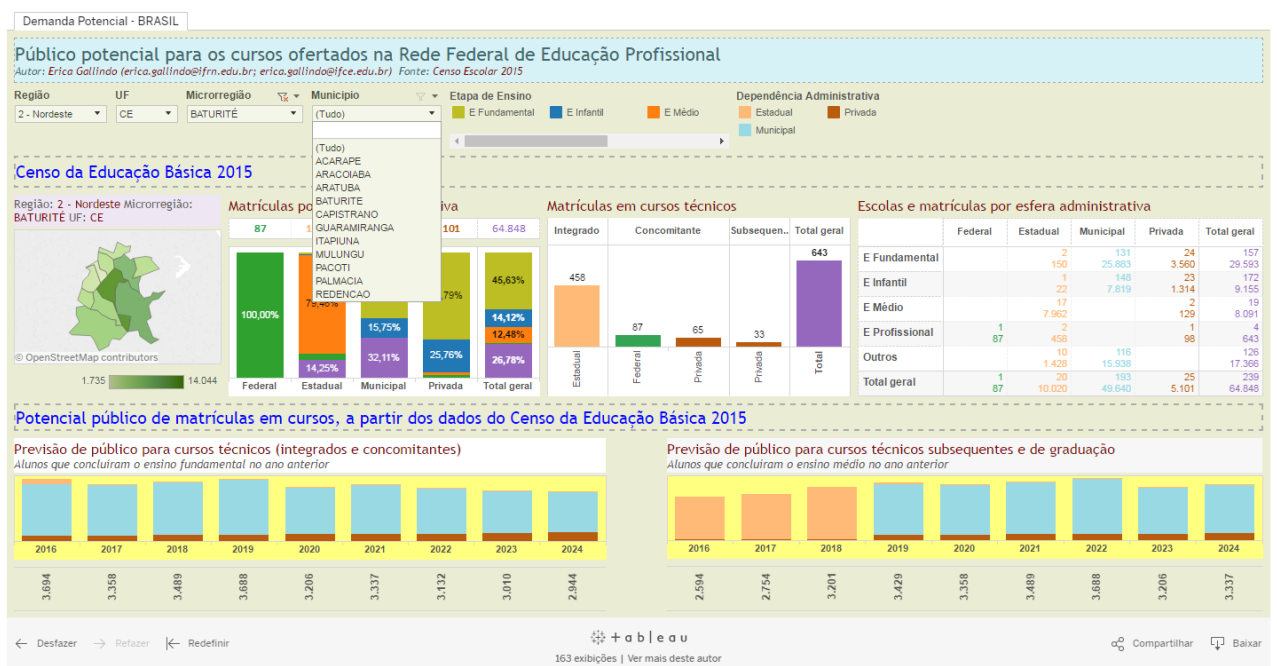


Figura 16. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Baturité. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

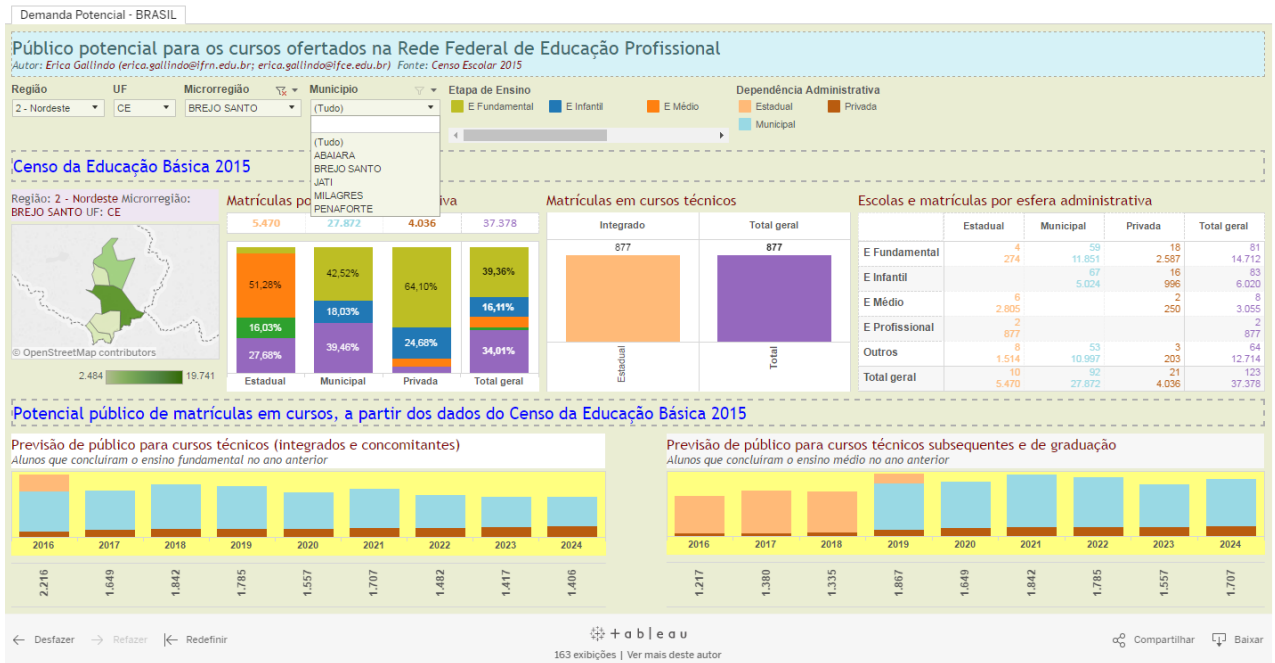


Figura 17. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Brejo Santo. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifcemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

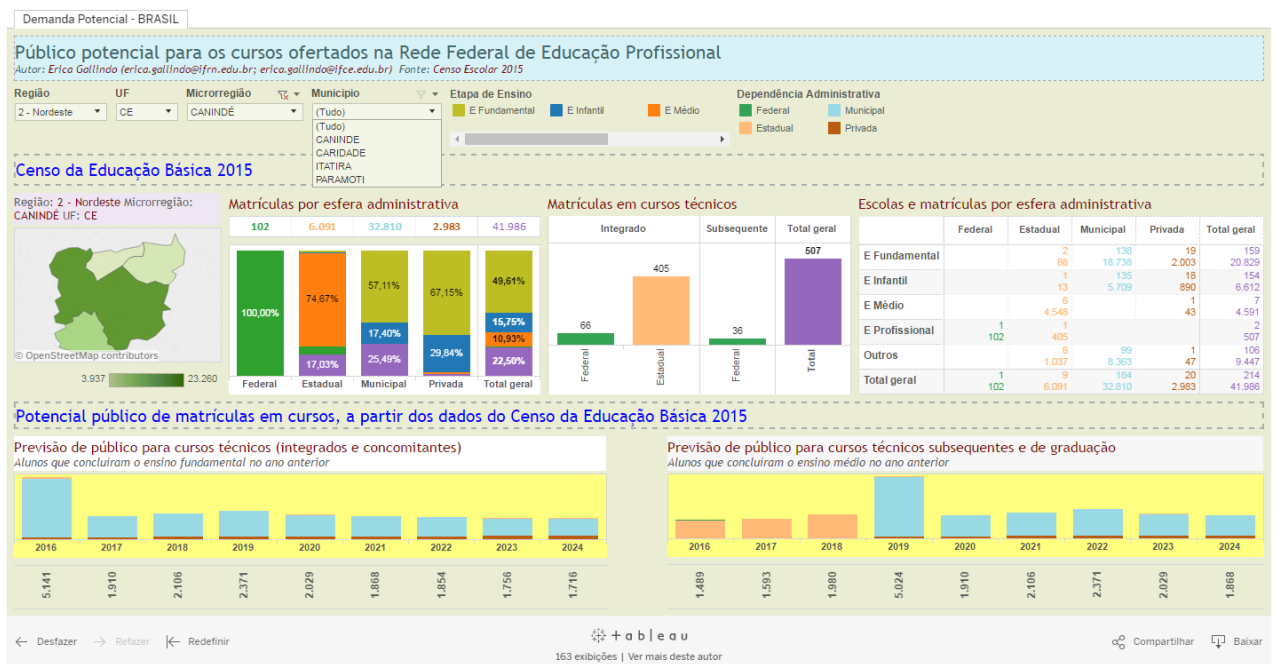


Figura 18. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Canindé. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifcemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

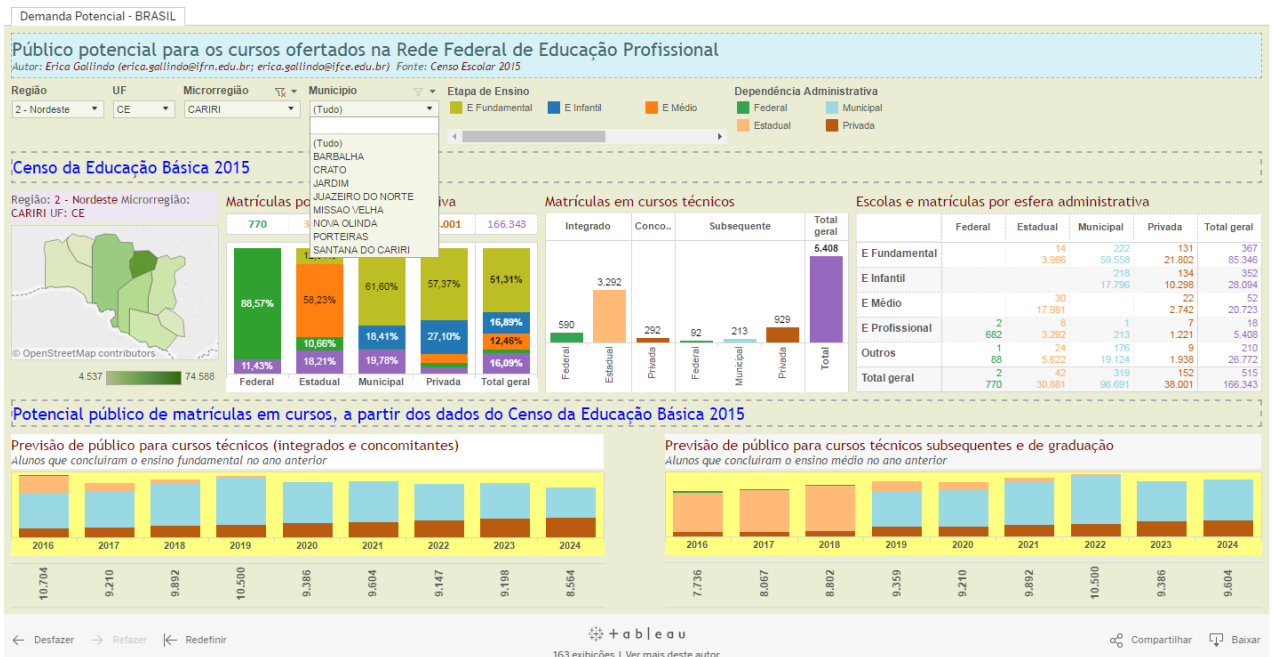


Figura 19. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Cariri. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

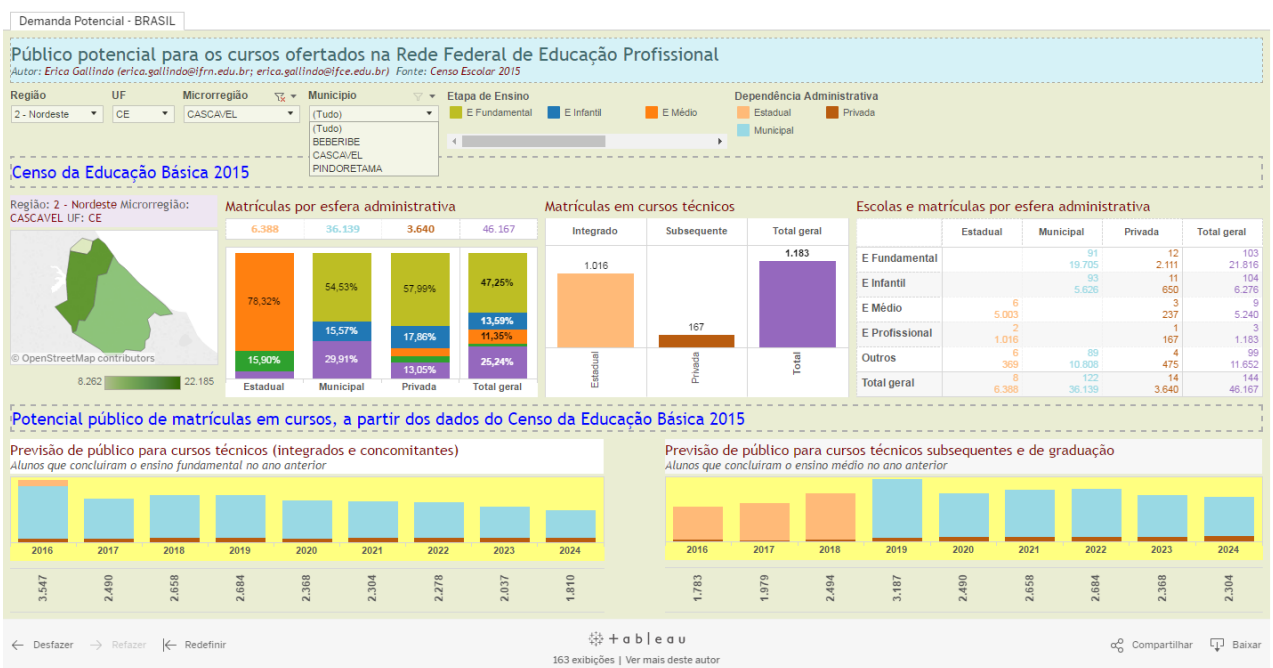


Figura 20. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Cascavel. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

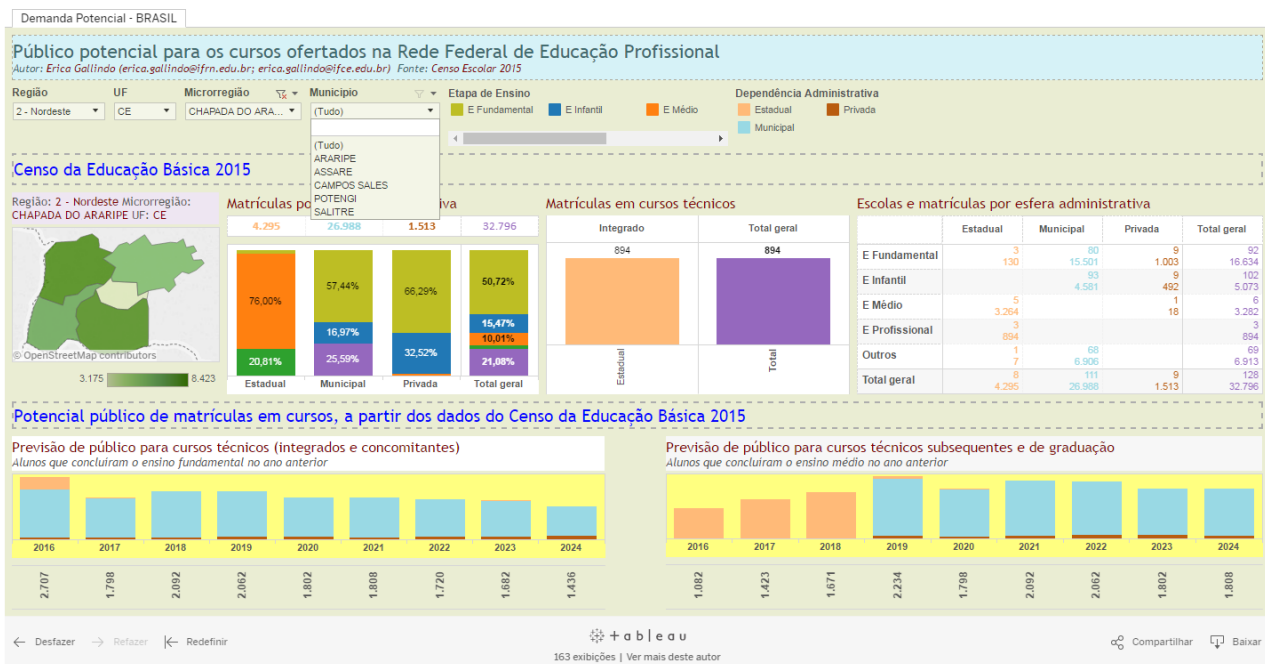


Figura 21. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião da Chapada do Araripe. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

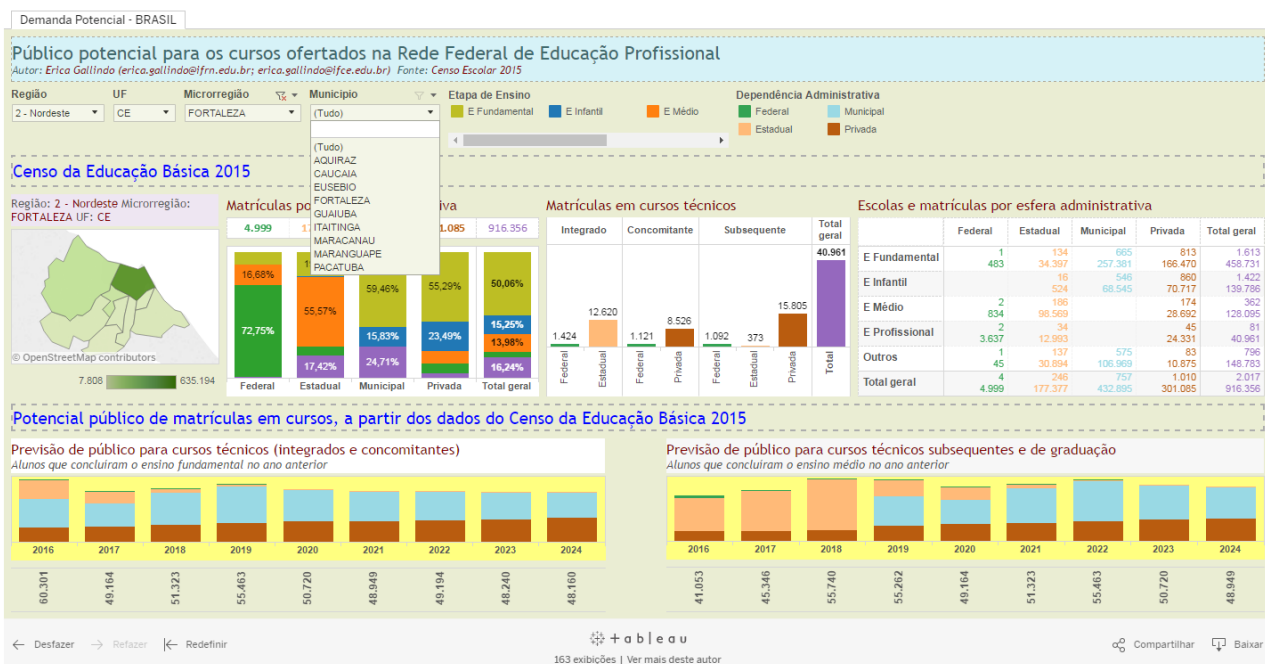


Figura 22. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Fortaleza. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

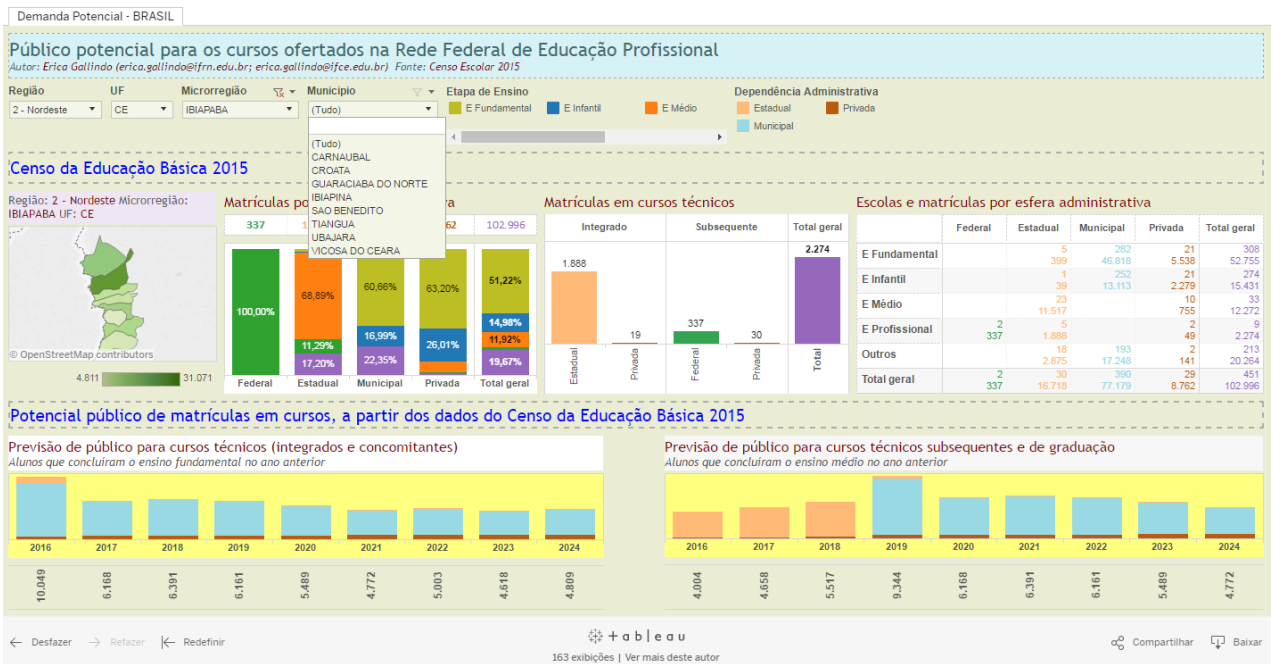


Figura 23. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Ubajara. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

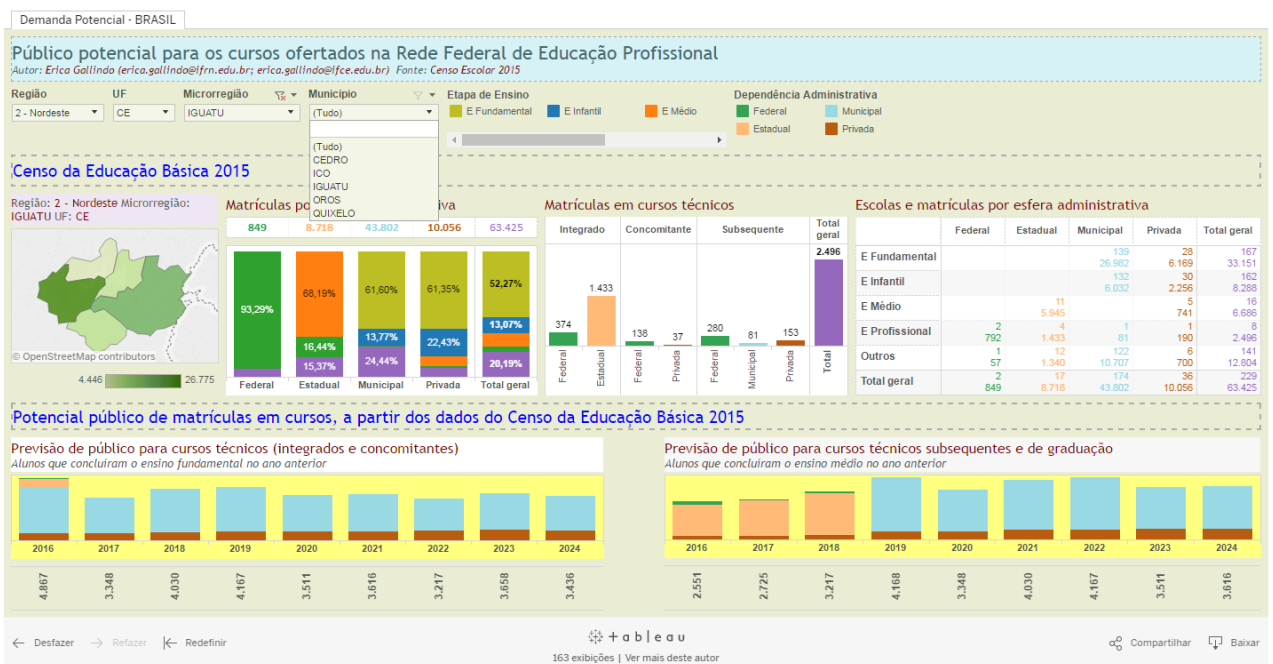


Figura 24. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Igatu. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

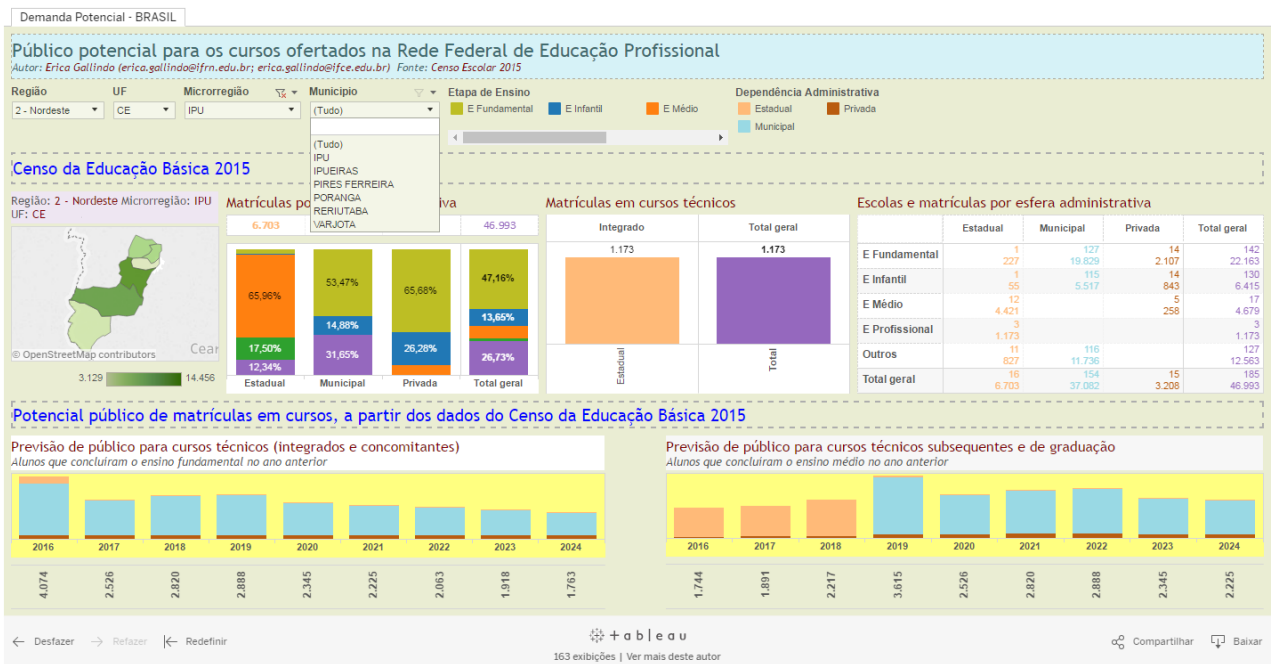


Figura 25. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de IPU. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifcemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

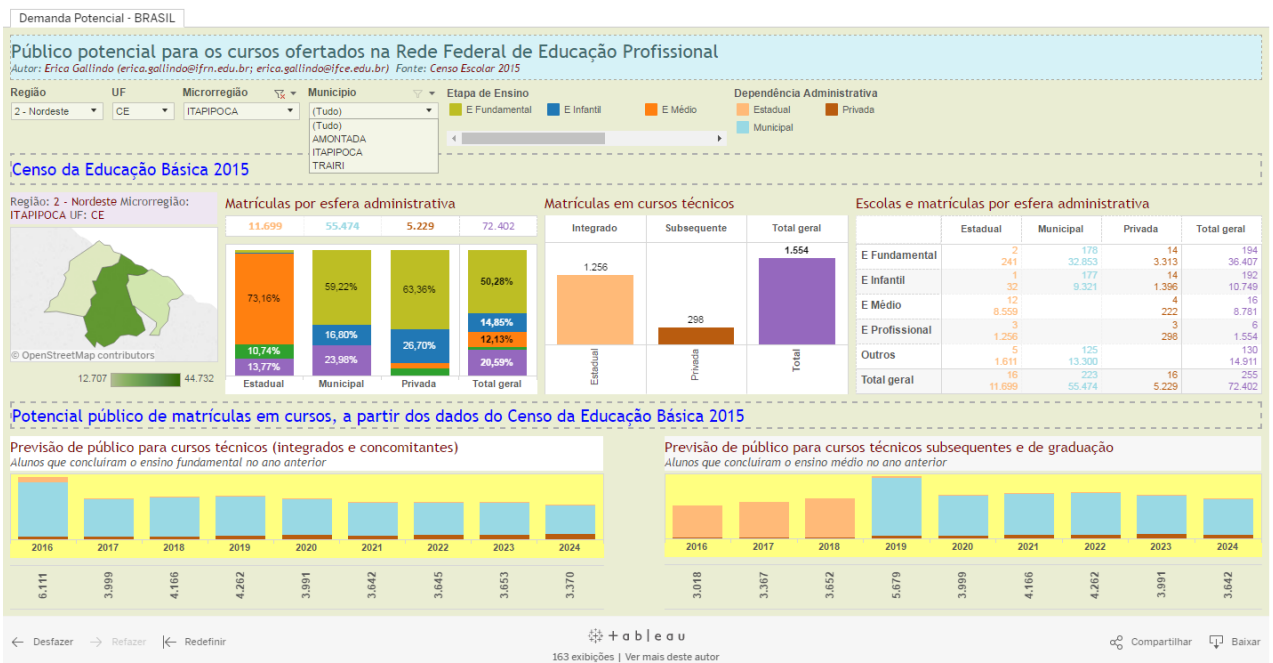


Figura 26. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Itaipoca. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifcemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

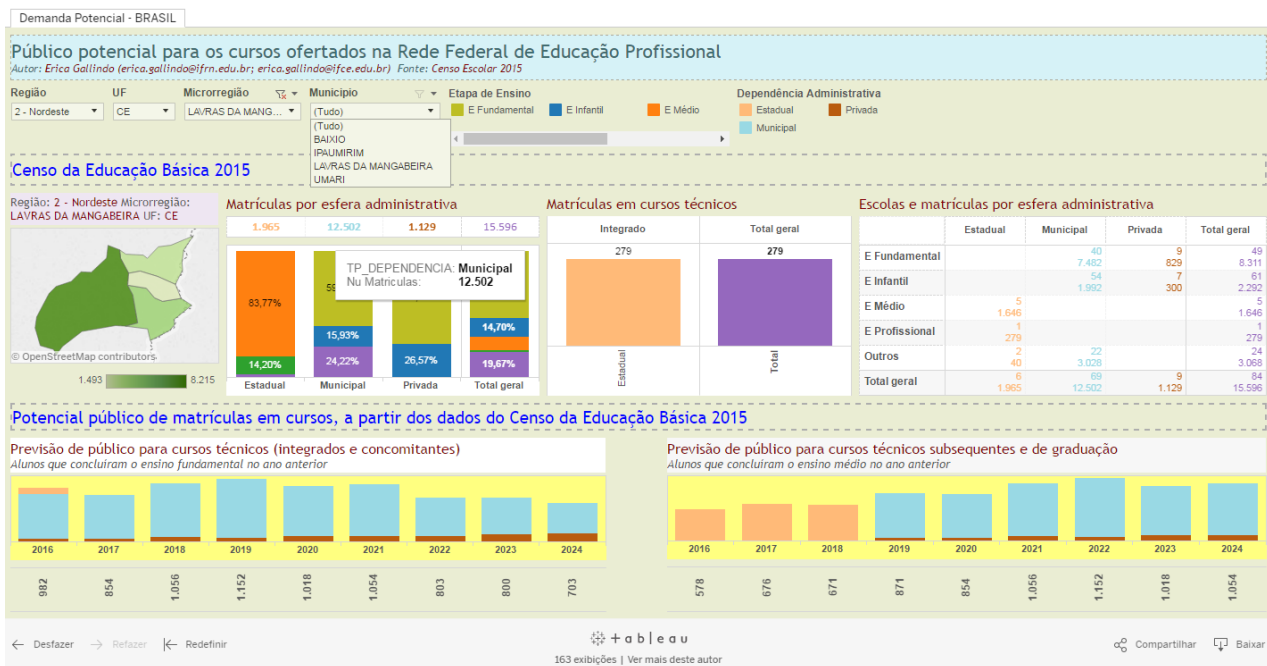


Figura 27. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Lavras da Mangabeira. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

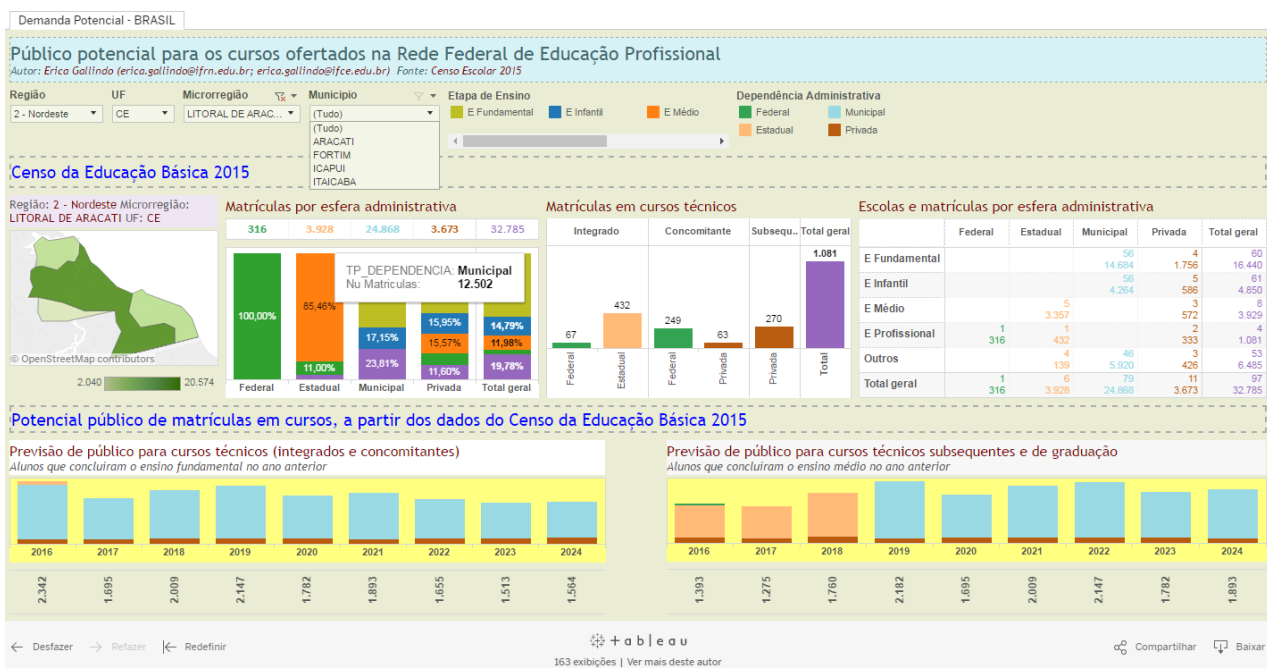


Figura 28. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião do Litoral de Aracati. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

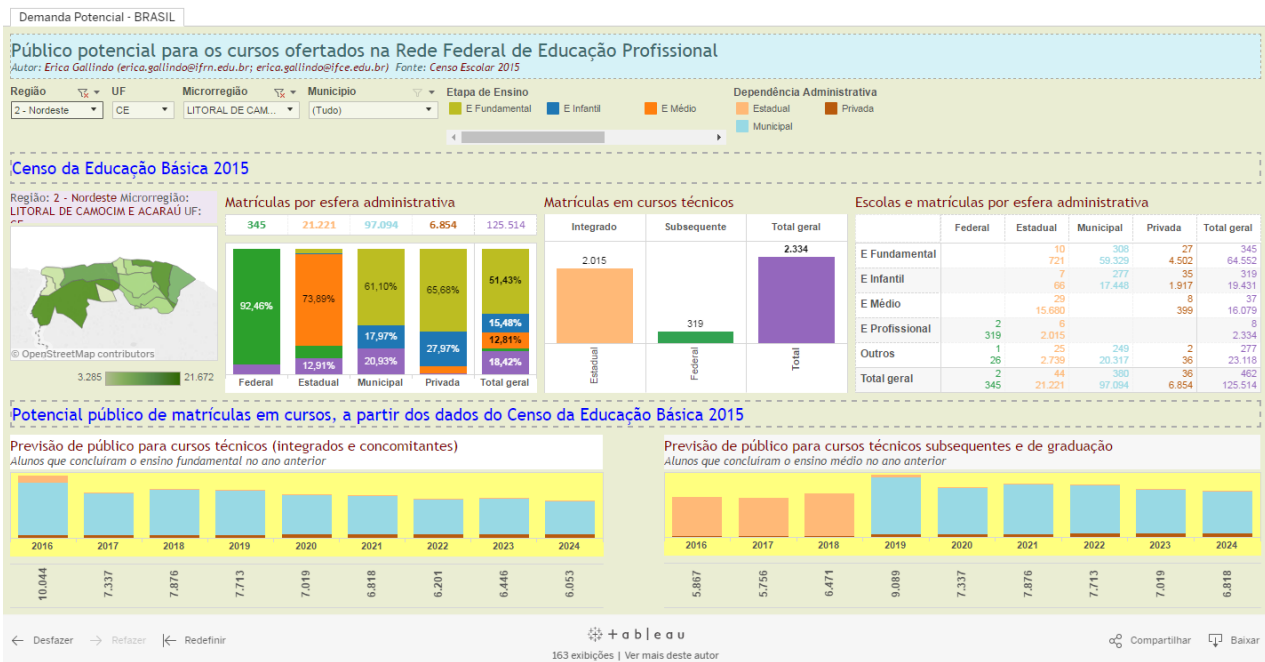


Figura 29. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião do Litoral de Camocim e Acaraú. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

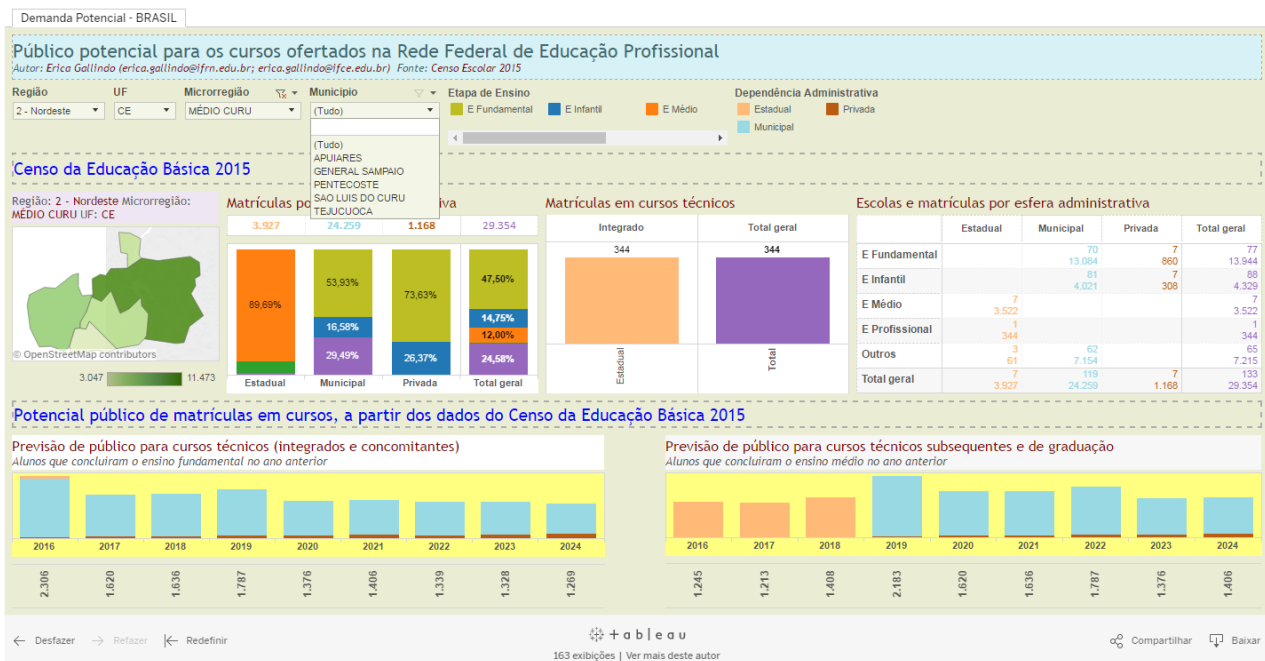


Figura 30. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião do Médio Curu. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

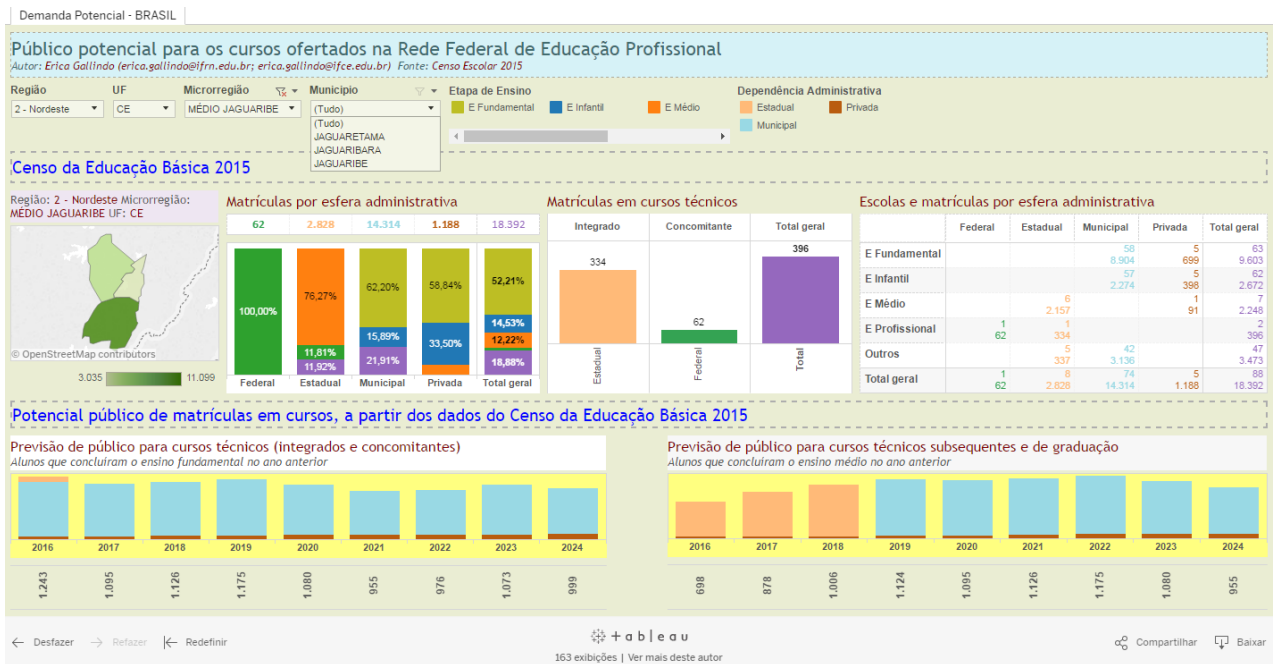


Figura 31. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião do Baixo Jaguaribe. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

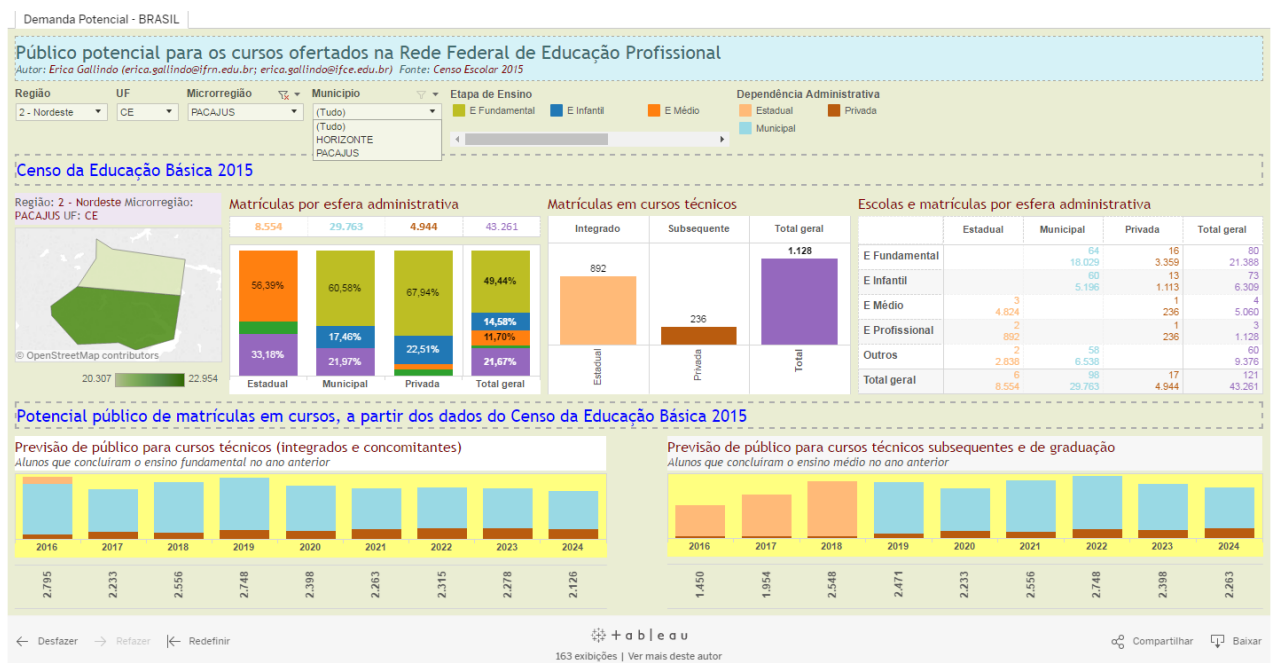


Figura 32. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Pacajus. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

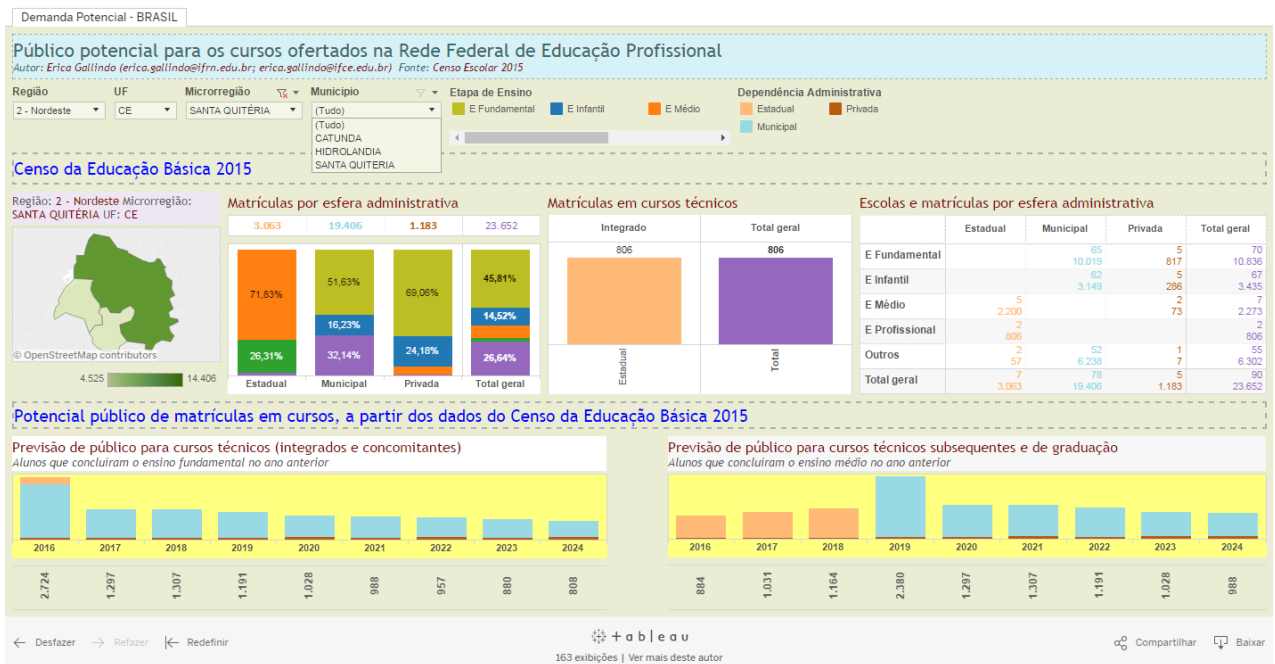


Figura 33. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Santa Quitéria. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

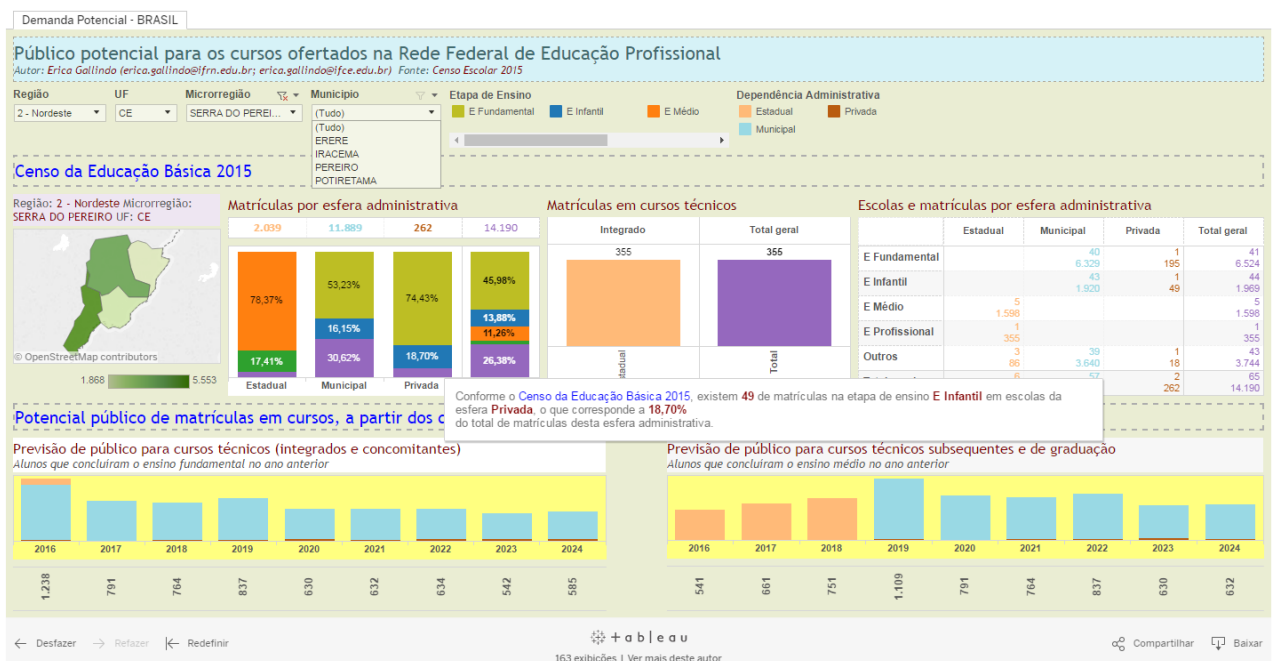


Figura 34. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Serra do Pereiro. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

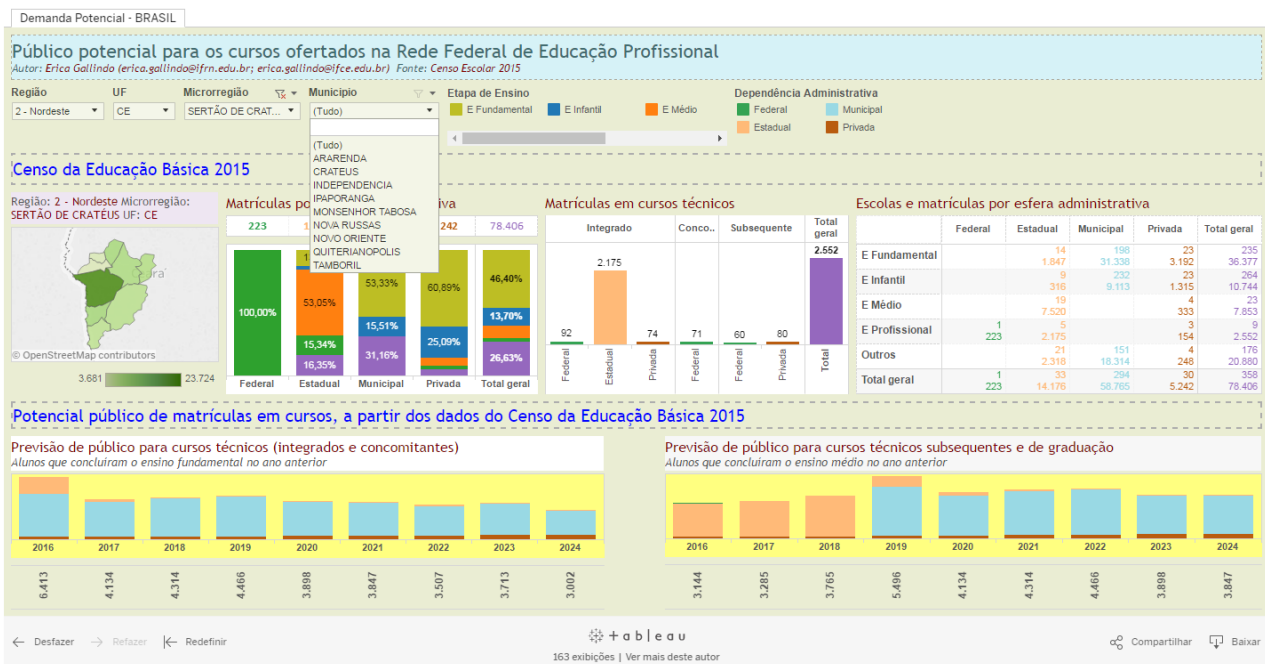


Figura 35. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião do Sertão de Crateús. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

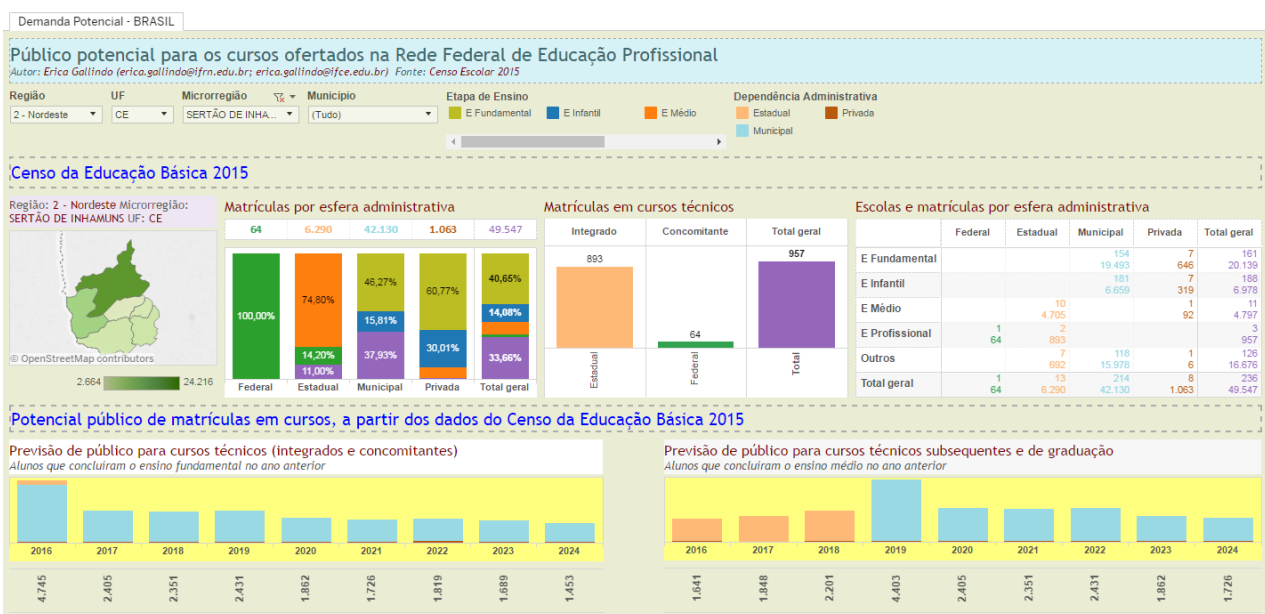


Figura 36. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião do Sertão do Inhamus. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

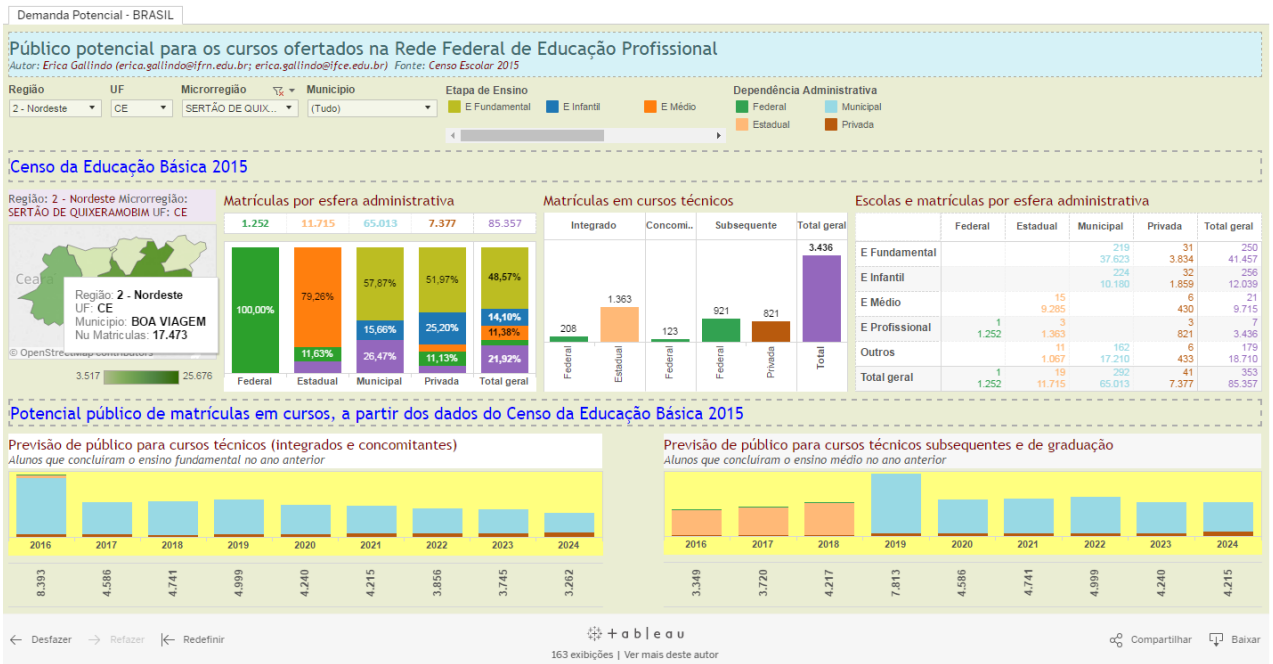


Figura 37. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião do Sertão de Quixeramobim. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

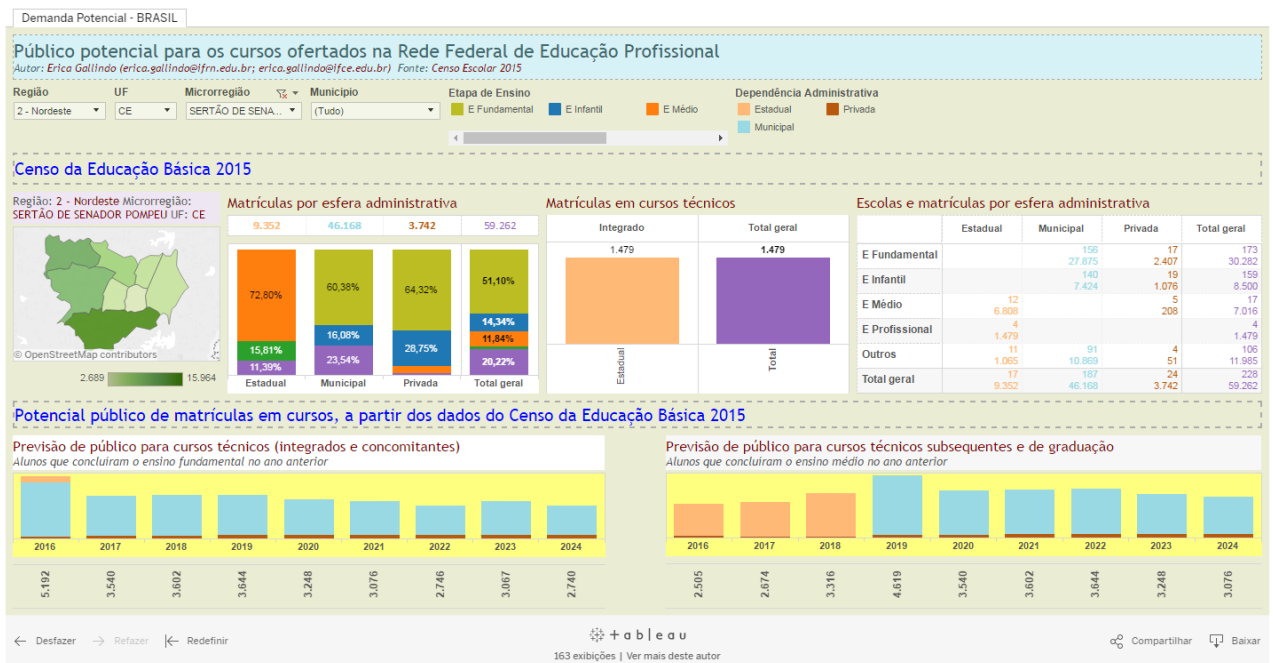


Figura 38. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião do Sertão de Senador Pompeu. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

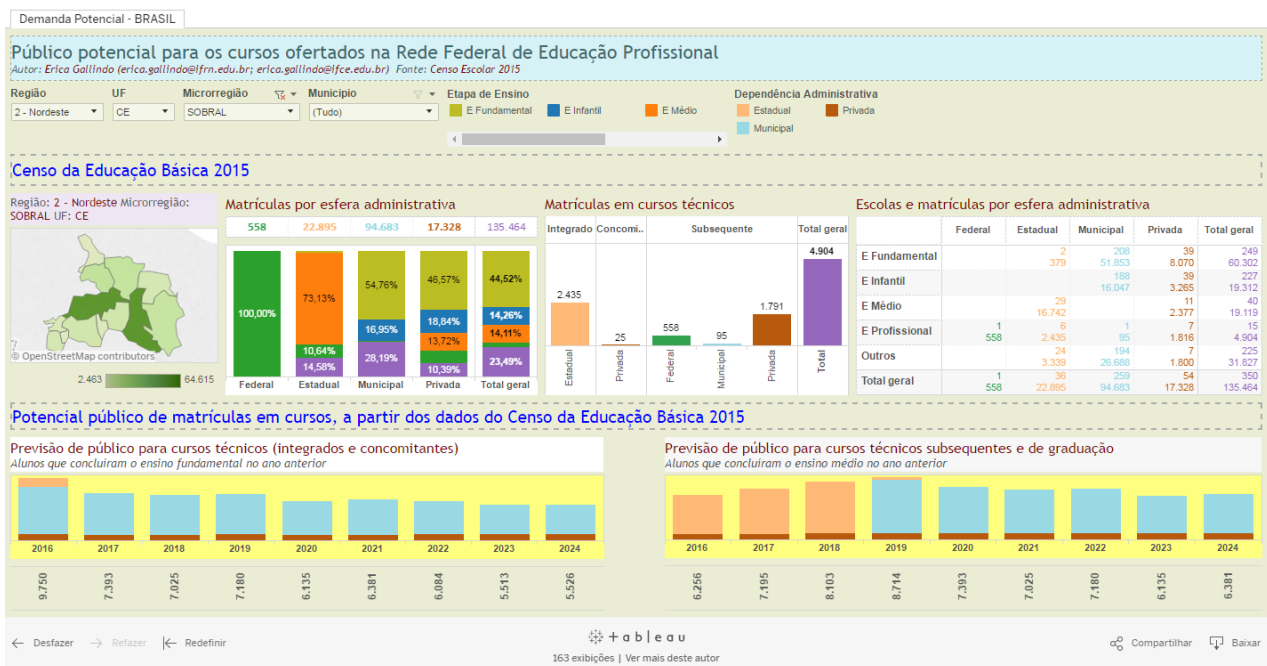


Figura 39. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Sobral. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

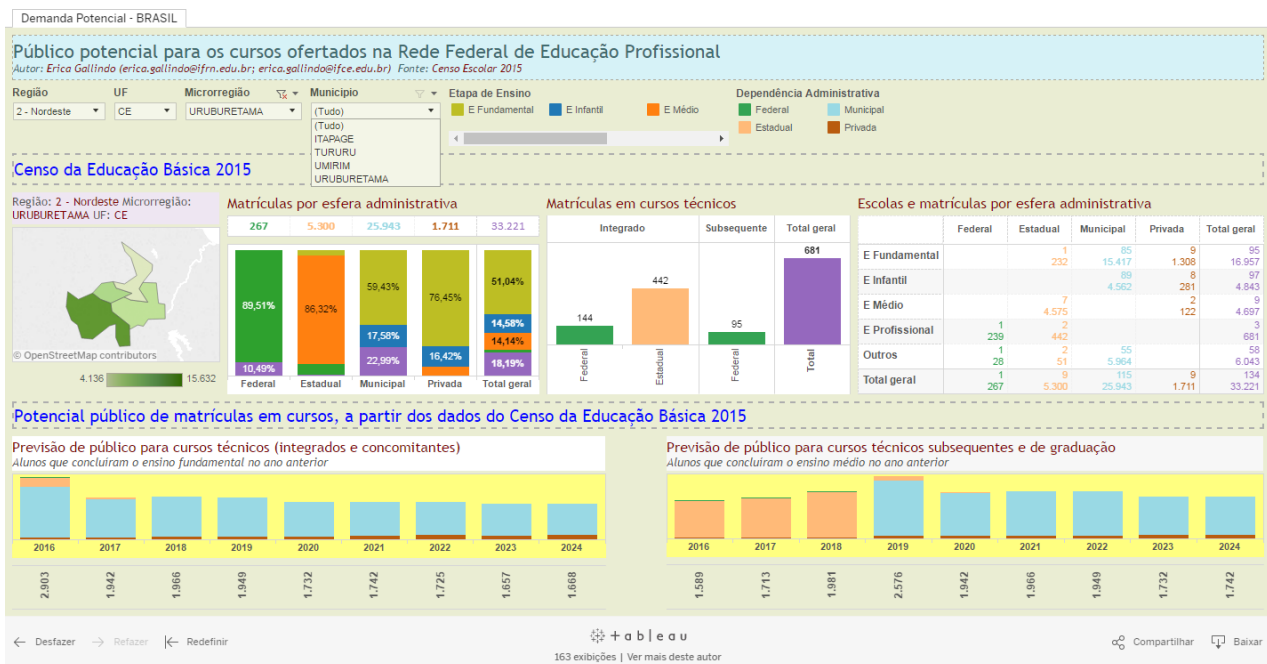


Figura 40. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Uruburetama. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

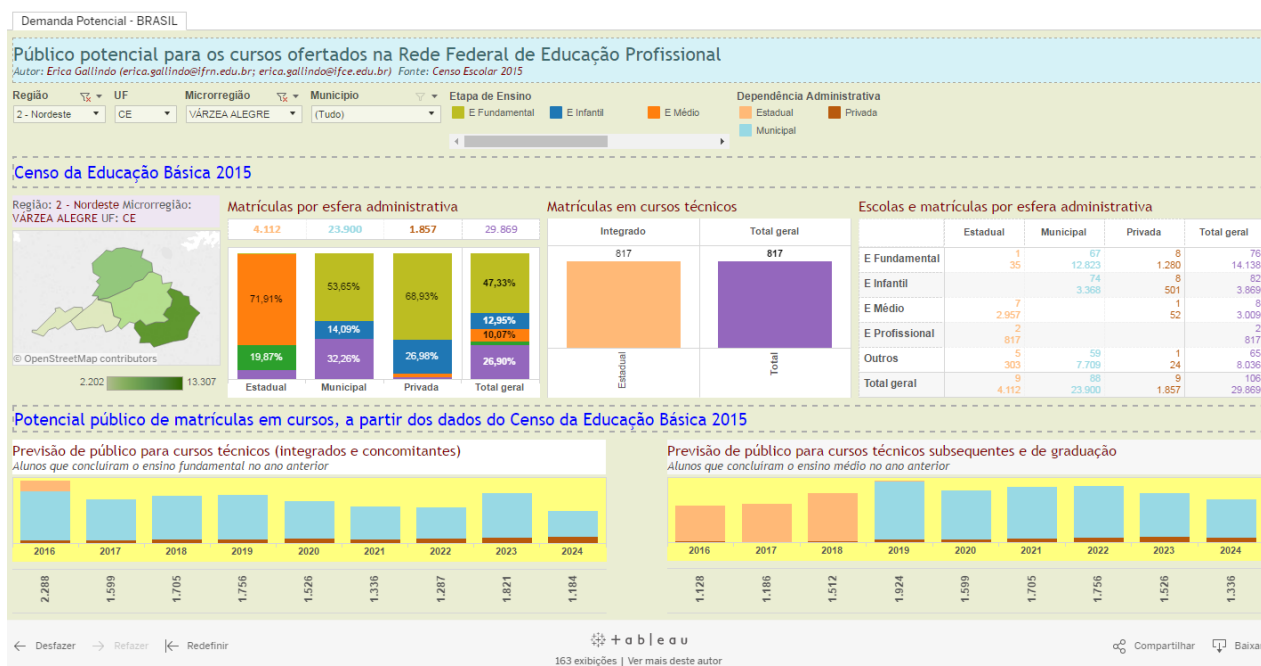


Figura 41. Público potencial para os cursos ofertados na Rede Federal no âmbito do Ceará. Microrregião de Várzea Alegre. Fonte: IFCE em Números. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo>

12 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 dez. 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional. Brasília, 1996.

_____. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia. Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal. **Nota Informativa N°138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC**. Informa e orienta as instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para Permanência e Êxito dos Estudantes. Brasília, 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. **Metodologia para levantamento de causas de retenção e evasão e de medidas propostas para redução**. Brasília, 2013.

HADDAD, Sérgio. **Educação de jovens e adultos no Brasil: 1986-1998**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2002.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Levantamento das causas de retenção e medidas para redução por segmento, por curso e por unidade de ensino. Fortaleza: IFCE, 2014.

_____. Comissão Própria de Avaliação (CPA). Avaliação Institucional 2016. Fortaleza: IFCE, 2016. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/instituto/conselhos-e-orgaos-colegiados/cpa>>. Acesso em: 18 de abr. 2017.

_____. **IFCE em números**. Fortaleza: IFCE, 2016. Disponível em: <<http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. **IFCE em números. Público alvo**. Fortaleza: IFCE, 2016. Disponível em: <<http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/publicoalvo/>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

_____. Plano de ação de combate à evasão e retenção do IFCE. Fortaleza: IFCE, 2015.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo escolar**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 18 ago. 2016.